

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

JULIA ZARPELON COELHO DE SOUZA

**COMÉRCIO SOLIDÁRIO NA PRÁTICA DO NÚCLEO LITORAL SOLIDÁRIO DA
REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

**Porto Alegre
2008**

JULIA ZARPELON COELHO DE SOUZA

**COMÉRCIO SOLIDÁRIO NA PRÁTICA: O NÚCLEO LITORAL SOLIDÁRIO DA
REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Co-Orientador: Prof. Dr. Fabio Kessler Dal Sóglio

Série PGDR – Dissertação nº 93

Porto Alegre

2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

S729c

Souza, Julia Zarpelon Coelho de

Comércio solidário na prática do Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia / Julia Zarpelon Coelho de Souza. – Porto Alegre, 2008.

180 f. : il.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi ; co-orientador: Fabio Kessler Dal Sóglio.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Economia solidária : Comércio agrícola. 2. Comercialização : Alimentos. 4. Núcleo Litoral Solidário. 5. Rede Ecovida de Agroecologia. I. Filippi, Eduardo Ernesto. II. Dal Sóglio, Fabio Kessler. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. IV. Título.

CDU 338.439.5

JULIA ZARPELON COELHO DE SOUZA

**COMÉRCIO SOLIDÁRIO NA PRÁTICA: O NÚCLEO LITORAL SOLIDÁRIO DA
REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de julho de 2008.

Profa. Dra. Renata Menasche
Professora Colaboradora do PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt
Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS

Prof. Dr. José Luiz Bica de Melo
Centro de Ciências Humanas/UNISINOS

Dedico este trabalho para todas as pessoas que se propõem a transformar padrões inadequados, pelo simples fato de se saberem e se reconhecerem como parte. A quem se dedica em fazer o dia a dia mais feliz e saudável.

AGRADECIMENTOS

Seria muito difícil considerar esta pesquisa uma a realização *no singular*. Sendo propensa aos círculos e aos coletivos, este trabalho surge e se desenvolve permeado de trocas por todos os lados. Ainda que seja impossível nomear a tudo e todos cuja participação tenha sido fundamental, manifesto meus agradecimentos...

Ao Prof. Lovois, à Gabriela e à Rumi, por terem me incentivado a ingressar neste mestrado; ao DESMA, que me recebeu no PGDR, e me motivou a optar pelo trabalho com os grupos do Litoral Norte. Às parcerias de Maquiné, tem sido um tempo de muito aprendizado.

Seja feita a menção a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que concedeu a bolsa e viabilizou a realização do mestrado (!)

Aos meus orientadores, Eduardo Filippi e Fábio Dal Sóglio, que me ajudaram tanto a entender como a desconstruir este trabalho, constantemente. Sempre com disposição, bom humor e a necessária crítica aos enfoques e pontos de vista. Tenho certeza que, não fora vossa preciosa participação, esta pesquisa teria perdido muito no que tange à sua consistência.

À Renata Menasche, e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura, agradeço a qualidade do debate e a confiança no trabalho!

Ao Paulinho (Paulo Boff), coordenador estadual do MPA - Movimento de Pequenos Agricultores, que viabilizou a realização de grande parte da pesquisa de campo e que, junto com o Januário, apostaram na relevância deste trabalho.

Ao apoio do pessoal do Centro Ecológico Litoral, especialmente ao Cristiano Motter, ao Ezequiel, à Ana Luiza Meirelles, ao Bellé e à Miriam; aos entrevistados da Aracooper, Ane e Jair Madeira.

Às amigas e amigos que participaram diretamente, agradeço: à Poti (amiga-irmã que me inspira à superação!), muchísimas gracias pelo empréstimo que proporcionou mobilidade e representou liberdade nesse processo; à Camila, pela revisão paciente e inspirada; à Raquelzinha e Churras (Eduardo Seidl), pelo tratamento das imagens; Dani e Igor, pelas formatações. A todos, pela atenção!

À Nana, mãe querida, a principal adulta da minha vida... pelo amor manifesto, pela força e pela lindeza, por segurar com força e carinho as crises e achar lindas as conquistas.

Ao Dedeco, o pai, por ser inspiração desde cedo para as lutas, para as utopias e ideologias, e também para a crítica e a necessidade de ação (e pela influência para a boa música, desde o nome).

Ao Lucas, Fera, meu compa: agradeço pelo trânsito – suave e consistente – nas diferentes esferas do coração que acessa(mos)... pela respiração em sintonia, pelos abraços, pelo carinho; por me fazer ver, constantemente, que sempre pode(mos) ser melhor. Enfim, pelo plural.

À Maria do Horto, pela abertura, pela acolhida na casa e na árvore.

Aos convivas da Vigário, as parcerias de casa (Ana Rouge, Ana Pinta e Gustavo), gracias pela compreensão do momento de vida! Fernandão, pela multiplicidade; Adriano, rapidez e exatidão; Felipe, com o Dylan entrando pela minha janela, felizmente... Fabricio, sempre dando uma força mais que válida... Lê Artur, ampliando os horizontes... Tartaruga(s), gato, plantas, me chamando para fora do meu mundinho e me fazendo praticar o cuidado. Todos se (nos) alimentando de fortuitas inspirações e transformadoras motivações.

Ao pessoal do MIRF! Nosso Movimento da Izquierda Rural Festiva, amig@s que proporcionaram a sustentabilidade dessa trajetória através da crítica e da diversão... Em especial à Dani P, Lorena e Igor; junto com Léo Beroldt, Carol, Dani G, Décio, Rubão, Álvaro, Chris, Gladys, Augusto: esse processo foi muito mais legal com vocês por perto (ou nem tão perto, mas presentes).

Ao Universo por ser tão generoso, portador e doador de tanta magia e tanta vida (que na sua imensidão ainda consegue um tempinho pra dar atenção aos nossos esforços individuais)... e às práticas de Yoga pelo oxigênio e equilíbrio que proporcionam!

Aos Beatles, ao Jorje Mautner, à Janis Joplin e ao Beck; ao pessoal do Jethro Tull, do Pink Floyd, do Portishead, do Kula Shaker e à turma dos Mutantes (pela ‘bagagem erudita e contemporânea’); ao Belchior, Alceu Valença, Zeca Baleiro: meu mundo seria sem gracinha sem vocês.

A tudo aquilo e a todas as pessoas que eu não dei visibilidade aqui, em forma de agradecimento, mas que sim! Fizeram e fazem parte,

Sinceramente,
Gracias

“Mudanças em um local – uma cidade, um santuário, uma floresta – podem ser sutis, mas pelo menos podem ser observadas. O estado da alma pode ser uma questão de conjectura, mas talvez possamos dizer algo sobre o estado do (aspecto) social.”

Hakim Bey

RESUMO

A dissociação entre ação econômica e ação ecológica, assim como o desenraizamento dos fatores sociais inerentes à economia, levaram à construção de sociedades marcadas por desigualdades sociais e por problemas distributivos. É neste contexto que se consolida o projeto político do desenvolvimentismo econômico com base produtivista. Ao mesmo tempo, historicamente, também se formam ‘resistências’ aos modelos hegemônicos. Aqui, tratamos destas resistências através das expressões contemporâneas da Agroecologia e da Economia Solidária – cujos paradigmas se direcionam para a construção de uma sociedade (ou de sociedades) justas e equilibradas. E é no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, onde agricultores e consumidores agrupam-se no Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia, conformando um ciclo local de produção e consumo de alimentos agroecológicos, que esta pesquisa se desenvolve. Objetivamos, através da realização de uma observação participante, identificar como se dá a autonomia – entendida como a autogestão dos grupos que conformam a Rede e, também, em relação à dependência dos mercados ‘hegemônicos’ – através da articulação de grupos organizados em rede. Para tanto, identificam-se os atores deste núcleo, caracterizando-os, e analisando as interdependências que se estabelecem através das relações que se estabelecem. Sendo que a cooperação é uma característica inseparável dos processos de desenvolvimento social, procuramos verificar se a participação na rede está motivada por respostas sociais, ambientais e culturais, e não somente por questões econômicas (no sentido utilitarista) e, também, se tais ações, entendidas sob a ênfase da *economia solidária*, depende de arranjos institucionais mediados para se constituírem, ao mesmo tempo que sua continuidade necessita da apropriação dos atores envolvidos. A existência de uma rede com estas características supõe a articulação de uma economia plural, ou seja, relações sociais que se estabelecem, nestas cadeias produtivas, dotados de significações mais amplas sobre o fazer econômico. Observamos que tais circuitos alternativos se caracterizam por diversas formas de autonomia, como a suficiência e a qualidade alimentar, e que diversos elementos não monetários motivam as ações econômicas. A associação entre a práxis da *economia solidária* e da *agroecologia* torna-se tanto evidente quanto importante para novas pesquisas e para corroborar com a formulação de políticas públicas no sentido do desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Economia plural. Agroecologia. Redes alternativas de alimentação.

ABSTRACT

The dissociation between economic and ecological action, as well as the un-embeddedness of social factors that are inherent from economy has led to the organization of societies marked by social inequalities and distribution problems. In this context, the political project of economical development with a productivity basis gets consolidated. Historically, at the same time, there can also be found resistances to these hegemonic models. This work discusses these types of resistances through the reviewing of contemporary expressions on *agroecology* and *solidarity economy* – whose paradigms point to wealth and just societies. It is in the Northern Coast of Rio Grande do Sul where small farmers and consumers has formed a nuclear group called *Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia*, establishing a local cycle of production and consumptions of agroecological food. The aim of this research is to identify, through means of a participant observation, how does autonomy takes place in the groups that are organized inside this net. Autonomy here is understood as the self-management of the groups that are part of a greater net, and also, their dependency to hegemonic markets. The actors of this nucleus were identified, as well as the established relations of interdependency were characterized and analyzed. Taking into consideration that cooperation is an inseparable characteristic of the processes of social development, this investigation tries to find out if people's participation in the net is motivated by social, environmental and cultural responses, and not only by economic questions (having a utilitarian sense). Moreover, it also is investigated if such actions, understood under the light of *solidarity economy*, depends on institutional arrangements that are mediated to be constituted, and at the same time that its continuity needs the appropriation of the involved actors. The existence of a net with these characteristics supposes the articulation of a plural economy, which means that the social relations that are established in theses production chains provide several different meanings to the economical practice. It was observed that alternative circuits are characterized by different forms of autonomy, such as sufficiency and food quality, and that different elements that are not monetary motivate such actions. The association between *solidarity economy* and *agroecology* becomes as much evident as important to new researches and to corroborate the formulation of public politics that defend a sustainable rural development.

Key words: Plural economy. Agroecology. Alternative food networks.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Representação da Rede Ecovida no território nacional.....	110
FIGURA 02 - Representação de um Núcleo da Rede Ecovida.....	116
FIGURA 03 - Núcleo Litoral Solidário – Composição.....	117
FIGURA 04 - Localização dos atores do Núcleo Litoral Solidário.....	120
FIGURA 05 - Mapa de Morrinhos do Sul, municípios limítrofes.....	121
FIGURA 06 - Mapa de Mampituba, municípios limítrofes.....	122
FIGURA 07 - Mapa de Dom Pedro de Alcântara, municípios limítrofes.....	124
FIGURA 08 - Mapa de Três Cachoeiras, municípios limítrofes.....	125
FIGURA 09 - Mapa de Torres, municípios limítrofes.....	127
FIGURA 10 - Mapa de Osório, municípios limítrofes.....	128

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Diferenças entre os três principais pensadores da Economia Solidária	75
QUADRO 02 - Caracterização dos diferentes grupos	102
QUADRO 03 - Cadeias convencionais e redes alternativas de alimentos.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACERT	- Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres
ACEVAM	- Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba
APELCAM	- Associação dos Produtores Ecologistas da Luz do Canto dos Magnos
APEMSUL	- Associação de Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul
ASCAR	- Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CEASA	- Central de Abastecimento
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COOPET	- Cooperativa dos Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras
DESMA	- Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica
EMATER	- Empresa Publica de Assistência Técnica e Extensão Rural
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEE	- Fundação de Economia e Estatística
GESA	- Grupo Santo Anjo
IBGE	- Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragem
MMC	- Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	- Organização não-governamental
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	- Produto Interno Bruto
PT	- Partido dos Trabalhadores
RILESS	- Red de Investigadores Latinoamericanos de Economia Social y Solidária
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 ECONOMIA DE MERCADO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS	31
2.1 LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO: DESIGUALDADES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	31
2.1.1 Brasil: processos históricos e trajetória econômica	34
2.1.2 A construção social dos mercados	39
2.2 O FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E A CONTRA-HEGEMONIA..	42
2.2.1 O Movimento Cooperativista	43
2.2.1.1 Sobre o processo cooperativista no meio rural	45
2.2.1.2 Origens do Cooperativismo e sua evolução.....	46
2.2.2 A pauta ambiental em evidência	49
2.2.3 A Agroecologia.....	50
2.2.3.1 Questões distributivas e Agroecologia	58
2.2.3.2 Algumas referências às políticas públicas: o caso do Rio Grande do Sul.....	59
2.2.3.3 O Orgânico e O Agroecológico: semelhantes, mas diferentes	60
3 REVISÃO TEÓRICA.....	64
3.1 (RE)PENSAR A ECONOMIA, SOB A ÓTICA DE KARL POLANYI	64
3.2 A EMERGÊNCIA DE UMA ECONOMIA PLURAL.....	73
3.2.1 Economia Solidária: algumas perspectivas teóricas e conceituais	73
3.2.1.1 Economia do Trabalho	76
3.2.1.2 Economia Popular	79
3.2.1.3 Economia Social.....	80
3.2.1.4 Economia Solidária	84
3.2.2 A Economia Solidária manifesta: ação política e transformação social	90
3.2.2.1 Clubes de Trocas	95
3.2.2.2 Moedas Sociais	97
3.2.2.3 Comércio Justo.....	98
3.3 A REDE ECOVIDA: CAMPONESES, AGRICULTORES E ECOLOGISTAS.....	102
3.4 REDES: CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ENRAIZAMENTO	105
4 ASSOCIAÇÕES, DIREÇÕES E SENTIDOS.....	110
4.1 A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	110
4.1.1 Condições socioeconômicas prévias e evolução do processo de formação	112
4.1.2 Organização, gestão e atuação da Rede Ecovida.....	113
4.1.3 Os atores da Rede Ecovida	116
4.1.4 Os Núcleos Regionais	117
4.2 O NÚCLEO LITORAL SOLIDÁRIO	118
4.2.1 Formação e constituição do Núcleo Litoral Solidário.....	119
4.2.2 Identificação do Núcleo Litoral Solidário: os atores sociais em seus contextos (os espaços da rede Ecovida)	121
4.3 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	131
5 CONCLUSÕES.....	140
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	152

APÊNDICE A - A CRONOLOGIA DA RESISTÊNCIA (OU) PRINCIPAIS FATOS RELACIONADOS AO MOVIMENTOS AMBIENTALISTA E COOPERATIVISTA	157
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA: ENTIDADE DE ASSESSORIA	167
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: GRUPOS DE AGRICULTORES.....	169
ANEXO A – DADOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	171
ANEXO B – DADOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL	172
ANEXO C – PRODUÇÃO.....	173
ANEXO D – DISTRIBUIÇÃO.....	174
ANEXO E – CONSUMO.....	175
ANEXO F – MEDIAÇÕES.....	176
ANEXO G – IDENTIDADES.....	177
ANEXO H – O LOCAL	178
ANEXO I – BIODIVERSIDADE.....	179
ANEXO J – REDES	180

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um convite para testarmos algumas desconstruções e reinterpretções a respeito das relações econômicas que se estabelecem cotidianamente em nossa sociedade. Não precisamos ir muito longe no tempo, tampouco de alguma elaboração teórica profunda, para constatar que vivemos em tempos de desigualdades sociais, de grande preocupação mundial a respeito da perenidade dos recursos naturais, da sustentabilidade da vida no nosso planeta, preocupações locais e globais referentes à segurança alimentar e a manutenção das diferentes culturas dos povos do planeta. Relações assimétricas, instabilidade nos mercados de matérias primas, especialmente no que se refere à comercialização de produtos agrícolas dominados por corporações multinacionais são somente alguns aspectos (rasos, até) visíveis que demonstram que ‘algo não vai bem’ com as sociedades e com o próprio planeta Terra. Vivemos sob o paradigma da escassez, no qual o bem estar social e a qualidade de vida dos cidadãos estão diretamente relacionados com a capacidade ou a possibilidade de aquisição de bens materiais (alimentação, água potável, habitação) através do dinheiro. E que o dinheiro é tido tanto como um meio para prover as condições necessárias para a vida como um fim em si mesmo. Afinal, ele é o acesso a todo e qualquer ‘outro produto’ que possibilita e viabiliza a sobrevivência do homem em sociedade.

O primeiro convite que fazemos é o de questionar e duvidar do utilitarismo materialista como inerente e natural à vida do homem em sociedade, de entender a economia como algo que está a serviço dos homens, e não o contrário. Ainda que tal argumento não apresente novidades, é conveniente lembrar que a etimologia da palavra *economia* remete à ‘organização da casa’ (do grego *oikos* – casa e *nomos* – costume ou lei), e não a propensões inerentes à barganha. O segundo convite se refere a uma mudança de perspectiva, de uma economia baseada na escassez de recursos a uma outra economia baseada na abundância de possibilidades, que tem na ecologia seu principal alicerce. Martinez-Alier (1998) sugere compreender *ecologia* como o fluxo de energia e materiais, diversidade biológica e uso agroecológico do solo – e é a essa compreensão que nos filiamos. Como continuidade e linha central dos argumentos que buscamos desenvolver, convidamos os leitores a posicionar a economia e o mercado (ou a economia *de* mercado) enquanto elementos submersos nas relações sociais, e não as relações sociais como resultantes das relações de mercado (POLANYI, 1980), e considerar que a cooperação entre os indivíduos está intrinsecamente

relacionada com o desenvolvimento das sociedades. Ainda, e finalmente, convidamos a refletir sobre as motivações que levam grupos sociais a se relacionarem economicamente, buscando assim uma compreensão abrangente do *fazer econômico*, tal como se observa na Rede Ecovida de Agroecologia.

Buscamos através desta pesquisa trazer elementos, tanto teóricos quanto empíricos, que possam contribuir para novas significações na compreensão das relações econômicas (portanto sociais) intrínsecas aos processos de produção e de consumo de alimentos, focando o estudo para a importância distributiva da comercialização, neste caso, de produtos agroecológicos. A construção do argumento se dá através da perspectiva da Economia Solidária, construída teoricamente com base na obra de Karl Polanyi (1886-1964) e demais autores que convergem seus estudos e pesquisas para a perspectiva polanyiana.

A Economia Solidária é um paradigma que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar desigualdades, pobreza e exclusão¹. Nos propomos a refletir sobre as relações sociais consubstanciadas nos intercâmbios econômicos. A lógica da economia solidária é a busca da satisfação das necessidades mais amplas do seres humanos (objetivas e subjetivas) e não apenas o acúmulo de lucros.

O projeto de desenvolvimento do sistema econômico vigente - capitalista e liberal - está baseado na abordagem utilitarista, interpretação da economia neoclássica. Alfred Marshall (1842-1924) foi um dos mais influentes pensadores da Economia de seu tempo. Sua obra é posterior e contínua aos trabalhos de John Stuart Mill, Adam Smith e David Ricardo. Marshall recria as teorias da utilidade marginal e dos custos de produção. A base destas teorias é a maximização dos recursos – meios, capitais humanos e naturais – para a maximização dos lucros. O método analítico-matemático é uma das maiores influências de Marshall para as Ciências Econômicas. Quando introduz na teoria econômica a necessidade de se considerar o tempo nas análises, passando a distinguir períodos longos e curtos, Marshall consegue determinar a importância tanto do custo de produção (para longos períodos) como da utilidade marginal (para curtos períodos) na formação do valor (preço de utilidade) das mercadorias. Certamente, para as populações que tradicionalmente praticam a produção para seu auto-consumo, como no caso dos camponeses, compreender a terra, o trabalho (que na Grécia antiga designava as condições necessárias à vida) e o dinheiro como

¹ “La exclusión va necesariamente acompañada de la acumulación exorbitada de ganancias, de propiedades y de poder en elites políticas y sociales que no sólo se benefician pasivamente sino que orquestan estos resultados. Y también debemos recordar que hay un comando estratégico de la economía-mundo, donde se coluden las grandes corporaciones y grupos financieros con los gobernantes de muy pocos países del mundo” (CORAGGIO, 2007, lembrando Giovanni Arrighi, *El largo Siglo XX*, Akal Ediciones, Madrid, 1999).

mercadorias, se traduz numa conversão de significados e de valores. Afinal, os recursos são compreendidos como tais conforme o sistema de valores dos grupos sociais, que se relaciona com as diferentes culturas e histórias.

A abordagem utilitarista traz a idéia de que todos os meios podem ser transformados em mercadorias, processo no qual o homem cria utilidade à matéria através de seu trabalho, e a partir disso a toda produção pode (e deve) ser atribuído um preço, uma quantia monetária correspondente. O mercado desta forma teria plenas condições para se *auto-regular*, considerando que oferta e demanda de produtos são elementos geradores de equilíbrio por si. Equilíbrio, no caso, de mercado (e supostamente social). É nesta abordagem que se baseia todo o projeto de desenvolvimento (econômico), que busca otimizar e aumentar a produção para que esta dê conta de uma demanda crescente por produtos. A este projeto denomina-se desenvolvimentismo econômico com base produtivista. Projeto este que não dá conta de explicar – e tampouco de solucionar – desigualdades sociais, crises alimentares, manutenção da biodiversidade, finitude de bens naturais não renováveis de uso comum.

Outras abordagens acerca da economia nos sugerem a insuficiência deste pensamento, considerando-o reducionista. O contraponto que trabalhamos é a idéia de uma *economia plural*, que articula a economia tanto a fatores de mercado, uma vez que estamos submersos neste, não por uma naturalidade deste sistema, senão por uma construção social recente (POLANYI, 1980; SINGER, 2002), quanto a fatores sociais, culturais e ambientais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Contrapondo a interpretação de que o mercado tem a capacidade de se auto-regular e, a partir disto, ser a instituição reguladora da sociedade como um todo, aderimos à proposição de Polanyi que sugere o comportamento econômico baseado em quatro princípios reguladores, quais sejam: (I) o da *domesticidade*, que diz respeito à produção familiar, no sentido da distribuição e consumo no grupo familiar; (II) o da *reciprocidade*, como princípio que governa a troca de dádivas entre os membros da sociedade tendo em vista criar ou reforçar laços sociais, e não como a gratuidade, geradora de dependência; (III) o da *redistribuição*, em que uma autoridade central (o Estado) se encarrega de armazenar a distribuição e redistribuí-la à sociedade; e (IV), finalmente, concatena-se ao *mercado*, a instituição que governa as atividades de troca de bens e serviços entre agentes independentes, em competição em num espaço comum, e que conduz eventualmente ao equilíbrio entre oferta e demanda.

Segundo Singer (2002), as transferências de bens e serviços governados pela domesticidade e reciprocidade não dão lugar a pagamentos e por isso formam a esfera da

economia não-mercantil. Assim como o princípio da redistribuição, que embora seja realizada por meio de pagamentos monetários, *não constitui compra e venda em mercados*. O mercado, então, seria a esfera mercantil da economia.

Se a economia tem como elementos constitutivos três aspectos não mercantis e um aspecto mercantil, no qual o equilíbrio entre as esferas representaria o equilíbrio da economia, podemos concluir a partir disso que o projeto de desenvolvimento baseado na abordagem utilitarista incorre em grave erro de percepção ao negligenciar os aspectos sociais da economia, e concordamos assim com a hipótese de que a abordagem utilitarista é insuficiente; compreendemos, também, que problemas sociais como as desigualdades sócio-econômicas, o desequilíbrio distributivo são algumas das conseqüências diretas deste modelo.

Com estes elementos, temos algumas pistas para dimensionar a economia como relações sociais dotadas de significados tanto muito mais relevantes do que somente as motivações monetárias como impulsionadoras do fazer econômico.

No campo empírico, observa-se que diversos aspectos das políticas sociais e das relações econômicas correspondem justamente a estas idéias, que grupos sociais distintos vêm questionando e debatendo as lacunas sociais e ambientais fruto do modelo desenvolvimentista e produtivista. Esta ‘resistência’ abre espaço para que alguns (novos) conceitos tomem corpo. Dentre eles, o tema da *Economia Solidária*, movimento popular que vem se ampliando, inclusive em termos de políticas públicas no Brasil e no mundo.

Este campo empírico e político recebe diversas definições e variações: Economia Popular Solidária, Economia Alternativa, Socioeconomia, Economia Social Solidária, entre outros. Todos estes conceitos encontram eixos de ação comuns, como a busca do princípio da equidade nas relações econômicas (no sentido distributivo e de distribuição de poder no interior das organizações) e do desenvolvimento local e sustentável, relacionado às práticas sociais e ao equilíbrio ambiental, onde torna-se necessária a abordagem multidisciplinar para abranger a compreensão deste fenômeno social.

Ao buscarmos uma abordagem necessariamente multidisciplinar para compreender dinâmicas sociais que consideram, por um lado, fatores não monetários na economia e, por outro, dinâmicas e paradigmas ecológica e socialmente embasados nas práticas agrícolas, nos deparamos com a conformação e com a abordagem das redes sociais. A compreensão de *redes* a partir de seu aspecto econômico implica em “uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamentos, consumidores e organizações populares (associações, sindicatos, ONGs) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto”. A viabilidade das redes está relacionada a fatores

como “intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxos de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação” (MANCIE, 2003:220).

Hoje, percebe-se um quadro nacional e internacional de diversas iniciativas neste mesmo sentido, em um movimento crescente, que se fortalece em termos institucionais e populares. A criação da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (ver APENDICE A), é compreendida como resultado de uma transformação na perspectiva institucional. Agora, quais forças sociais têm condições de atuar neste sentido? Coraggio (2001) propõe que não se pode pensar nenhum sentido de transformação social a partir de iniciativas isoladas e que a organização em forma de *redes* seria um elemento concreto à legitimação de propostas contra-hegemônicas.

Ao caracterizar e contextualizar a economia solidária, França Filho *et al* (contrapondo Paul Singer) consideram não completamente adequada aquelas abordagens em que essa forma de fazer economia é entendida como um fenômeno recente, resultado de um processo de exclusão social. “Não se trata, no todo, de um fenômeno emergente, pois muitas das formas atuais de economia solidária refletem modos de ação coletivos populares que constituem práticas muito antigas numa sociedade como a brasileira” (2006:158). Neste contexto, e buscando contribuir para as reflexões acerca do desenvolvimento rural, temos que também as relações sociais resultantes de processos e dinâmicas produtivas podem ser compreendidas sob o arcabouço da economia solidária. Tão antigas quanto práticas e relações econômicas, são as práticas e relações de produção de alimentos, algumas existentes e persistentes até hoje em nossa sociedade – ainda que em alguns casos, ressignificadas e reconceituadas.

Neste sentido, a *Agroecologia* toma seu espaço nesta pesquisa. O *ambientalismo*, principalmente a partir da década de 1970, infundiu ao discurso agroecológico uma atitude crítica ante a agronomia enfocada unicamente na produção, e com isso se observa crescimento de uma sensibilidade sobre um grande número de assuntos relacionados aos recursos naturais e às formas convencionais de agricultura – impactos sobre os pesticidas no meio ambiente, custos energéticos, impactos da transferência de tecnologia dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. A esta esfera da agroecologia, enquanto expressão sócio-política do processo de ecologização (nos termos de CAPORAL; COSTABEBER, 2004) nos referimos como o conhecimento e o uso popular e ampliado do termo. Esta expressão se refere às formas coletivas de produção, às práticas agrícolas que busquem a sustentabilidade de ecossistemas considerando junto à esfera produtiva, as questões ecológicas e sociais envolvidas; a ‘agricultura de base ecológica’ baseada em

policultivos praticado ‘tradicionalmente’, realizada a partir dos princípios ensinados pela Agroecologia. Importante considerar que o termo tomou fôlego no Rio Grande do Sul de 1999 a 2003, através do direcionamento impresso às políticas em Assistência Técnica e Extensão Rural deste período, conduzido pela Emater.

A referência à Agroecologia enquanto construção teórica, na busca das bases epistemológicas da agricultura sustentável se dará nesta pesquisa com esta grafia. É importante fazer esta distinção – ‘agroecologia enquanto prática’ e ‘Agroecologia enquanto ciência’ - pois, conforme alertam Caporal e Costabeber, correntes equívocos conceituais, embora certamente bem intencionados, “podem prejudicar o avanço da transição agroecológica, especialmente em razão do reducionismo conceitual, tático e estratégico embutido em alguns enfoques alternativos ao modelo convencional de agricultura” (2004:05).

A Agroecologia consiste em um enfoque teórico e metodológico que, a partir de um enfoque sistêmico e multidisciplinar, estuda as atividades agrárias sob uma perspectiva ecológica (DALGAARD *et al*, 2003; CAPORAL; COSTABEBER, 2004) buscando a transição dos modelos convencionais de agricultura para agriculturas sustentáveis (ALTIERI, 2004). É uma disciplina formada a partir dos conhecimentos específicos da agronomia, ecologia, sociologia e economia, segundo a definição de Dalgaard *et al* (2003), pela integração dos estudos destas disciplinas e por escalas de interação entre elas, construindo assim seu corpo teórico específico.

A dimensão da sustentabilidade estabelece um desafio à relação entre a atual escala e formas da vida humana e o planeta Terra, visando a preservação dos recursos naturais, fundamental para a continuidade da existência das diferentes formas de vida. No aspecto social e econômico, se estabelece uma disputa na questão do consumo e produção convencionais e da produção agroecológica, que se relaciona com a dominação de mercado por empresas capitalistas tradicionais (no sentido utilitarista) como hegemônicas no controle dos mercados, acompanhados de uma ameaça à autonomia dos produtores, degradação de agroecossistemas, segurança e soberania alimentar dos países *versus* a emergência de estruturas de comercialização não exploratórias, que sustentem sistemas de produção ecológicos e que proporcionem sustentabilidade econômica aos agricultores.

Traçando similitudes entre a agroecologia e a economia solidária, com o aspecto da autonomia como fio conector entre as abordagens, está posto o desafio de utilizar os recursos naturais em sistemas de produção nas estratégias de desenvolvimento de uma agricultura autônoma em relação às corporações e aos pacotes tecnológicos voltados ao desenvolvimento econômico puro e simples.

No âmbito dos mercados, a disputa entre produtos convencionais e agroecológicos pode ser transferida para o espaço no qual se engaja a Economia Solidária, que deste modo se coloca como proposta de organização social para sistemas de produção ecológicos, disputando mercados a partir da conformação de arranjos produtivos e de circuitos de produção e consumo condizentes com as práticas agrícolas em debate: a agroecologia necessita de fatores sociais, econômicos e políticos para se desenvolver, ou seja, “é inconcebível promover mudanças ecológicas no setor agrícola sem a defesa de mudanças comparáveis nas outras áreas correlacionadas da sociedade. O fator final necessário a uma agricultura ecológica é um ser humano desenvolvido e consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração para com a natureza” (ALTIERI, 1998:211).

Considerando estas perspectivas, temos como eixo central nesta pesquisa a comercialização de produtos agroecológicos em sistema de redes locais. A abordagem que se adota para analisar estas cadeias de produção e consumo é aquela proposta por Marsden & Sonino (2005), que consideram que as cadeias curtas de produção e consumo, ao contrário das cadeias agroalimentares convencionais (hegemônicas), expõem novas relações de associação e institucionalização. Segundo os autores, são cadeias que envolvem grupos e atores que devem redefinir suas relações com o Estado, que reconfiguram valores socialmente construídos a respeito da natureza, da qualidade, do regional, que agregam valores positivos em termos de renda para as unidades produtivas e revelam uma considerável variação nas interações associativas e pessoais envolvidas na produção, animação e comércio de alimentos.

Espaço e práticas observados

Encontramos na Rede Ecovida de Agroecologia diversos elementos que correspondem às inquietudes que motivam a realização desta pesquisa. Trata-se de uma Rede formada por grupos de agricultores familiares e agroecológicos, mediadores sociais e consumidores, reunidos em cooperativas, grupos informais e associações, em conjunto com iniciativas de agroindústrias, consumidores e comerciantes que trabalham sob a perspectiva da agroecologia. Entre os objetivos da Rede Ecovida está o estímulo ao trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos e o de aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores.

Conforme observado no percurso da pesquisa de campo, os grupos (e até a própria Rede) não se identificam como *empreendimentos de economia solidária*, mas sim

como *ecologistas*. Isto posto, buscamos aprofundar a compreensão acerca do que é (e do que não é) economia solidária, encontrando respostas em França Filho *et al* (2006), quando propõem uma categorização para que estas iniciativas possam ser identificadas e analisadas. Somente pudemos prosseguir com a pesquisa ao identificarmos que mesmo que tais grupos não tenham uma *identidade política* enquanto *movimento de economia solidária*, tanto sua formação interna quanto seus aspectos relacionais e organizativos permitem que entendamos, ao menos teoricamente, esta articulação de produtores, consumidores e mediadores como tal.

A Rede Ecovida trabalha com um selo participativo de atribuição de qualidade de produtos ecológicos. Esta forma de certificação tem ganhado destaque nacional e internacional por sua eficiência e abertura, o qual é chamado ‘certificação participativa’. É uma forma de certificação que envolve diretamente os produtores, e num segundo nível, os demais participantes da Rede. Configura-se como um sistema solidário de geração de credibilidade e confiança entre produtores e consumidores, e nas relações internas de ambos os segmentos.

A estrutura organizativa (de distribuição de poder) funciona de forma descentralizada, baseada em núcleos regionais de organização que reúnem membros de regiões de características semelhantes, facilitando as trocas comerciais e de informações, além da certificação participativa. Atualmente, a Rede Ecovida conta com 24 núcleos regionais, abrangendo cerca de 170 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de uma centena de feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização de produtos.

A estrutura organizativa da Rede através de Núcleos, assim como a própria estrutura organizativa dos Núcleos, nos permitiu optar por fazer um recorte de pesquisa que correspondesse à forma de articulação da produção e comercialização em rede sem que precisássemos analisar todos os Núcleos e grupos. Desta forma, e sendo condizente com a abrangência que se propõe a ter este trabalho, a pesquisa foi realizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, onde se localiza o Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida.

Finalmente, apresentamos o espaço social empírico onde foi realizada esta pesquisa. O Núcleo Litoral Solidário engloba agricultores, mediadores sociais e consumidores articulados em 17 grupos – associações e cooperativas de produção e de consumo, e uma ONG que presta assessoria técnica. Os grupos que conformam este núcleo estão localizados em 6 municípios: Torres, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Osório. A maioria destes municípios fazem parte da Reserva Biológica da Biosfera

da Mata Atlântica, cujos agroecossistemas fazem limite com a Reserva Ambiental da Serra Geral (como o município de Três Cachoeiras). Isso atribui aos sistemas de produção especificidades ecológicas, políticas, sócio-culturais e agrícolas, que se relacionam diretamente com as dinâmicas sócio-econômicas dos agricultores. Os sistemas agrários que se formaram nesta região são originários da ocupação indígena, luso-açoriana, colonos imigrantes alemães e italianos e posteriormente pelos 'agricultores modernos'. Esta ocupação também confere particularidades aos tipos de estruturas fundiárias e de organização das unidades produtivas, ou seja, às formas de relação que se criaram entre estes agricultores. Também é uma região que congrega diferentes sistemas de produção, em que coexistem práticas ecológicas e produtivistas, além das atividades de extrativismo (como a extração da samambaia-preta, que representa uma das principais atividades econômicas do município de Maquiné, 'vizinho' à área pesquisada). O comércio da região está vinculado a pólos consumidores, particularmente em Porto Alegre e Caxias do Sul (GERHARDT, 2002).

Objetivos e hipóteses da pesquisa

Temos como objetivo principal verificar as formas de autonomia proporcionados pela estrutura de organização em rede relativas à articulação da comercialização. Entendemos aqui autonomia sob duas perspectivas. A primeira diz respeito à gestão dos grupos, sua independência em relação a comandos externos ou, em outros termos, à autogestão dos empreendimentos. A segunda se refere às oscilações e processos de dependência dos mercados convencionais (isto é, cadeias supermercadistas, de varejo e consumo de massa, cuja relação com seus fornecedores é eminentemente competitiva e utilitarista) ou, conforme os termos utilizados anteriormente, dependência (e retroalimentação) dos mercados hegemônicos. Albuquerque (2003) sugere a autogestão como elemento fundamental da vida associada e do fazer cotidiano, espaço e forma em que se dá a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição e escolha do que fazer. Atualmente, a autogestão se configura a partir de uma forte crítica ao sistema de mercado e ao padrão desenvolvimentista de produção, impulsionadores de desigualdades sociais cada vez mais acentuadas. Como ação correspondente à crítica, e também como estratégia de sobrevivência (tanto de famílias como de comunidades), são resgatados princípios cooperativistas e associativistas, e também criadas alternativas de produção, comercialização e consumo que possibilitem aos diversos grupos sociais a garantia de sua cidadania.

A expressão ‘agricultura sustentável’ indica um objetivo ambiental, mas também social e produtivo. Incorpora, de um modo geral, a preocupação com a produtividade dos agroecossistemas, compatibilizando, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais (ALTIERI, 1998). Isto posto, buscamos como um segundo objetivo de pesquisa identificar as formas de organização social que surgem como alternativa ao projeto de desenvolvimento econômico neste contexto.

Karl Polanyi nos lembra que [...] “embora a sociedade humana seja naturalmente condicionada por fatores econômicos, as motivações dos indivíduos humanos só excepcionalmente são determinadas pelas necessidades dos desejos-satisfação material” (1980:186). Testando também a proposta deste autor, buscamos identificar as motivações dos grupos de participarem do Núcleo Litoral Solidário.

Portanto, pretende-se, através desta abordagem, realizar um estudo que aborde temas contemporâneos como a agroecologia, a economia solidária e o desenvolvimento local, buscando articular estas expressões sociais entre si através de

elementos teóricos que subsidiem o debate sobre a reprodução social dos grupos pesquisados. Desta forma, será possível recolhermos elementos que venham a contribuir para novas pesquisas e para o desenvolvimento de políticas públicas sobre estes temas e assuntos correlatos.

Descreveremos as características dos atores do Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida para que possamos nos situar no universo particular dos grupos pesquisados. Serão delineadas tanto as especificidades dos grupos que compõem este Núcleo da Rede quanto as relações internas que se estabelecem entre os grupos.

O foco desta pesquisa são os mercados solidários, ou seja, as iniciativas de comercialização que ocorrem dentro da lógica da Economia Solidária, ou não completamente enquadradas na abordagem utilitarista da economia, e sua relação com um sistema de mercado liberado. Desta forma, a presente pesquisa busca responder qual a motivação que leva os grupos pertencentes ao Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida a participarem de iniciativas de Economia Solidária? Isto representa tanto entender a rede como uma iniciativa que corresponde à proposta de economia solidária, cuja idéia faz parte de um projeto contra-hegemônico (tal qual a agroecologia), quanto supor que a economia praticada no interior da rede corresponda à incorporação das esferas não-mercantis na proposta das dinâmicas de comercialização às quais se propõem.

Para realizar esta reflexão, supõe-se, primeiramente, que a agricultura de base ecológica, praticada através dos princípios da Agroecologia, se caracteriza como um sistema de produção que impulsiona e fortalece a organização social e econômica de forma solidária, ou, dito de outra forma, a Agroecologia supõe a articulação de uma economia plural, nos termos de Laville e França Filho (2004), no que concerne à circulação da produção.

Buscamos, também, verificar se a Economia Solidária depende de arranjos institucionais mediados para a sua existência, ao mesmo tempo em que a continuidade de tais estruturas ‘alternativas’ dependem do protagonismo dos atores sociais envolvidos. Ainda, dentro das hipóteses norteadoras da pesquisa, procuramos entender se as motivações que levam produtores, consumidores e entidades de assessoria a participarem da rede são, além de econômicas, sociais, ambientais, culturais, o que configuraria a prática de uma economia não utilitarista.

Metodologia e processo de campo

A metodologia utilizada consiste na observação participante, e a descrição da realidade pesquisada se baseia na utilização de ferramentas de pesquisa como entrevistas e coleta de material secundário. A escolha destes métodos é pertinente à abordagem proposta em função da própria dinâmica de comercialização em feiras, cooperativas e mercados locais. Esta proposta metodológica envolve um processo de investigação, educação e ação, segundo Haguette (1997:146). Tal metodologia tem como objetivo, também, a transformação social, a partir do momento em que consiste numa [...] “pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo (HUYHN, 1979) que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases de uma relativa independência com o exterior” (BORDA, 1983:43 *apud* HAGUETTE, 1997:146).

Elaboramos entrevistas semi-estruturadas a fim de coletar dados objetivos, e com as questões abertas, captar as questões relacionais pertinentes à pesquisa, ou seja, compreender as relações que se estabelecem entre os atores/grupos entrevistados, componentes do Núcleo, conforme os objetivos traçados. As entrevistas foram testadas na primeira saída de campo, ao testar a aplicabilidade (em termos de tempo e de pertinência de algumas questões abordadas) antes de serem utilizadas como ferramenta definitiva da pesquisa. Nas entrevistas com os agricultores e agricultoras, foram levantados dados de ordem pessoal e social (idade, estado civil, constituição da unidade de produção, divisão de responsabilidades dentro de sua estrutura organizativa, origem étnica, tempo que pratica agricultura ou consumo de agroecológicos, trajetória, etc.); referentes às práticas sociais (motivação para participar da Rede, condições de participação, tempo em que participa de formas associativas de organização, o entendimento sobre economia solidária, forma de organização social, relação com demais grupos, participação na certificação, demais relações institucionais); e referentes às práticas econômicas (dados sobre a cadeia produtiva, formulação dos preços dos produtos, locais de comercialização dentro e fora da Rede).

Foram realizadas visitas aos pontos de comercialização pertencentes à Rede, quais sejam, feiras ecológicas e cooperativas de consumidores, utilizando dos recursos de entrevistas semi-estruturadas, observação, anotações no diário de campo e registro fotográfico. A partir dos primeiros contatos *in loco*, definimos a utilização destas ferramentas de pesquisa

(excluindo a possibilidade de utilização de questionários). A partir desta definição, os roteiros de entrevistas foram agrupadas nas seguintes categorias: 1) entidade de assessoria 2) grupos de agricultores ecológicos. Às cooperativas de consumidores foram realizadas entrevistas abertas, e levantamento de dados através do caderno de campo.

Além das entrevistas, diversos dados importantes foram coletados em conversas com alguns informantes (prática essencial ao andamento do trabalho de campo), na inserção em espaços coletivos da rede (participação nas atividades de formação organizadas pelo Centro Ecológico Litoral, algumas reuniões das associações de agricultores e na participação do Encontro Ampliado da Rede), nas anotações e observações do diário de campo e, ainda, em matérias de jornais, revistas e informativos coletados.

Inicialmente, a pesquisa foi realizada em 9 municípios: contemplou o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em 6 municípios, e o Litoral Sul de Santa Catarina, em 3 municípios. Tínhamos como meta pesquisar os 17 grupos participantes do “Núcleo Litoral Solidário” da Rede Ecovida de Agroecologia. Desta forma delimitamos a pesquisa para as Cooperativas de Consumidores (em um número de 4 Cooperativas dentro dos 17 grupos; abrangendo diretamente 4 municípios, de um total de 9, e indiretamente os 17 grupos participantes do Núcleo) e os espaços das Feiras de Comercialização (foram constatadas inicialmente 5 Feiras diretamente vinculadas ao Núcleo Litoral Solidário). Quanto às Entidades de Assessoria, foram realizadas entrevistas com as duas entidades que faziam parte do Núcleo: o Centro Ecológico, sediado no Município de Dom Pedro de Alcântara/RS, e a ACEVAM – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba, em Praia Grande/SC.

De imediato, no início do trabalho de campo, foi realizado o contato com o Centro Ecológico Litoral, entidade de assessoria do Núcleo. Uma vez que os grupos que compõem a Rede Ecovida, a priori, são interdependentes e inter-relacionados, buscamos contatar pelo menos um representante de cada grupo envolvido, construindo assim uma abertura desses grupos ao contato direto no campo. Os primeiros contatos e entrevistas foram realizados com o Centro Ecológico Litoral, e com a ACEVAM. Com essa associação, apesar de iniciarmos em dezembro de 2006 os contatos na busca de agendar entrevistas com representantes da associação e com agricultores e cooperativas relacionados, somente conseguimos efetivar a visita e a entrevista em junho de 2007. Neste ínterim, nos empenhamos em dar conta de contatar a Aracooper – Cooperativa de Consumidores de Araranguá/SC, bem como seguir os contatos com os grupos localizados no Rio Grande do Sul.

Apresentou-se, desde o início, para a realização do trabalho de campo, uma dificuldade logística no sentido da mobilidade aos espaços da Rede: a pesquisadora não dispunha de meio de transporte próprio para o deslocamento total da pesquisa de campo e as entidades de assessoria não tiveram condições de realizar o apoio integral neste sentido. Assim, para que se conseguisse realizar uma quantidade satisfatória de entrevistas, o tempo de campo foi ampliado em relação ao cronograma inicial proposto no projeto de pesquisa. Iniciamos efetivamente as entrevistas em abril de 2007 junto ao Centro Ecológico Litoral, e finalizamos em definitivo o trabalho de campo em novembro do mesmo ano. Além das investigações nas cooperativas de consumidores, nas feiras, entidades de assessoria e nas residências dos agricultores (contemplando todos os grupos – associações, cooperativas e grupos informais de produtores) buscamos estar presente, sempre que possível e oportuno, em espaços de reunião dos grupos e da própria Rede.

Nesse sentido, um ‘divisor de águas’ no processo da investigação de campo foi a participação no 6º Encontro Ampliado da Rede Ecovida, em julho de 2007, na cidade de Lapa, no Paraná, com duração de três dias. Os Encontros Ampliados são realizados bianualmente e são a instância máxima de decisão do conjunto da Rede. Neste encontro, se reúnem representantes de todos os núcleos da Rede, dos três Estados, sendo ali deliberadas as mudanças estruturais da rede, no momento da Assembléia Geral. Decisões importantes para esta pesquisa foram realizadas nesse encontro. O Núcleo Litoral Solidário, que agrupava grupos do litoral Norte do RS e litoral Sul de SC se desmembrou em 2 núcleos. Desta forma, como *Núcleo Litoral Solidário* se agregam, desde então, os grupos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, sob a assessoria do Centro Ecológico Litoral, e os grupos do Litoral Sul de Santa Catarina, sob a assessoria da ACEVAM, formam um novo Núcleo da Rede. Até o final da pesquisa de campo, não havia sido ‘batizado’ este núcleo, e nem conformado em definitivo quais grupos se somariam a esta articulação em rede.

Também, foi na ocasião deste Encontro que dois integrantes do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, pertencentes ao Núcleo Litoral Solidário, ofereceram apoio logístico integral à realização da pesquisa: a partir de então tivemos tanto um contato e convívio mais intenso no Litoral Norte, quanto o apoio objetivo de transporte às residências dos agricultores entrevistados.

A escolha dos entrevistados, no caso dos grupos agricultores e das cooperativas de consumidores, se deu tanto por indicação de informantes (Centro Ecológico Litoral e MPA) quanto por proximidade com os mesmos, e buscamos realizar, no mínimo, uma entrevista por grupo. Não priorizamos necessariamente indivíduos com alguma função

de liderança nos grupos, e desta forma o contato foi feito tanto com o(a) entrevistado(a) quanto com sua família. Quanto às cooperativas de consumidores, as entrevistas foram feitas com pessoas que trabalham no cotidiano da cooperativa e que estivessem apropriadas sobre as questões estruturais e de gestão das mesmas.

Buscando identificar o ambiente social e político no qual a Rede Ecovida está inserida, identificamos algumas das instituições relacionadas direta ou indiretamente às práticas agroecológicas e à Economia Solidária existentes no contexto do Núcleo Litoral Solidário. Instituições como a Emater, Secretarias Municipais de Agricultura e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais são pontualmente parceiras nos processos de transição agroecológica. Não foi identificada a participação ativa destas instituições nas articulações na articulação, formação e fomento da Rede, contando com o apoio pontual algum técnico ou extensionista rural vinculado às entidades. Isso se atribui aos direcionamentos políticos de cada instituição que, por serem estas relacionadas com os poderes públicos, estão sujeitas aos direcionamentos das linhas de governo, cambiáveis conforme os interesses dos partidos políticos dirigentes. No decorrer da investigação, a identificação destas parcerias (proximidades e distanciamentos) trouxe elementos que possibilitaram compreender minimamente as forças impulsionadoras e retratoras desta forma de organização em relação à estrutura convencional de mercado.

* * * * *

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: o Capítulo 2 trata de localizar o leitor no contexto político e social em que se formou a sociedade agrária brasileira, buscando na história econômica elementos que situem as opções políticas adotadas para o desenvolvimento social: um modelo agrário-exportador, baseado nas elites nacionais e internacionais desde o processo de colonização. Na segunda parte deste capítulo, trazemos, também neste processo histórico, expressões da sociedade civil, articuladas a políticas públicas em maior ou menor grau, que configuram aspectos da contra-hegemonia. Descrevemos a evolução do movimento cooperativista, como forma autônoma de organização de trabalhadores baseada em preceitos de equidade e democracia, e a tomada de espaço das ‘pautas ambientais’ através da Agroecologia, e seus desdobramentos científicos, políticos e sociais. Como complemento a esta contextualização, convidamos os leitores a uma leitura no Apêndice A, que busca realizar um panorama do encadeamento entre os principais fatos dos movimentos cooperativista e ambientalista.

O Capítulo 3 constitui a revisão teórica da pesquisa, baseada em Karl Polanyi e sua abordagem ao enraizamento da economia nas relações sociais. Ainda, buscando uma abordagem contemporânea do tema das relações sociais e das relações econômicas, entendendo que a subjetividade das relações sociais não deve ser tratada como elemento externo às relações econômicas, mas que ao contrário, as relações econômicas são uma decorrência e consequência das relações sociais (permeadas de subjetividades inerentes às relações humanas), trazemos a abordagem teórica e conceitual da Economia Solidária, ainda, abordando seus desdobramentos práticos enquanto proposta de transformação social em níveis macro e micropolíticos. Uma breve passada na abordagem teórica sobre redes sociais nos auxilia, no final deste capítulo, a compreender o quão dinamicamente as relações se dão entre e através de grupos distintos, formando estruturas de cooperação que respondem (ou correspondem) às distintas motivações para relacionar-se economicamente em um ambiente hostil à relações mais recíprocas que utilitaristas.

O capítulo 4 é o momento em que apresentamos a Rede Ecovida de Agroecologia e, detalhadamente, o Núcleo Litoral Solidário, espaço e configuração territorial onde esta pesquisa se realizou e, posteriormente, buscamos relacionar este grande mapa aberto que configura múltiplas e diversificadas relações, com as propostas teóricas alicerçadas no enraizamento social das ações econômicas. Por fim, retornamos aos objetivos, hipóteses e pergunta de pesquisa.

O conjunto organizado de anexos e apêndices, constantes ao final do trabalho, trazem levantamentos de dados amplos e coleções de imagens, que estimamos poder incrementar tanto a compreensão do trabalho, quanto a apropriação do leitor quanto ao que se refere à pesquisa.

“É bom que o povo não entenda nosso sistema bancário e monetário, porque se entendesse, acho que haveria uma revolução depois de amanhã”
Henry Ford

2 ECONOMIA DE MERCADO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Neste capítulo localizamos historicamente a formação e o enraizamento economia de mercado nas sociedades ocidentais, explicitando problemas estruturais que surgem e se acentuam com o desenvolvimento deste modelo, quais sejam, aqueles relacionados com as desigualdades sócio-econômicas e desgastes ambientais, gerados a partir e em função deste sistema implementado e tomado como ‘natural’. Como contraponto, pontuamos sistemas econômicos e distributivos que tomamos como *resistências*: respostas aos processos de produção e distribuição hegemônicos, onde localizamos o Cooperativismo e a Agroecologia como fazeres sociais, econômicos, culturais e ambientais que se geram a partir de paradigmas sustentados na reciprocidade e na redistribuição.

2.1 LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO: DESIGUALDADES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Celso Furtado, em “O mito do desenvolvimento econômico” (1996, texto original de 1974), chama a atenção de que para podermos compreender a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizarmos, simultaneamente, os processos de produção e de circulação. Desta forma, as seguintes linhas se destinam a situar, histórica e politicamente, a ‘crise econômica e moral’ (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004) que vivenciamos hoje, no século XXI, contexto ao qual devemos entender para que a problemática levantada nesta pesquisa faça sentido.

Na tentativa de apreender o estado das artes do Brasil em que vivemos em termos sócio econômicos, descreveremos brevemente a conjuntura que levou à formação das atuais estruturas institucionais, principalmente no que tange a organização da agricultura, seus processos produtivos e distributivos. Buscamos trazer com esta contextualização a dimensão do que se considera um ‘problema’ central para o debate: os valores sociais determinados pelo mercado, ou como sugerem França Filho e Laville (2004), a crise de valores que acompanha a crise econômica. E, desta forma, justificar os termos utilizados na pergunta que orienta esta

pesquisa, buscando tanto discutir em termos distributivos o *desenvolvimento* proposto pelo projeto político aplicado ao Brasil quanto as brechas neste sistema que permitem a reprodução social de grupos que, supomos, se orientam por valores não capitalistas e motivações não monetárias. A problemática, então, de um lado, se situa no paradoxo de um capitalismo estremado, gerador de crise de valores, desigualdades sociais e degradação ambiental enquanto campo de forças hegemônicas, e, de outro, a existência de formas de resistência significativas que, ao buscar visibilidade da grande sociedade, tem, inclusive, que resistir à apropriação do próprio capitalismo.

A partir da segunda metade do século XIX, no contexto da Segunda Revolução Industrial e no período pós guerra (II Guerra Mundial), um novo projeto de desenvolvimento econômico mundial tomou forma, principalmente nos países ocidentais. Idealizado e impulsionado pelos países industrializados, inspirado na mais profunda abordagem utilitarista¹, este projeto ou modelo de desenvolvimento teve como estratégia transformar as economias produtivas para responder às demandas da economia mundial. Grande parte desta demanda correspondeu, durante muitos anos, à produção de alimentos em larga escala, e à absorção das tecnologias criadas tanto num contexto de guerra (maquinários, insumos químicos, como o *agente laranja*) quanto aqueles produtos originários das inovações que surgiam com a indústria e a pesquisa.

Desta forma, diversas ferramentas foram elaboradas e postas em funcionamento. A mecanização e a adoção de insumos agrícolas sintéticos nos países periféricos foi umas dessas ferramentas principais, que em seu interior absorveu esta nova tecnologia, sendo mercado consumidor, de modo a intensificar e modernizar seus processos produtivos. Esta produção vinha a satisfazer a demanda mundial, o que significa dizer, correspondia a um modelo agro-exportador.

Do processo de modernização da agricultura, do intenso e rápido crescimento das cidades industriais, da divisão internacional do trabalho, da regulação do sistema econômico mercantil, da utilização intensiva de recursos naturais não renováveis, surgem externalidades negativas e conseqüências que foram percebidas e problematizadas somente décadas mais tarde. Tais conseqüências, dentro deste paradigma de desenvolvimento,

¹ Uma passagem de Alain Caillé, publicada no Jornal do M.A.U.S.S. nos explica o sentido doutrinário do utilitarismo, dominante no século XIX: “Pela história mais clássica das idéias filosóficas, econômicas ou sociológicas, o utilitarismo é a doutrina de Jeremy Bentham (1748-1832) e seus discípulos (especialmente John Stuart Mill), que é baseada na idéia de que 1) os indivíduos não têm interesse à maximização racional e calculável de sua própria felicidade, e que 2) o único critério racional do justo – regras ou instituições justas e, por conseqüência, socialmente desejáveis – reside naquilo que produz objetivamente a maior felicidade da maioria.” (CAILLÉ, 2007).

deveriam ser superadas e resolvidas pelo próprio mecanismo que veio a regular toda a sociedade: o mecanismo de auto-regulação do mercado.

Ora, este mesmo sistema não deu conta de resolver algumas das externalidades dos sistemas produtivos, tais como a constatação da finitude de recursos naturais e a intensa poluição (principalmente do ar, das águas e dos alimentos) causada pelos resíduos industriais e pelos próprios insumos agrícolas, necessários ao aumento da produtividade nos mais diversos setores; o surgimento de novos problemas sociais, como a precariedade das condições de trabalho e de vida nas cidades (causa muitas vezes de doenças físicas e psíquicas), a desigualdade na distribuição da renda e a conseqüente pauperização de grande parte da população, o crescente êxodo rural; a supressão de culturas e modos de vida tradicionais; a perda de qualidade em diversos sentidos da vida humana em sociedade: em relação à habitação, à segurança e ao direito à alimentação, às relações humanas tendenciosamente competitivas, à pureza do ar e da água consumidos diariamente por todos os habitantes do planeta, à autonomia das nações e dos países periféricos frente à hegemonia econômica e cultural dos países do hemisfério norte.

Em um ensaio escrito por Ernesto Ottone, ex-assessor do governo de Ricardo Lagos Escobar e atual Secretário Executivo Adjunto da CEPAL, publicado nos informes sobre a Cúpula Ibero-americana, percebe-se: “Como já disse a Cepal, faz quase duas décadas, o desenvolvimento latino-americano mostra 'uma caixa postal vazia', pois não consegue conjugar o crescimento com a equidade. Efetivamente, a região caracteriza-se por ter a maior desigualdade na distribuição do rendimento, e essa situação tende, com escassas exceções, a agravar-se com os impactos da globalização.” (OTTONE, 2007).

O Brasil não é uma dessas raras exceções. Desde a colonização, e sob a égide da globalização capitalista, é um país que se caracteriza pela dicotomia entre ricos e pobres, acúmulo e escassez, abundância e concentração de renda e recursos.

Desde 1980, com o abandono do projeto de industrialização nacional, tem avançado no país o ciclo da financeirização da riqueza, que traz em seu bojo o retorno ao modelo primário-exportador de matérias-primas e produtos agropecuários (agronegócios). Da mesma forma que os ciclos econômicos anteriores, o padrão distributivo segue inalterado, a não ser pelo aprofundamento da desigualdade de renda e riqueza. Entre 1980 e 2000, quando o crescimento econômico foi pífio, se tornou geograficamente mais concentrada ainda a presença dos ricos no Brasil (POCHMANN, 2007:16).

Segundo o autor, isto seria conseqüência de uma concentração de poder, que aponta como outra característica (marca inalienável) do Brasil. Na leitura do atual presidente

do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a ausência de democracia consolidada leva ao conservadorismo, que tem como consequência a concentração do poder e assim o agravamento da desigualdade de renda e riqueza (POCHMANN, 2007).

2.1.1 Brasil: processos históricos e trajetória econômica

A formação econômica brasileira segue o modelo agro-exportador. Isso dá ao Brasil uma série de ‘fontes de divisas’ ao praticar o comércio internacional e, como consequência do modelo, enquanto o ‘bom’ produto é consumido internacionalmente, facilitado por uma série de subsídios e políticas (formuladas tanto nacionalmente quanto nas diretrizes para o bom funcionamento do comércio internacional), o consumidor interno brasileiro não acessa facilmente nem o ‘bom’ produto, e tampouco os recursos (dinheiro) necessários para poder adquiri-lo, por ser um produto mais caro.

O sistema agrícola adotado foi o de *plantations* (monocultivos em grande escala), o que significou uma ocupação do território nacional baseada em modelos de consumo dos países industrializados, com a implantação de culturas agrícolas não necessariamente correspondentes às culturas nacionais e as formas tradicionais de produção, ocasionando também perda de biodiversidade dos espaços cultivados.

De fato, um dos objetivos da ocupação colonizadora foi a da criação e exploração de espaços produtores que estabeleçam sua economia voltada à exportação – ao favorecimento do país colonizador. A ocupação do território brasileiro ocorreu primeiramente pelo litoral do país com as expedições colonizadoras portuguesas e espanholas. Nas faixas litorâneas começaram a se desenvolver economias regionais, configurando uma ocupação e economia diferenciadas das regiões centrais, que foram ocupadas mais tardiamente. Ao longo do tempo, estas economias regionais foram se fortalecendo com pouca ou quase nenhuma conexão entre si – como no caso do açúcar, da mineração, do café, da borracha. Cada economia regional, ao seu tempo, produzia voltada ao mercado externo.

A implantação de monoculturas em larga escala transformou as condições dos mercados consumidores e produtores. “Entre o modo de produzir dos nativos e o *plantation* existiam diferenças importantes, ligados aos métodos e finalidade da produção” (SODRÉ, 1996:14). Este sistema se caracterizou por ser uma empresa de grandes dimensões,

em que as regiões manufatureiras deviam fornecer os instrumentos e produtos necessários conforme as necessidades de consumo dos países do hemisfério norte – num primeiro momento, os países europeus e, posteriormente, os Estados Unidos. O comércio de especiarias, diferentemente das *plantations*, nutria-se da exploração do valor (diferença de preço entre compra e venda), e seu consumo não requeria nenhum processo de transformação. No caso do extrativismo, o contexto era o de uma produção pré-existente, em que não havia interesse nem necessidade aparente para organizar a produção: a exploração dependia somente da dominação dos monopólios comerciais (comercializar e não produzir, tampouco colonizar ou povoar). Entendia-se que já existia também uma população suficiente nos países periféricos para realizar a colheita de tais especiarias.

No processo de colonização das Américas Central e do Sul, uma vez que a produção indígena se destinava apenas para o auto-consumo, não restavam excedentes (produção local) que pudessem servir como objeto de troca com o mercado europeu. No caso do Brasil, a negociação de terras e o tráfico negreiro, já no século XVI, eram uma das principais atividades do capital comercial, o que representava condições favoráveis á investida da Europa em terras brasileiras. Essas condições impunham para o Brasil uma solução agrícola, em grande escala, com condições de escoamento no mercado europeu com o monopólio de produção e a transferência de renda do interior para o exterior, no período colonial, e depois a mineração - e com ela um intenso processo de povoamento e ocupação do território brasileiro. Assim, todo o país tornava-se mercado consumidor para os produtos do campo. O produto do trabalho camponês, antes subsistência da unidade familiar, tornava-se mercadoria, e com isso uma outra atribuição de valor acontecia com relação ao produto do trabalho. Acelerava-se a transformação de produção agrícola em produção de mercadorias. A produção agrícola em maior escala exigia a compra de produtos (dispensáveis e indispensáveis) à sua produção. Logo, outra transformação importante no aspecto produtivo é a relação com a quantidade de produção: a pequena colheita passa a significar altos preços, e grande colheita significa preços baixos.

Já no século XIX, o trabalho escravo foi, em parte e gradualmente, substituído pelo trabalho livre. Ambas as forças de trabalho eram utilizadas com o objetivo de preservar uma economia de exportação histórica e institucionalmente construída. A figura do intermediário (comerciante, atravessador) surge neste contexto: quanto mais longas as distâncias, mais difícil era a venda do produto agrícola para o consumidor. O produtor afastava-se do consumidor, e o intermediário tira vantagens tanto do agricultor quanto do consumidor, fazendo deste fluxo seu lucro.

Oliveira (1986:40) chama a atenção para o fato de que o colonato, que muito embora servisse para a realização do capitalismo no Brasil, não pode ser considerado um regime de trabalho assalariado, pois o salário em dinheiro é a única forma de pagamento na produção capitalista. Assim, o colonato é entendido como relação não-capitalista de produção. O pagamento era feito como parte de um fixo pelo trato da produção, outra parte proporcional à colheita, contabilizado junto à produção necessária para a manutenção da vida do trabalhador e ainda pelo excedente comercializável. Outra característica do colonato é a do trabalho familiar. Assim, o pagamento do trabalho é uma espécie de “salário” que entra na cabeça do capitalista, mas não no bolso do trabalhador. As relações sociais de produção são a essência do processo produtivo, estabelecidas independentemente das vontades individuais de cada envolvido no processo.

As características gerais da agricultura brasileira não são fornecidas pelas grandes fazendas prósperas, que a exportação do café tornou conhecidas em todo o mundo e cujos proprietários viveram em opulência proverbial, mas sim pelos milhões de caboclos, trabalhadores independentes ou colonos de grandes propriedades que, proprietários ou assalariados, continuaram tão pobres como antes. Vivem à margem da economia monetária e, mesmo os assalariados, frequentemente recebem seus salários em produtos (LAMBERT, 1971:130)

A respeito do desenvolvimento da agricultura no período de industrialização (ver APÊNDICE A), foi eminentemente de caráter monopolista e a aposta que se ampliou foi na modernização das formas e estruturas produtivas. Segundo Furtado, o termo *modernização* remete aos países subdesenvolvidos atingirem, de certa forma, padrões e volumes de capital para conseguirem ter o padrão de consumo dos países centrais. Isso se relaciona tanto com a geração de excedentes quanto com o próprio processo de modernização dos países quando do desenvolvimento do capitalismo industrial.

[...] os países periféricos foram transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico que tinha lugar no centro do sistema. A adoção de novos padrões de consumo seria extremamente irregular, dado que o excedente era apropriado por uma minoria restringida. As elites locais estiveram, assim, habilitadas para seguir de perto os padrões de consumo do centro, a ponto de perderem contato com as fontes culturais dos respectivos países (FURTADO, 1996:79-80).

Seguiu-se a este período a baixa de preços dos produtos agrícolas brasileiros, em função do aumento qualitativo da produtividade do trabalho, criando condições para a acumulação sob a forma industrial. Como balanço do aumento do consumo produtivo e da

baixa nos preços de venda, ocorreu o aumento no endividamento nacional. Os grandes monopólios industriais nunca produziram sob relações especificamente capitalistas no campo (em função da estratégia do capital monopolista com relação à agricultura), optando pela submissão dos camponeses e dos elos mais frágeis dos capitalistas.

Por volta dos anos 1970 criou-se um movimento de integração produtiva, e tanto as regiões Nordeste quanto Sul do país receberam novos investimentos industriais. Aos poucos as exportações da agricultura perderam lugar para produtos industrializados e semi-industrializados. Neste período, também, cresceu vertiginosamente a inflação nacional. É nesta década que se introduz a cultura da soja como principal produto para a economia de exportação. Com sementes trazidas da Ásia e dos Estados Unidos, o modelo adotado para o plantio foi a da monocultura, aumentando tanto a lucratividade do então novo setor da economia nacional, quanto o desemprego e a desapropriação de terras no campo, com conseqüente crise na agricultura familiar². A cultura da soja neste formato necessita expandir as fronteiras agrícolas, o que implica em colonização da região Centro-Oeste e, na década de 1980, em desmatamento em larga escala, principalmente em direção à Bacia Amazônica.

Entre 1956 e 1961³ ainda muito da indústria pesada do Brasil estava concentrada em São Paulo, o que aumentou ainda mais as desigualdades regionais. Foi um período de fortes investimentos na indústria de bens de produção, utilizando capitais estrangeiros. Como conseqüência da utilização destes capitais, internacionalizou-se a economia brasileira, com a facilitação para a entrada de corporações multinacionais.

Entre 1969 e 1973, por conseqüência da exportação da soja e da aceleração no crescimento industrial, o Brasil vive o período do “Milagre Econômico”: uma fase de rápido crescimento econômico e aumento do PIB, em que a indústria empregou amplamente mão de obra não qualificada. Em outros termos, a indústria absorveu grande parte da população rural que não tinha mais condições de trabalhar no campo em função das monoculturas mecanizadas e monopolizadas. Este êxodo, na cidade, se transformou em ‘mão de obra barata’, pois se tratava de indivíduos com necessidade de alguma oportunidade de emprego para garantir sua simples sobrevivência no meio urbano e sem a devida especialização no trabalho operário. Como conseqüência, a concentração de renda nacional recrudesciu. Também foi neste período que a repressão advinda da ditadura militar viveu seu

² Neste contexto surgem movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, em 1985, e mais tarde a Via Campesina.

³ Período governando por Juscelino Kubitscheck.

auge, coagindo violentamente tentativas legítimas de oposição ao regime vigente com vistas à diminuição das desigualdades que, explicitamente, aumentavam.

Tamanha a desigualdade, que o efeito do chamado Milagre Econômico durou pouco. Com a crise internacional do petróleo, muitos países se endividam com os então chamados “petrodólares”. No Brasil esta fase correspondeu aos anos de 1973 a 1980, e se caracterizou pelo aumento a dívida externa, com consequência de arrochos e perda de poder de compra dos salários dos empregados urbanos.

Em uma fase de um Brasil já modernizado (no sentido dado por Celso Furtado), mecanizado, industrializado e de uma economia internacionalizada, as desigualdades sociais e distributivas já eram imensas. Em 1986 foi lançado o Plano Cruzado, com explícitos objetivos eleitoreiros. Tal plano fracassou, em grande parte, pela restrição alfandegária quanto às importações e pela escassez interna de produtos de primeira necessidade. Ao mesmo tempo, uma vez mais, não foi realizado um plano nacional de produção e consumo internos, agravando ainda mais a crise que já estava dada. A década de 1980 no Brasil é conhecida como a “Década Perdida”, caracterizada pelo aumento do endividamento externo, baixa produção e consumo locais, aumento de desigualdades sociais, continuação de padrões de acúmulo desigual de renda.

A partir dos anos 1990, é notável a gradual retirada do Estado dos processos econômicos, em que o próprio mercado passa a ser o ‘ente regulador’ das economias. “A completa predominância da categoria mercado traz uma homogeneização de tratamentos que é problemática, pois, na prática, tende a ampliar as diferenciações” (ARAÚJO *apud* MINEIRO *at al*, 1998:170). A economia, a partir desse período, passou a se caracterizar como uma economia globalizada. É dizer que, nos planos macroeconômicos, as economias regionais são orientadas a partir das estratégias (e dos interesses) dos grandes atores – que são, por sua vez, representadas pelos monopólios internacionais, e não mais pelos Estados nacionais. Ora, se o comprometimento e a ética empresarial são justamente a geração de capital e lucros direcionados privados, parece evidente que as camadas mais pobres da sociedades, menos competitivas, ou até mesmo aqueles substratos sociais que não se enquadram na competição de mercado – por estrutura, característica sócio-cultural ou qualquer fator relacionado a heterogeneidade que compõe a sociedade sejam neste processo – sejam permanentemente e gradualmente desfavorecidas.

2.1.2 A construção social dos mercados

No século XV, a produção de trigo (na Inglaterra) tinha uma organização estritamente local. O crescimento das metrópoles fez com que o comércio se tornasse regional, mas nunca nacional. Para tanto, o Estado teve de abrandar impostos (o Estado). Durante o século XVIII, a aglomeração da população nas cidades fez com que a abrangência do comércio aumentasse primeiramente para uma escala nacional e depois para uma escala mundial.

Efetuar essa transformação foi o verdadeiro significado do livre comércio. A mobilização do produto da terra se estendeu do campo vizinho para as regiões tropical e subtropical – a divisão do trabalho industrial-agrícola foi estendida ao planeta. O resultado foi que os povos de zonas distantes foram engolfados pelo turbilhão da mudança, cujas origens eram obscuras para eles, enquanto as nações européias se tornavam dependentes de uma integração, ainda não garantida na vida da humanidade, para as suas atividades cotidianas. Com o livre comércio, as novas e tremendas casualidades da interdependência planetária ganharam corpo (POLANYI, 1980:217)

Ainda que tal transformação produtiva tenha sido impactante e, num primeiro momento, estranho à sociedade Européia, estes países ainda dispunham de formas legais que os protegesse da repercussão do livre comércio internacional, através de subsídios e demais ferramentas estatais, somente possível em Estados ‘fortes’. Porém, a mesma proteção não seria possível com populações politicamente não organizadas, como os povos coloniais.

Assim surge o comércio orientado por diretrizes internacionais, que deu origem ao sistema que conhecemos e vivenciamos hoje: uma vez o mercado era um espaço – tempo de negociação e permuta de mercadorias, impulsionado pela auto-regulação e pela mercadologização de diversos aspectos da vida, passa a tomar conta de todos os espaços (físicos e estruturais) da sociedade, permeando-a com sua lógica. Apoiado em estudos da antropologia, Polanyi nos brinda com uma passagem que descreve, de maneira breve, a dinâmica dos mercados medievais - ora estruturas, ora acontecimentos localizados, e comerciava produtos de primeira necessidade e artigos vindos ‘de fora’:

O mercado deve ser visitado regularmente em dias de mercado. Se qualquer ocorrência impedir a abertura do mercado por alguns dias, os negócios não serão retomados até que a praça do mercado tenha sido purificada. Qualquer ocorrência na praça do mercado que envolva derramamento de sangue exige a imediata expiação. A partir deste momento não é permitido a qualquer mulher abandonar a praça do mercado, e nenhuma mercadoria pode ser tocada; tudo

tem que ser muito bem limpo antes de ser levado para fora e usado como alimento. Pelo menos um bode tem que ser sacrificado imediatamente [...] (THURNWALD *apud* POLANYI, 1980:83).

Sendo o mercado, tal qual o conhecemos hoje, uma estrutura institucional construída cultural e socialmente que “nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela esteve parcialmente presente” (POLANYI, 1980:56), cabe questionarmos em que medida as relações monetárias são legitimamente condicionantes das relações sociais.

Para fazermos uma reflexão necessária sobre a origem da chamada economia de mercado ou, nos termos de Polanyi (1980; SINGER 2002), economia monetária, retomaremos algumas compreensões básicas do processo de formação de um produto, deste em mercadoria e daí a circulação de produtos e de dinheiro (ou poderíamos dizer, da circulação de valores).

Um produto (objeto ou elemento fruto do trabalho humano e/ou não humano) atinge o caráter de mercadoria quando é destinado ao mercado. Os indivíduos de uma comunidade, agrupados ou não, produziam nas economias tribais ou primitivas para sua subsistência, trocando produtos uns com os outros, ou produzindo conjuntamente para a reprodução social das comunidades. Com o tempo surge a especialização das funções: uns produzem, outros trocam. Nesta diferenciação entre produtor e comerciante, destaca-se o espaço destinado às trocas e às próprias características (e conseqüências) da especialização.

Os espaços de trocas, originariamente, eram as feiras⁴. Estes espaços surgem a partir da decadência das estruturas feudais nas regiões do Mediterrâneo e dos mares do Norte e Báltico (SODRÉ, 1996). Já o mercado, originalmente, é o espaço de troca em que se usa do dinheiro para a realização deste trâmite, e constitui assim a troca mercantil, ou seja, troca de produtos por dinheiro e de dinheiro por produtos, produtos estes que não necessariamente são produzidos pelos mesmos sujeitos que realizam a troca (ou venda propriamente dita). O sistema econômico que caracteriza a troca mercantil é o capitalismo.

Mercado, então, seria primeiramente um espaço determinado; com a expansão da economia monetária e do acúmulo de capital, todo o espaço da sociedade, no mundo ocidental, vai se transformando processualmente em mercado. Esta seria a conseqüência observada por Polanyi da institucionalização do mercado enquanto ‘entidade’ reguladora da sociedade. Ou seja, a mesma economia de mercado que surge a partir das

⁴ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: “lat. *feria,ae* 'dia de festa', mais comum no pl. *feriae,arum* 'dias consagrados ao repouso, festas, férias'; em lat.vulg., 'mercado, feira', porque os dias de festa religiosa eram aproveitados para comércio no local daquelas manifestações”.

relações sociais e econômicas, a partir de um momento de ruptura, vai tomar uma amplitude a ponto de os processos econômicos (ou melhor, os processos mercantis da economia) terem uma força tal sobre as relações sociais que toda a sociedade (o conjunto das relações sociais) passa a ser regulada pelo mercado. Onde tudo é mercadoria, todos os espaços são mercados; as relações são basicamente comerciais. Ao menos no que diz respeito aos processos macroeconômicos, estamos os referindo aqui ao *mainstream* econômico e político mundial.

A expansão do regime capitalista ocorreu num contexto em que se entendeu que a produção simples de mercadorias estava suficientemente desenvolvida a ponto de gerar um substrato social (uma classe) que detém os meios de produção (os capitalistas) e outra que vende sua força de trabalho, por não dispor dos meios para realizar a produção de mercadorias (os assalariados). Ou ainda, em que existe a acumulação de capital, mesmo proveniente da atividade comercial. Neste contexto, artesãos e camponeses, que eram donos de seus meios de produção, sofreram expropriação em massa neste processo.

Conforme explica Werneck Sodr  (1996), a acumula o gerada pelo capital comercial e pelo capital usur rio⁵ auxiliou no surgimento do capitalismo. Em espa os em que a acumula o de dinheiro se concentrava nas m os de uma pequena parcela da sociedade, distinguiam-se os capitalistas, que eram o grupo social que dispunha de capital suficiente para originar empresas produtoras, e as massas de trabalhadores (livres, por m privados de meios de produ o e subsist ncia), que tinham ent o de trabalhar em troca de um s lrio. O modo capitalista de produ o est  circunscrito tanto   produ o imediata quanto a circula o de mercadorias, o que intensifica a necessidade tanto de um quanto de outro.

⁵ Capital destinado a empr stimos.

2.2 O FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E A CONTRA-HEGEMONIA

Nas décadas de 1970 e 1980 se vivencia, principalmente nos países Latino-americanos, o “surgimento e expansão de vários movimentos socioambientalistas nos países tropicais preocupados com a conservação e a melhora das condições de vida da população rural” (DIEGUES, 2004:20). Destes movimentos, surgem diversas organizações sociais. Algumas se agrupam sob a forma de grupos de afinidade, informais sob o ponto de vista jurídico; outras iniciativas formam associações, fundações, cooperativas das mais diversas características.

Descrever o movimento cooperativista no Brasil e no RS parece importante por duas questões bastante objetivas: primeiro, no estudo de caso realizado, a forma de organização em cooperativas se destaca, seja em cooperativas de produtores ou de consumidores⁶. As cooperativas no âmbito da Rede se destacam pela característica de competitividade – colocação no mercado, circulação de produtos e dinheiro que elas adquirem na rede: são as cooperativas os grupos que se envolvem diretamente com a comercialização, principalmente nas relações com o mercado convencional assumindo assim um papel estratégico na organização e efetivação da comercialização. Segundo, é importante mostrar que paralelamente ao processo de dominação descrito e explicitado, também foram surgindo e se criando processos e formas de organização social alternativas ao modelo imposto pelo *mainstream* político e econômico. Ainda que as cooperativas (assim como associações e ONGs) não representem *per se* organizações de contestação, de cunho social (no sentido de responder a motivações não monetárias), de ‘esquerda’ ou de resistência; ou ainda, destas formas de organização não identificarem algum projeto de desenvolvimento ou qualquer relação com questões ambientais, são, sem dúvida, movimentos sociais e expressões que surgem a partir de necessidades ou objetivos comuns entre os sujeitos da ação social - os trabalhadores -, legitimando assim essa forma de organização social como ‘alternativa’ de reprodução social dentro de contextos sóciopolíticos desfavoráveis a diversos grupos sociais.

Existem diferenças estruturais, jurídicas e de gestão nas formas de organização cooperativas e nas associações, ou ainda, nas que chamamos normalmente de ONGs. Nesse momento, nos deteremos em explicar o processo cooperativista pois, conforme já exposto, é a forma de agrupamento que melhor exprime a ação (protagonismo ou

⁶ Ainda que no Núcleo da Rede analisado apareçam ainda duas outras formas de organização em grupo: associações e ONG, além de grupos não formalizados.

empoderamento) dos principais atores sociais da rede, quais sejam, os agricultores e consumidores.

2.2.1 O Movimento Cooperativista

Dentro de uma compreensão histórica do surgimento e desenvolvimento do cooperativismo, em âmbito mundial, considera-se que o movimento cooperativista surge, em suas bases filosóficas, enquanto atitude crítica ao processo de desenvolvimento crescente do capitalismo, e também como estratégia para adquirir competitividade de pequenos grupos (ou unidades de produção) na disputa por mercados (CARLOTTO; GALIOTO 1993, CEPAL 1989). As cooperativas de consumidores iniciaram (ou pelo menos se difundiram) na Grã Bretanha. Independente da composição social e da carga ideológica contida em cada grupo, um traço comum é justamente a contraposição crítica à hegemonia monopolista de mercado – e é indicativo de contrastes e desigualdades sociais. Esta crítica está nas concepções específicas de desenvolvimento eminentemente econômico que está na base do modelo capitalista. O movimento cooperativista buscou, primeiramente - e em contraposição à idéia de transformação das economias produtivas para que possam dar respostas às demandas da economia mundial – a concepção de desenvolvimento local e a equidade na distribuição, aos seus membros, da renda gerada pelas diversas atividades produtivas. Neste modelo, não se acumula em um ponto ou ente específico do sistema produtivo nem o capital e tampouco as forças de trabalho presentes.

Os primeiros pensadores do cooperativismo, a exemplo de Robert Owen⁷, defendiam o caráter do homem como ser social e solidário. A solidariedade, por sua vez, encontra sua expressão concreta no mutualismo, o qual é outro conceito central do cooperativismo. Outra proposição que sugere o cooperativismo é o antiautoritarismo: ou seja, discorda da sustentação de um Estado central e autoritário, em detrimento da idéia de um Estado que assume papel de redistribuidor (ou, atualmente, da hegemonia do próprio mercado como regulador, e assim dominador). O projeto de sociedade proposto pelo cooperativismo se baseia na associação voluntária em pequenos grupos, uma vez que estes agrupamentos se dão

⁷ Robert Owen é considerado 'o pai do cooperativismo'. Filósofo e socialista utópico, foi o idealizador da Cooperativa de Rochdale, iniciativa pioneira do cooperativismo no mundo e até hoje referenciada como 'cooperativismo ideal' ou puro. O termo cooperativismo foi empregado pela primeira vez por Owen como *Co-operation*, - co-operação-, ou operação conjunta em estado de cooperação.

por afinidades e/ou objetivos comuns. Trata-se de dar conta, dentro da estrutura do sistema social, da multiplicidade e da pluralidade de opiniões, interesses, costumes e culturas existentes na sociedade. Desta forma, garantir-se-ia a coexistência harmoniosa, com liberdade e ordem social, entre os diferentes grupos que conformam e compõem a sociedade como um todo. Mesmo com uma configuração tão diversa como a proposta, a ordem social garantir-se-ia através de contratos mútuos que se estabelecem entre os grupos, e assim para o todo do sistema social.

As origens das idéias cooperativistas se expressam de formas distintas na Europa e na América Latina. O movimento cooperativista europeu surge com princípios relacionados à solidariedade, democracia e formação permanente. Muito embora esses preceitos não tenham sido explicitamente abandonados, mudanças profundas aconteceram desde suas origens históricas até os dias de hoje.

Na Alemanha, o movimento cooperativista começou com disputas partidárias, tendo seu cerne na pequena burguesia. A classe trabalhadora teve um importante papel ao organizar cooperativas de consumo, e assim a idéia associativa vinculada ao mundo rural foi relacionada à doutrina econômica e a um plano político. Já na França, haviam condições concretas para os agricultores se associarem: as cooperativas surgem aí como um esforço coletivo às perdas agrícolas ocorridas entre 1880 e 1900.

Na Itália, o debate ocorreu entre liberais e democratas, num contexto de disputa pelos rumos da política nacional. A defesa dos democratas era que as cooperativas poderiam recolocar as empresas capitalistas na economia, com forte intervenção estatal. Os liberais moderados entendiam que as empresas capitalistas e as cooperativas poderiam coexistir em uma mesma sociedade, mas que sua configuração e, principalmente, sua ética, eram distintas. Entendiam a intervenção do Estado como forma de coerção da liberdade. No meio rural, a ideologia socialista e a doutrina católica impulsionaram o movimento cooperativista como forma de organização camponesa.

Já na América Latina não se percebe uma diferença tão profunda no cooperativismo atual e nas suas origens, ainda que suas características e os problemas aos quais enfrenta sejam inevitavelmente mais complexos e diversos que os europeus. De fato, se propõe na sua raiz a discussão e o aprofundamento da democracia e da participação, temas esses que se fazem cumprir em um grande número de casos na atual configuração cooperativista. Porém, a heterogeneidade institucional característica da América Latina se reflete no contraste entre grandes organizações de caráter empresarial, por um lado, e por outro, pequenas organizações produtivas de trabalho, ou estabelecidas como estratégias de

sobrevivência de grupos sociais (CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 1989).

2.2.1.1 Sobre o processo cooperativista no meio rural

No Brasil, mesmo as iniciativas das “indústrias a domicílio” (as agroindústrias familiares) não contiveram o contínuo empobrecimento do camponês, que ainda enfrenta o problema do transporte do produto (e aí como figura central o papel dos atravessadores) e a pressão da grande indústria.

Mesmo o surgimento de cooperativas não foi suficientemente eficaz, fazendo em alguns lugares “com certo sucesso” dos camponeses, capitalistas (OLIVEIRA, 1986). Este processo apontava para a industrialização da agricultura, sobretudo na etapa monopolista do capitalismo. Com a industrialização começa a passagem do capital comercial para o industrial, e, “mais que isso, com a cartelização e nascimento do capital financeiro, a sua sujeição aos monopólios⁸” (OLIVEIRA, 1986:49).

O surgimento de cooperativas rurais – quais sejam de produção ou de consumo – nasce do campesinato e é incorporado pelo Estado. Nasce no século XIX

[...] como instrumento de defesa dos agricultores contra o comerciante (o atravessador), que de certo modo atuando como comprador e usuário, explorava os camponeses, levando-os à proletarização. Foi por isso que as cooperativas nasceram no campo operando no setor do crédito e da comercialização. Assim, elas se tornaram um instrumento de defesa tanto do pequeno como do grande agricultor. Desse modo, as cooperativas ofereciam as vantagens da compra e venda em escala, consolidando e fortificando o camponês, e permitindo, assim, a sua reprodução, em oposição à crescente proletarização a que está historicamente submetido. (OLIVEIRA, 1986:72).

O Brasil não tem um cooperativismo econômico, social e cultural homogêneo. Diferente das outras regiões, o Sul apresenta relações mais equilibradas entre a proporção da população e a participação nos ingressos globais do país. As regiões Sul e

⁸ Oliveira, referindo-se a estudo realizado por Kautsky, registra que é nesse processo que nascem empresas como a Nestlé. Para ilustrar, esta empresa possuía em território suíço, uma fábrica de farinha láctea e duas grandes unidades de produção de leite condensado. Industrializavam diariamente 100.000 litros de leite, provenientes de 180 aldeias, que perdem sua autonomia e se perfilham à casa Nestlé. São, desta forma, proprietários de suas terras, porém não mais camponeses livres, de autonomia relativa em relação à dinâmica do mercado (Oliveira, 1986:49).

Sudeste, são consideradas as mais desenvolvidas do país, e é onde está a maior parte de associações cooperativas e de associados de cooperativas: segundo a CEPAL (1989), uma concentração excessiva de cooperativas (em relação a estados mais pobres com maior população, como o nordeste).

Ainda que não traduza a amplitude do ‘efeito social’ causado pelo cooperativismo no Rio Grande do Sul, a CEPAL constata, em estudo sobre o cooperativismo no Brasil na década de 1980⁹, que “del conjunto de afiliados a cooperativas brasileñas, 49,7% son sócios del sector primário, o sea, sócios de cooperativas de productores agropecuários, de electrificación rural y de crédito rural, y por lo tanto, pertenecen a 33% de la población rural brasileña” Ainda, sobre este processo no Brasil, esta Comissão destaca a dependência da tecnologia e da perícia de técnicos estrangeiros “que se expresa través de una rápida modernización tecnológica en la industria y en el agro, mediante la transferencia de ‘paquetes tecnológicos’ de origen foráneo, generalmente incompatibles con la realidad productiva y sociocultural del obrero industrial y del productor rural, especialmente del más pequeño” (CEPAL, 1989:97-8).

2.2.1.2 Origens do Cooperativismo e sua evolução

Como experiências pré-cooperativas, é interessante recorrer aos casos das reduções guaranis dos séculos XVII e XVIII, às quais, com a implantação da comunidade familiar chamada ‘abambaé’, conjuntamente com a propriedade comunitária, o ‘tupambaé’ gerara um sistema econômico que muito tem a ver com as experiências pré-cooperativas. Também os quilombos têm experiência econômica comunitária semelhante ao cooperativismo, enquanto colônias agrícolas e artesanais autônomas, baseados em grande parte na produção comunitária.

Dentro da idéia de autonomia produtiva e trabalho coletivo, tivemos também as experiências dos *falanstérios*, em que o nome do socialista utópico Charles Fourier se destaca como um dos precursores desta idéia. Os *falanstérios* eram agrupamentos de pessoas que trabalhavam cada um pela sua vocação. Os bens eram distribuídos conforme as necessidades e a riqueza gerada pelo trabalho distribuída pela quantidade de trabalho

⁹ Data de 1989 a última publicação da CEPAL sobre cooperativismo na América Latina, não dispondo assim de dados atualizados.

empregada por cada trabalhador. Existem registros dessa forma de agrupamento na região sul do Brasil, em Santa Catarina, entre 1842 e 1845 e no Paraná, entre 1847 e 1890 (CEPAL, 1989).

No Brasil, as primeiras experiências cooperativistas registradas datam de 1891, em São Paulo, uma cooperativa de consumo. Entre esta data e 1897 surgem algumas iniciativas mais no Rio de Janeiro, Pernambuco, e eram cooperativas urbanas mesmo que a economia do Brasil fosse eminentemente agrária. Até pelo menos a década de 1980, a maior concentração de cooperativas de consumidores está na região Sudeste, seguida da região Sul.

A CEPAL (1989) elabora algumas hipóteses para explicar porque as cooperativas brasileiras surgem no meio urbano e não no meio rural, ambiente que teria, a priori, todas as condições sócio-político-econômicas para tal. A primeira delas seria a influência da colonização européia no meio urbano, mais forte do que no meio rural. Como vimos, as primeiras iniciativas de cooperativas nascem na Europa, e a tendência de ‘imitação’ prevalece; segundo, em função da estrutura econômica rígida, em que, no meio rural, prevalecia o sistema escravista e semi-escravista, com relações muito fortes de dependência, coerção e opressão, além da concentração de terras, que significa concentração de poder; terceiro, o espírito de autonomia, individualidade e independência, posto o acima descrito, tornava-se característica de comportamento dos grandes proprietários rurais, ou seja, o poderio dominante. Assim, onde houvesse grande concentração de terras e trabalho escravo, menor a tendência ao agravamento de desigualdades sociais e, talvez, por conseqüência, menor tendência à iniciativas de associações. Também, outro aspecto é interessante: em tal configuração sócio-econômica, dificilmente tais grupos, se existissem, iriam conseguir tanto meios de produção quanto espaços de circulação, posto o projeto político que não priorizava tais iniciativas.

Isso não aconteceu nas regiões de colonização italiana, alemã, polaca, e demais situadas nos estados mais meridionais do país, cuja característica estava mais voltada às pequenas propriedades familiares. Tal configuração justifica o porquê de os estados do Sul terem mais grupos associados cooperativamente, se não por filosofia, por influência externa ou por alcance de competitividade do mercado, originalmente mais acessível à esta parcela da população brasileira – com características bastante distintas do restante do Brasil. No Rio Grande do Sul, o Padre Amstad fundou a primeira cooperativa agropecuária, em 1906 (CARLOTTO; GALIOTO, 1993; CEPAL, 1989). Nas regiões de colonização eminentemente italiana, a influência maior foi de Stéfano Paternó, enviado do Governo Italiano ao Rio Grande do Sul justamente para fomentar este tipo de iniciativa. Durante sua estada, muitos

grupos foram formados principalmente na área do crédito rural; quando de sua partida, em 1913, não deixou nenhuma infra-estrutura de apoio às iniciativas que vinham surgindo, o que fez com que essas iniciativas quebrassem. Também o fato de as cooperativas terem bastante resistência de se associarem entre si pode ser outra razão para que o movimento tenha gradualmente enfraquecido.

Segundo a CEPAL (1989), as cooperativas agropecuárias são as mais prestigiadas e exercem um papel hegemônico entre os demais segmentos de cooperativas, embora muitas destas organizações tenham um caráter muito mais corporativistas que necessariamente emancipatórios. Essas cooperativas agropecuárias surgem quando do contexto da crise de 1929 a 1934, como uma alternativa à continuidade de produção e de atingir mercados em menor escala, porém sem precisar parar de produzir ou de quebrarem completamente. Durante o governo Vargas foi criado o Ministério do Trabalho e Previdência Social, e no governo de Juscelino Kubitschek, implantada uma política de créditos e financiamentos, com o intuito de diminuir as importações de trigo e soja, principalmente no sul do país, pois neste governo cresciam as cooperativas nestes dois importantes setores da economia.

Sobre as cooperativas de consumo, a CEPAL (1989) as classifica de duas formas distintas: as ‘cooperativas fechadas’, em que o ingresso de membros se dá através de sindicatos, de suas profissões ou empresas. Desta forma, as direções destas entidades representativas podem interferir na gestão das cooperativas, que não possuem nestes casos plena autonomia de gestão. A outra forma seria a das ‘cooperativas abertas’, ou ‘cooperativas populares’, que permitem a filiação de qualquer consumidor que queira, voluntariamente, se associar. Nos anos 1960, no Brasil, ocorreu uma crise nessas cooperativas. A CEPAL atribui as causas da crise à falta de políticas de apoio e creditícia específicas a este tipo de iniciativa, às vendas a prazo no comércio geral – sistema este não adotado pelas cooperativas, e a não existência de cooperativas centrais ou federações específicas para estas cooperativas, o que não impulsionaria tais iniciativas a uma organização central. “Así, mientras que los sistemas de supermercados y redes complejas de supermercados tuvieron desde 1960 un desarrollo muy rápido, abarcando prácticamente todo el mercado, las cooperativas de consumo, debido al tradicionalismo de sus padrones empresariales, ingresaron en una fase de descenso, de la cual hasta mediados de la década de 80 no han podido salir.” (CEPAL, 1989:107).

Apresentamos, ainda que sem o devido aprofundamento analítico, dados sobre a concentração dos estabelecimentos rurais no Brasil na década de 70: “290.771 (5,9%) en 1970 y 530.072 (61%) en 1980, comercializaban parte de la producción por intermedio de

cooperativas. En 1970, 177.359 (33,5%) de los establecimientos rurales cooperativos se ubicaban en três estados de la región Sur (Rio Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná) [...] La región Sur, en el mismo año 1970, representaba 25,9% y la región sudeste 18,9% del total de establecimientos rurales de Brasil” (CEPAL, 1989:114).

Ainda utilizando dados desta mesma publicação, sobre perspectivas para cooperativas de consumo, a CEPAL considera que “de hecho, en la media que a cooperativa elimina el intermediario, es posible pagar al productor rural un precio mejor por el producto que antes le pagaba el intermediario y aún así vender o ‘entregar’ la mercadería al consumidor a un precio inferior al del mercado, eliminando al interés que percibía el intermediario”. Às cooperativas de consumo abertas “les cabe recrear en las poblaciones urbanas algo de las condiciones del ‘pueblo’ del interior, intensificando las relaciones primarias, tan menospreciadas por las distantes y utilitaristas relaciones sociales secundarias de las grandes metrópolis” (CEPAL, 1989:123).

2.2.2 A pauta ambiental em evidência

Entre os anos 1970 e 1980, no período de menor pressão da ditadura militar, a luta pela lei dos agrotóxicos foi um marco simbólico (e também concreto) em relação à visibilidade e ao descontentamento massivo com os resultados do projeto de desenvolvimento nacional: a chamada ‘modernização’ do campo, que teve custos sociais e ambientais consideráveis. Como resultados sociais visíveis deste projeto de desenvolvimento, da transferência de tecnologia ‘moderna’ ao campo, temos o aumento de concentração de terras e de renda, degradação ambiental, êxodo rural – que fazem emergir também movimentos sociais no meio rural e com ‘bandeiras de lutas’ essencialmente rurais. Este período também marca o início do movimento ambientalista e seu aparecimento no Sul do Brasil. Nos anos 1980, organizaram-se grupos importantes como as CPTs – Comissões Pastorais da Terra, vinculadas à Igreja Católica, MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, entre outras expressões sociais de contestação, resistência e alternativa ao modelo de desenvolvimento designado ao meio rural.

Nos anos 1990 iniciou-se um processo nacional para a construção de um Marco Legal para a agricultura orgânica, expressando uma demanda social por alternativas

que garantam qualidade nos alimentos, emergência e maturidade do movimento que, neste momento, foi impelido a elaborar estratégias de interação de forma organizada por parte das iniciativas em Agroecologia. Nesse contexto foi organizada a Rede Ecovida e a discussão sobre Certificação Participativa. Foi também nesta data que os movimentos sociais do campo assumiram a pauta da Agroecologia em suas agendas políticas (o Movimento Sindical Cutista, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, e o MST).

Na década de 1990, cresceu a demanda por produtos ecológicos. Junto a isso, uma espécie de ‘ecologização’ do discurso das empresas e corporações poluidoras, frente ao discurso da mídia. Neste contexto, a pressão pela regulamentação de produtos orgânicos e a necessidade de identificação e certificação tornou-se cada vez maior, e neste sentido, a pressão (à macroestrutura) foi realizada pelos atores envolvidos nos processos de produção em conjunto com organizações de diversas características, principalmente ambientalistas e extensionistas com trabalho direcionado à Agroecologia e à agricultura orgânica.

Nesta década, a pauta ambiental toma uma dimensão macro política - macro social (ver APÊNDICE A), perpassando a ação de movimentos pontuais e localizadas e demandando à *sociedade global* que reorganize o consumo nas cidades. No Brasil, o apelo de grandes mobilizações, a exemplo da Rio 92, discutiu sobre a sustentabilidade dos níveis de consumo, pois o grau de degradação ambiental já não era mais suportável ao próprio planeta. Foi o resultado de um processo de degradação ambiental acelerado que vinha ocorrendo em escala planetária desde a Revolução Industrial, tanto em termos de poluição gerada seja pelos processos de produção altamente mecanizados como quanto ao esgotamento de recursos naturais.

2.2.3 A Agroecologia

A Agroecologia tem sido, principalmente a partir do final do século passado, objeto de disputa tanto conceitual como paradigmática. Conforme registrado na Parte 1 deste trabalho, o enfoque teórico e multidisciplinar da Agroecologia (pluriepistemológico, nos termos de Casado, Molina e Sevilla Guzmán, 2000) vem sendo debatido e aprofundado, encarado tanto em aspectos teóricos e epistemológicos quanto em políticas públicas e ações sociais provenientes de diferentes e variados atores sociais como uma perspectiva emergente e necessária que se relaciona com a sustentabilidade ambiental e social. Diversos autores se

dedicam a esse debate, e neste processo alguns consensos já foram estabelecidos. Adotamos aqui a compreensão de *Agroecologia* como o manejo de recursos de forma a conjugar a agronomia com a ecologia, adotando formas de ação social coletiva e participativa, estabelecendo estratégias tanto de produção quanto de consumo que dêem conta de reverter o quadro de deterioração ecológica e social resultante dos projetos de desenvolvimento econômico produtivista. Desta forma, concordando com Caporal e Costabeber (2002; 2004), aos sistemas de produção ecológicos que não incluem em seu escopo as dimensões sociais e econômicas, não compreendemos como sistemas de produção de base ecológica em seu sentido mais amplo, pois trata-se também de um processo social e não puramente econômico ou produtivo. Desta forma,

[...] a Agroecologia nos traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (CAPORAL; COSATABEBER, 2002:01).

Nos sistemas de base ecológica a produção é diversificada, o que significa que, tanto em relação à oferta de produtos aos mercados quanto em relação ao auto-consumo, os agricultores ampliam seu leque de opções. Diversidade de produção, também, gera redistribuição de renda proporcionando um aumento de qualidade de vida em termos amplos, ou seja, tanto para os agricultores (conseqüentemente, suas famílias e sua comunidade) quanto para os consumidores, estejam estes localizados em meios urbanos ou rurais.

A CEPAL, em seu informe sobre as cooperativas na América Latina anteriormente referenciado, informa:

Las propiedades pequeñas tenían producción más diversificada y más orientada hacia el mercado interno. Las grandes se caracterizaban por sus monocultivos especializados, estaban altamente mecanizadas y con uso moderno de insumos y más orientadas hacia el mercado externo. Sin embargo, la productividad promedio, en términos de valor producido, en las propiedades con menos de 10 hectáreas, era nueve veces superior al de las propiedades con 500 hectáreas y más, por hectárea producida (CEPAL, 1989:98-9)

A Agroecologia recebe atributos conceituais, metodológicos, epistemológicos, científicos, normativos, paradigmáticos e práticos. Ainda que sem a pretensão de contemplar exaustivamente todas as perspectivas acerca do tema, trataremos nos

próximos parágrafos de localizar algumas abordagens diferentes e complementares, como forma de dar consistência ao debate. Serão descritos também os conceitos fundamentais que permeiam e se relacionam com o conceito próprio da Agroecologia com a intenção de enriquecermos a análise proposta nessa dissertação.

Na tentativa de realizar uma síntese conceitual de dois renomados e importantes pensadores da Agroecologia, buscamos compreender as contribuições de Miguel Altieri e Eduardo Sevilla Guzman, seguindo da contribuição de Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, extensionistas rurais que têm contribuído sistematicamente para a construção da Agroecologia, ainda que em nível mais local.

Miguel Altieri é professor da Universidade da Califórnia, referenciado como autor da escola norte-americana (juntamente com Stephen Gliessman). Altieri trata de explorar cientificamente a Agroecologia, apresentando uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, a fim de possibilitar que sejam desenvolvidos e implantados estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma *agricultura sustentável* (ALTIERI, 2003).

Eduardo Sevilla Guzmán, docente na Universidade de Córdoba, (Espanha) precursor da escola espanhola ou europeia, aborda a agroecologia na perspectiva do desenvolvimento rural. Considera a Agroecologia a partir de uma estratégia sistêmica, que aporta tanto uma abordagem pluriespistemológica (conjugando conhecimentos específicos da ecologia, agronomia, economia e sociologia) quanto às estratégias participativas de ação social e de inserção do ‘sujeito-objeto de pesquisa’ como parte da própria investigação; se utiliza de diferentes ferramentas de pesquisa em que o conhecimento dos sujeitos é transformado em conhecimento científico (o próprio ferramental metodológico proveniente da história oral e das representações sociais podem ser utilizados neste que Sevilla Guzmán considera como a perspectiva de transformação social do enfoque agroecológico).

Sugere a dualidade metodológica e epistemológica da agroecologia alicerçando-a na perspectiva sociológica. “O aporte fundamental da agroecologia tem uma natureza social, uma vez que se apóia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais, razão pela qual é também, sociológica” (SEVILLA-GUZMÁN, 2002:18). Nesta perspectiva, o enfoque agroecológico pretende compreender tanto os processos biológicos e tecnológicos (no processo de produção) quanto os aspectos socioeconômicos e políticos (processo da circulação dos bens produzidos que cheguem ao consumidor). Ao aderir às perspectivas de pesquisa de Jesús Ibañez (1994:

51-85 *apud* GUZMÁN 2002:21) tais autores trazem uma valiosa contribuição no que concerne às dimensões da agroecologia, trabalhando os níveis *distributivo*, *estrutural* e *dialético*. Desta forma, compreende-se que o *nível distributivo* da agroecologia se move no espaço produtivo, referindo-se a este ‘nível’ também como ‘ecoagricultura’. Ao tratar de “medir fenômenos e a relação entre fenômenos, para expressá-los quantitativamente, com maior apoio estatístico possível” (SEVILLA-GUZMÁN, 2002:21) se caracteriza pela reprodução da realidade físico-biológica no sistema de produção, relacionando as ciências agrícolas, agronômicas e florestais. O *nível estrutural* é o da agroecologia enquanto desenvolvimento rural, entendido como uma estratégia participativa para obter sustentabilidade, através de formas de ação social coletiva.

O objetivo é explicar as relações existentes entre os fenômenos analisados, de acordo com a percepção dos sujeitos que intervêm nos mesmos, através dos discursos elaborados por estes sujeitos – ainda que não configure metodologicamente como uma análise de representações sociais. O resultado é uma informação qualitativa que atribui sentidos socioculturais aos processos da realidade estudada. “A ruptura epistemológica com o desenvolvimento rural convencional surge da experiência acumulada nos últimos trinta anos na América Latina, África e Ásia, a partir do reconhecimento de que os agricultores possuem conhecimento dos seus sistemas agrícolas, e ainda, são capazes de dirigir provas e experimentos. A Agroecologia pretende, assim, dotar os agricultores de poder da participação” (SEVILLA-GUZMÁN, 2002:25). Já o *nível dialético* se concentra mais na prática da pesquisa em si – método e técnica da observação participante. Assim, a prática da pesquisa-ação participativa rompe a tradição da pesquisa sociológica clássica, trazendo uma possibilidade e perspectiva de surgirem mudanças sociais no processo de investigação; é a relação que se estabelece no processo de pesquisa entre pesquisador – empírico. Nesta perspectiva é o pesquisador quem incide na transformação, porque intervém, articula-se, e conseqüentemente tem de construir controles para se afastar da realidade estudada.

Costabeber e Caporal (2000; 2002) concebem a agroecologia em seu enfoque científico e estratégico, e refutam a compreensão da Agroecologia como um sistema produtivo, argumentando que esta é uma abordagem que reduz a potencialidade estratégica do termo e da prática agroecológica para a promoção do desenvolvimento rural.

Considerando estas abordagens, percebemos que existem alguns termos-chave intrínsecos ao conceito da Agroecologia, fruto de sua característica sistêmica e plural. Assim, encontramos termos como co-evolução, qualidade, lócus ou agroecossistema,

biodiversidade, equidade e ação participativa, aos quais trataremos de elucidar nas próximas linhas:

a) Co-evolução

Se refere à inseparabilidade da evolução dos sistemas humanos e naturais, uma vez que “historicamente, a evolução da cultura humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência à cultura humana” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002:03). Tais autores entendem que o desenvolvimento agrícola através da agroecologia é capaz de promover uma maior diversidade biológica e ‘manutenção’ cultural, com maior equidade social e econômica, do contrário do enfoque convencional de produtividade e de desenvolvimento. “Ecologistas sociais utilizam conceitos como o da co-evolução que, para Norgaard (1994), pode ser entendida como uma síntese interativa dos mecanismos de mudança social e natural” (DIEGUES, 2004:13).

b) Qualidade

O conceito de agroecologia também está intrinsecamente vinculado à qualidade dos alimentos. Esta qualidade atribuída aos produtos agroecológicos toma um significado ecológico no sentido mais amplo, reunindo atributos biológicos, sociais e culturais. Há na sociedade, hoje, a construção e a compreensão de que o produto resultado do modelo de produção agrícola da modernização produtiva desenvolvimentista (ou Revolução Verde) não é ‘limpo’ ou ‘puro’, por conter resíduos químicos, sintéticos, uma ampla e desconhecida (pelo menos por parte dos consumidores) sorte de insumos. O produto *eco* então significaria o produto limpo, puro, de qualidade.

Neste sentido, o enfoque agroecológico se difere das agriculturas ‘eco’ principalmente no que concerne aos aspectos sociais envolvidos na agricultura de base ecológica, ou seja, aquelas ‘agriculturas’ que buscam somente a substituição de insumos sintéticos por outros naturais, mas que se desenvolvem em grande escala, em monocultivos e, ainda, que não asseguram nem proporcionam equidade distributiva, não se baseiam nos saberes populares, em técnicas participativas ou ainda em relações sociais mais justas, não podem ser considerados ‘agricultura de base ecológica’ segundo os preceitos da Agroecologia. A base social, assim como a base ambiental, é que faz a agricultura de base ecológica.

O debate acerca da qualidade dos alimentos tem sido um tema fortemente pautado em diversos ambientes, seja no meio acadêmico, de pesquisa de produção, políticas públicas, construção de opinião de consumidores. Atribuímos nesta pesquisa uma importância vital a esse debate, e entendemos que a emergência deste reside justamente na elaboração e no aprofundamento das tais resistências as quais nos referimos com certa ênfase na primeira parte do trabalho.

c) O Local no enfoque agroecológico

O local é elemento fundamental a ser observado no enfoque agroecológico, tanto em seus aspectos ambientais quanto sociais, pois é no local onde estão os sistemas de conhecimento “portadores del potencial endogeno que permite potenciar la biodiversidad ecológica y sociocultural” e que é o ponto de partida das alternativas e métodos endógenos de melhoria socioeconômica que estabelecem dinâmicas transformadoras, a partir de desenhos participativos de “agriculturas alternativas” (CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMÁN, 2000).

Na agroecologia, o *locus* da produção é o *agroecosistema*, ou seja, o ecossistema que tem sobre ele relações sociais e produtivas, muito próximo de sistema agrário. Esse é em verdade um recorte ou, até mesmo, uma ressignificação necessária dada ao espaço de produção agrícola e à formação de sociabilidades diversas. Sevilla Guzmán (2002) sugere estas unidades de análise com natureza espacial, local, ao apresentar sua proposta de metodologia da pesquisa em agroecologia. Caracteriza tais espaços como: a comunidade local (ou núcleo de população vinculado a um território administrativamente dependente dele); a sociedade local (área significativamente homogênea que inclui, normalmente, várias comunidades locais) e a sociedade maior (região, estado ou país).

Longe de arriscar uma interpretação em profundidade da *Teoria Gaia*, de James Lovelock (1977), mas ainda assim buscando suporte nesta abordagem, podemos facilitar a compreensão de agroecosistema e biodiversidade se compreendermos o Planeta terra como um organismo vivo, e seus elementos (a biota, as rochas, o ar, os oceanos) como partes de um todo integrado, uma entidade fortemente conjugada. Esses modelos geofisiológicos que tratam de ‘descompartimentar’ o estudo acerca do planeta e seus componentes geofísicos demonstrando que o aumento da diversidade está diretamente relacionado com o aumento da estabilidade e da resiliência dos ecossistemas. Aceitando a interdependência e a correlação entre todos os seres vivos sobre a Terra, assim *todas* as

espécies vegetais e animais – o que inclui a humanidade e sua interação com o *meio ambiente* – verificamos que a agroecologia preserva e até amplia a biodiversidade nos agroecossistemas, que pertencem [...] “tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite que as populações possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e freqüentemente, enriquecê-la.” (DIEGUES, 2004:14).

d) Biodiversidade

O agroecossistema é o espaço de manutenção da agrobiodiversidade, termo que significa a diversidade de espécies vegetais e animais existente no interior dos agroecossistemas, e também a variabilidade genética dentro das populações, variedades e raças. Pressupõe a intervenção humana, pois a diversidade vegetal e animal existente resulta de um contínuo trabalho humano, de práticas seculares que se originaram com base em recursos locais, que refletem tanto a proximidade destas práticas com os sistemas socioculturais na qual se inserem quanto a diversidade de sistemas de produção agrícola.

Para a ciência moderna, a biodiversidade pode ser definida como a variabilidade entre seres vivos de todas as origens e os complexos ecológicos dos quais fazem parte, incluindo a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e ecossistemas (conforme o artigo 2 da Convenção da Biodiversidade¹⁰). A biodiversidade assim compreendida seria uma característica do ‘mundo natural’, produzida exclusivamente por esse e analisada segundo as ciências ou disciplinas científicas, como a botânica, a genética, a biologia, etc. Todavia,

Os que se baseiam na ecologia social têm proposto que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo á diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas, mas, também o resultado de *práticas*, muitas vezes das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentado a diversidade local. (DIEGUES, 2004:16).

¹⁰ Convenção da Diversidade Biológica: primeiro instrumento legal para assegurar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assinado por mais de 160 países, entrou em vigor em dezembro de 1993. A meta é assegurar o uso adequado e proteção dos recursos naturais existentes nas florestas, na zona costeira e nos rios e lagos. Contudo, ainda não está clara a implementação da Convenção (Fonte: WWF Brasil, 2007).

e) Equidade

O conceito de equidade se articula dentro das bases agroecológicas no sentido da sustentabilidade – ecológica e social – e assim se insere numa ampla gama de ações sociais e coletiva (ainda que mascarados em ações realizadas no cotidiano) que se subscrevem enquanto estratégias de resistência ao paradigma da modernização conservadora. Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000) consideram que estas ‘formas de consciência agroecológica’ seriam o aporte histórico gerado pela sociedade civil. Nesta perspectiva, os componentes do conceito de equidade incutidos no enfoque agroecológico seriam as consciências ‘de espécie’ ou ‘intergeracional’ significando a solidariedade às futuras gerações, de ‘classe social’ no que tange à exploração do trabalho, a ‘identidade’ enquanto aceitação da (bio)diversidade, de ‘gênero’ contra a imposição histórica do sexo masculino como superior, e a ‘consciência intrageracional’, que refuta qualquer prevalectimento de alguma geração sobre outra, como no caso de jovens ou anciãos.

f) Ação Participativa

Enquanto enfoque que valoriza e reivindica dinâmicas socioeconômicas e socioculturais locais, tem-se que a melhor forma de apreender tais dinâmicas é através de ferramentas que incluam a perspectiva dos agricultores como ‘carro chefe’ na condução das práticas políticas, econômicas e sociais. Dentre as formas mais habituais encontradas dentro de movimentos sociais rurais estão a “generación de redes de intercambio y estrategias de acción productivas, de comercialización y creación de mercados alternativos e infraestructuras organizativas” (SEVILLA-GUZMÁN e MARTINEZ ALIER *apud* CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMAN, 2000).

A utilização em campo de ferramentas como Diagnóstico Rural Participativo, tanto para ações de pesquisa quanto para sistemas de transição agroecológica tem sido bastante valorizada na busca de romper a atitude de distanciamento entre a ação a ser aplicada e a realidade em questão; representa uma ruptura epistemológica através do rompimento de uma estrutura de poder ‘sujeito-objeto’ já cristalizada tanto em ações sociais como de pesquisa, sem se perca o rigor metodológico no caso de análises científicas.

2.2.3.1 Questões distributivas e Agroecologia

Para além da compreensão do *sistema de produção agroecológico*, e de todo o universo que envolve o conceito, interessa-nos apreender as sociabilidades geradas a partir desta prática produtiva (considerando desde já que tais sociabilidades podem ser consideradas, também, sob a ênfase da Economia Solidária, conforme veremos na terceira parte deste trabalho). Segundo Miguel Altieri

A expressão ‘agricultura sustentável’ indica genericamente, um objetivo social e produtivo, qual seja, a adoção de um outro padrão tecnológico que não use de forma predatória os recursos naturais nem modifique tão agressivamente o meio ambiente. Da mesma forma, essa noção [...] incorpora, de um modo geral, a preocupação de incluir a elevação da produtividade dos sistemas agrícolas, compatibilizando, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais. (ALTIERI, 1998).

Assim se reforça o preceito da abordagem agroecológica que busca compreender aspectos biológicos e tecnológicos, principalmente durante a fase de produção, e os aspectos políticos, socioeconômicos e socioculturais não somente na fase de circulação dos produtos, mas também nas relações e processos que se estabelecem no processo de produção.

As dinâmicas sociais que se estabelecem nos “espaços de realidade” estudados através do enfoque agroecológico são aquelas que não degradam a sociedade e que não geram formas de exploração de alguns grupos sobre outros, como reforçam Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000). Ao considerar a dinâmica de circulação de produtos baseada espacialmente no local (partindo do agroecossistema) tem-se um escopo distributivo em que não se perdem necessariamente a subjetividade e a especificidade dos conhecimentos intrínsecos aquela produção e circulação de produtos, para além da compreensão reducionista de meras mercadorias. A perspectiva socioeconômica da abordagem agroecológica ressalta as vantagens de se trabalhar com uma análise sistêmica em detrimento da objetividade e reducionismo das abordagens disciplinares tradicionais, mas ainda assim é necessária a análise crítica desta dinâmica “para evitar la tendencia a la diferenciación social de los productores, al delimitar las fronteras de su estudio sin considerar ‘los efectos de su relacionamiento con el sistema económico global’” (CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMAN, 2000).

2.2.3.2 Algumas referências às políticas públicas: o caso do Rio Grande do Sul

Entre os anos de 1999 e 2003, no Rio Grande do Sul, a orientação das políticas públicas tanto em Extensão Rural quanto nas diversas áreas relacionadas à agricultura (Secretaria da Agricultura, Ceasa) tomam um direcionamento diferente à orientação geral pelas quais vinham seguindo as políticas públicas nacionais em agricultura, cujas características podem ser descritas muito mais como *ecossociais* (conceito forjado a partir da idéia de *ecodesenvolvimento*, formulada por Sachs, 1986, que corresponde a um [...] “estilo de desenvolvimento que em cada ecorregião insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas e também as de logo prazo” (SACHS, 1986 *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2000), que produtivistas. Conforme Caporal e Costabeber “a opção da Extensão Rural do Rio Grande do Sul foi bastante clara, no sentido de apoiar o processo de transição agroecológica, por entender que a agricultura é um processo de construção social e que, portanto, são as famílias rurais quem devem assumir o papel de sujeitos ativos nos processos de desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas comunidades” (2000:05).

Esta concepção passa a ser normativa e orientadora das políticas públicas nesta área, principalmente no que diz respeito à orientação prática dos extensionistas rurais vinculados à Emater – RS/Ascar. Desta forma, se criaram condições políticas no Rio Grande do Sul para a transição de sistemas produtivos convencionais para agroecológicos. Junto a esta política específica, a construção de *incubadoras* em diferentes regiões do Estado também estimulou a formação de associações e cooperativas, através da disponibilização de espaço físico, infra-estrutura e assessoria técnica a projetos associativos.

Esta política assim orientada proporcionou a efetivação de processos de transição agroecológica ampliados no Litoral Norte, haja vista que o Centro Ecológico Ipê trabalhava até então com um grupo pequeno de agricultores, no qual a Emater impulsionou o processo.

2.2.3.3 O Orgânico e O Agroecológico: semelhantes, mas diferentes

Ao trabalharmos o atributo do ecológico nos gêneros alimentícios, não somente no senso comum do consumidor, existe a dúvida (ou, em muitos casos, nem a dúvida existe por ser inexistente o conhecimento do contraponto) entre a diferença entre o produto orgânico e o agroecológico. São termos (conhecimentos e práticas) que comumente se confundem, por terem um princípio em comum a respeito da rejeição ao uso de insumos químicos.

A problemática geral do apelo ao *eco* reside no interesse geral de uma reintegração ecológica à produção agrícola (ALTIERI, 1998), e neste momento estabelecemos o recorte em analisar esta problemática sob o ponto de vista dos gêneros alimentícios, sem entrar em questões mais amplas da problemática ambiental de do interesse de ecologização (seria abrirmos o debate sobre monoculturas das mais diferentes espécies, debate este que esta pesquisa não se propõe a fazer).

Nos preocupamos até o momento em situar o leitor quanto à abrangência e a problematização da agroecologia, principalmente em seus aspectos ambientais e sociais, englobando questões tecnológicas, sociais e econômicas. Desta forma, podemos afirmar que a Agroecologia abarca esta compreensão complexa a respeito da produtividade e da reprodução social das culturas existentes nos agroecossistemas.

Por sua vez, a agricultura orgânica diz respeito mais a questões tecnológicas e de substituição de insumos que a questões sociais, culturais ou ecológicas, conforme elucidada Altieri:

O foco é a substituição de insumos, ou seja, substituir agroquímicos caros e degradadores do meio ambiente e tecnologias intensivas em insumos por tecnologias brandas, de baixo uso de insumos externos. Este enfoque não atinge, no entanto, as causas ecológicas dos problemas ambientais da agricultura moderna, profundamente enraizadas na estrutura de monocultura predominante em sistemas de produção em larga escala [...] Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não-sustentabilidade dos sistemas agrícolas (ALTIERI, 1998:16).

Tampouco a agricultura orgânica se ocupa da dimensão social e cultural dos sistemas produtivos, pois dentro de seus preceitos aceita os monocultivos, as culturas exógenas, sistemas sociais de produção porventura exploratórios, monopólios de consumo e

conseqüente dependência de mercados externos (como podemos observar em alguns casos de produtores de café orgânico na América Central, cuja produção é destinada somente aos mercados europeus, em que o processo ‘eco-social’ não responde necessariamente a quesitos como equidade social e manutenção da biodiversidade).

Em uma edição organizada para a FACES do Brasil em 2003, organização não-governamental que fomenta o comércio ético e solidário, Yeda Carvalho, então presidente da Associação de Agricultura Orgânica, esclarece que os movimentos orgânico e agroecológico “tem raízes distintas que refletem perspectivas diferentes de compreensão da realidade socioeconômica em que a aplicação da tecnologia da agricultura se insere”, o que leva os grupos a estabelecerem diferentes estratégias de ação – e por conseqüência envolvendo de forma diferente os atores sociais. “O movimento agroecológico tem privilegiado o trabalho junto aos agricultores, fortalecendo suas ações no campo técnico, social e econômico. O movimento de agricultura orgânica [...] orientou-se à criação de um processo massivo de expansão, via mercado.” (2003:114).

Entendemos assim que, em termos tecnológicos, a agricultura orgânica seria uma forma de contribuição positiva na construção agroecológica, pois somente a questão da substituição de insumos agroquímicos representa um avanço na diminuição da contaminação do planeta. Porém, este modelo, conforme já ressaltado, não responde a questões mais amplas tais como a sustentabilidade dos agroecossistemas, e tampouco é sensível a questões socioculturais e distributivas.

Podemos concluir por hora que, embora menos impactante ambientalmente, a agricultura orgânica – tal qual é praticada em grandes escalas, é um sistema de produção que se desenvolve por motivações ambientais. Porém, a aceitação da prática de monoculturas produtivas responde totalmente à lógica mercantil de produção, de tal forma que se utiliza (e por vezes até distorce) do apelo ambiental para a ampliação de seus mercados consumidores.

Ainda, outra discussão pertinente é a da circulação e do acesso a esses produtos. É importante trazer presente a idéia relatada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em que

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (OLINDA, 2004, *apud* MALUF 2007).

É interessante ressaltar que o acesso aos produtos orgânicos (e sob esta perspectiva, também aos agroecológicos, em alguns casos) ainda tem sido restrito a uma parcela da população que tem como acessar tais produtos – por ter renda e informação. Em outros termos, o produto *eco* se destaca pela sua qualidade, mas também pelo seu alto preço ao consumidor final, principalmente quando ele é comercializado em mercados convencionais. O que resulta no acesso limitado a estes alimentos, pois o consumidor destes produtos, nestes mercados convencionais, normalmente é um consumidor de alta renda ou aquele consumidor que opta por pagar um preço mais caro a um produto ‘de maior qualidade’. Ao mesmo tempo, em relação ao acesso a estes produtos de qualidade, quem os consome é a própria família camponesa e suas relações próximas, como parentes e vizinhos. Ou seja, é no interior das relações de reciprocidade das famílias que a circulação destes produtos se estabelece sem a presença do dinheiro, o que configura esta relação de circulação como pertencentes à esfera não monetária da economia (POLANYI, 1980).

Não raro, a produção orgânica (por se tratar de monocultivo, independente da escala de produção trabalhada) é direcionada ou a redes supermercadistas já estabelecidas (como, no Litoral Norte, para a rede varejista Zaffari) ou a mercados de exportação¹¹. A ambigüidade desta questão reside no fato de que o direcionamento de mercado acaba por não permitir o acesso das populações locais a estes alimentos. A circulação da produção, quando destinada aos mercados convencionais, tende a estabelecer uma relação de distanciamento entre o consumidor e o local da produção. Ou seja, a comunidade na qual está estabelecido o local da produção normalmente não acessa estes produtos através do mercado. “À medida que o Terceiro Mundo entra no mercado, a produção se destina principalmente à exportação, com pequena contribuição para a segurança alimentar destes países mais pobres.” (ALTIERI; NICHOLLS, 2003:142).

Porém, como contraponto, e buscando também não estabelecer uma análise determinística e reducionista a respeito desta forma de produção, encontramos no campo pesquisado áreas de cultivo que estão longe de serem considerados latifúndios e monocultivos (cerca de 10 a 15 há cultivados), que através da conversão de sistema de produção convencional para orgânico, tem praticado o comércio a redes varejistas locais (como a Rede Zaffari, de varejo) e que, pelo menos em termos de projeto, tem a intenção de realizar a transição para sistemas agroecológicos de produção. No entanto, afora as questões de direcionamento de mercado, nestas unidades produtivas se percebe claramente a dependência

¹¹ No caso dos produtos orgânicos, existe atualmente um grande mercado consumidor inserido nas redes de comércio justo, ou *fair trade*. Para mais informações, consultar www.ifoam.org, www.fairtrade.net.

dos mercados externos para a compra de produtos básicos, ainda que estes poderiam ser produzidos na horta ou até nas vizinhanças, resgatando mais uma relação de reciprocidade do que de mercado com o entorno.

*‘Gostaria de perguntar: por onde é que vocês estão indo?’
Ailton Krenak, líder indígena*

3 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo, o esforço é o de situar as bases teóricas nas quais se fundamenta esta pesquisa. Para tanto, iniciaremos com uma revisão a partir de Karl Polanyi, que fundamenta através da antropologia econômica as bases do pensamento de uma economia baseada em princípios para além do mercado ou da economia utilitarista. Posterior a isso, encontraremos os fundamentos (teóricos e políticos) da Economia Solidária, buscando referências em autores contemporâneos, tais como Paul Singer, José Luiz Coraggio, Genauto Carvalho França Filho e Jean Louis Laville, os quais apresentam diferentes abordagens à compreensão da Economia Solidária, e compartilham de fundamentos *polanyianos* em sua percepção da economia e da sociedade.

Posteriormente, propomos um breve apanhado sobre as redes sociais e de cooperação, a fim de esclarecer conceitualmente o termo, ainda que não de forma completa no que se refere à uma compreensão aprofundada em análise de redes sociais. Maria José Baudel Wanderley, com seu trabalho sobre camponeses, é quem nos direciona na conceituação do agricultor que pertence à Rede Ecovida. Finalmente, a partir das abordagens propostas de Mark Granovetter, José Luis Molina, Euclides Mance e, na perspectiva das redes de desenvolvimento rural, Luiz Carlos Mior, buscamos traçar algumas pistas para entender e delimitar o conceito de redes, que de alguma forma, é um aspecto transversal na pesquisa.

3.1 (RE)PENSAR A ECONOMIA, SOB A ÓTICA DE KARL POLANYI

Karl Polanyi foi um pensador que buscou, ao longo de sua obra, re-significar a economia tal qual uma ação auto-centrada com fins meramente utilitaristas. Sua principal obra data de 1944, e se intitula *A Grande Transformação*. Após esta publicação, além de diversos artigos relevantes (a exemplo de *A nossa obsoleta mentalidade mercantil*, de 1977), publicou também em 1977 *The Livelihood of Man* (“A subsistência do homem”). O conjunto

da sua obra foca-se na perspectiva da desnaturalização da economia monetária enquanto uma propensão da essência humana, da criação errônea de uma ‘crença no sistema de mercado auto-regulado, e assim a transformação da economia de mercado em uma instituição autônoma, que rege as relações sociais e as orienta. Apropriando-se de estudos da antropologia econômica, o autor elenca provas do equívoco de se imaginar uma essência humana maximizadora de lucros, provando que este axioma foi histórica e socialmente construído. O autor nos mostra que, subjungando o funcionamento das sociedades à lógica de mercado pura e simples, estaríamos – estamos - nos deixando dominar pelo *moinho satânico* da economia de mercado, ou em outras palavras, o liberalismo, constituindo um processo de mudança não dirigida (POLANYI, 1980) que por si só não tem condições de dar conta das dinâmicas sociais, causando assim desigualdades crescentes nas sociedades.

Analisa amplamente a sociedade européia do século XIX, fortemente transformada pela industrialização, que modificou profundamente a dinâmica das relações sociais e econômicas. Na segunda metade deste século, o mundo passou por uma *transformação* que foi, pontual e estruturalmente, a ‘crença generalizada’ na economia de mercado, quando a partir da Segunda Revolução Industrial (II RI), o mercado tomou um impulso e a motivação material ilusória (POLANYI, 1977a), somada às forças dominantes de uma ascendente burguesia industrial, apostaram que o mercado por si só poderia (e deveria) auto-regular-se.

A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isso que significa o simples termo ‘sistema de mercado’ pelo qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado (POLANYI, 1980:60).

É a esta *transformação* que Polanyi denomina de *moinho satânico*. Não a máquina em si, mas o uso e a atribuição de significado dada à sua utilização na sociedade marcaram, assim, o surgimento de uma nova sociedade, pautada na economia monetária, na

auto-regulação do mercado e numa sociedade de consumo. A II RI provocou uma “avalanche de desarticulação social”, um “novo credo totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais” (1980:58). Transformou profundamente a sociedade em um curto espaço de tempo re-localizando diversos aspectos da sociedade. Polanyi atribui aspectos da degradação não a fatores econômicos, mas sim culturais, em função da deslocalização de classes sociais – que se criam, também, por questões e fatores geográficos.

A causa da degradação, não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida (POLANYI, 1980:191).

Analisado o impacto das máquinas numa sociedade comercial, aponta que a figura do mercador, na perspectiva desta transformação de paradigma, continuara desenvolvendo sua atividade de compra e venda, porém nestas circunstâncias (mecanização com custos aumentados de produção) ele só passa a desenvolver isso se tal atividade não incidir em prejuízo; o mercador vai, agora, comprar o trabalho necessário e a matéria prima para realizar a produção total. Numa sociedade eminentemente agrícola, essas condições deveriam ser criadas, elas não existiam naturalmente, com importantes (e negativas) conseqüências para o funcionamento do sistema social. Ao contrastar as atividades de venda do mercador-produtor com as atividades de compra, percebe-se que as vendas são de artefatos e, no caso deste mercador ter ou não compradores, o tecido da sociedade não precisa ser afetado. O que ele compra é justamente matéria prima e trabalho (Natureza e Homem). É somente a partir do momento em que se estabelece o capitalismo industrial¹, que nesta relação se envolve uma “transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias” em que fatalmente a “desorganização causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu habitat” (1980:61). Se, já no século XVIII, principalmente na França e na Inglaterra, este início de capitalismo industrial (I Revolução Industrial) foi basicamente rural, demandando locais para os moinhos e vivendas dos trabalhadores, a ascendência das cidades industriais fora ainda mais poderosa. Afetou mais o uso da terra que sua propriedade, e começou a exigir uma demanda

¹ Polanyi entendia a agricultura como indústria, em função da mecanização (espaço de demanda e consumo da maquinaria produzida nas fábricas).

“praticamente ilimitada de alimentos e matérias primas durante o século XIX” (POLANYI, 1980:215).

Nesta trajetória, e prospectando ainda as conseqüências desta segunda fase de industrialização que conformou as grandes cidades industriais, os passos para a ‘subordinação da superfície do planeta às exigências de uma sociedade industrial’ foi, primeiramente,

[...] a comercialização do solo, mobilizando o rendimento feudal da terra. O segundo estágio foi o incremento da produção de alimentos e de matérias-primas orgânicas, para atender às exigências, em escalas nacionais, de uma produção industrial em rápido crescimento. O terceiro foi estender esse sistema de produção excedente aos territórios de além-mar e coloniais. Com este último passo, a terra e sua produção se inseriram finalmente no esquema de um mercado auto-regulável (POLANYI, 1980:215).

Portanto, a terra não pode ser mobilizada fisicamente, mas sua produção pode.

É, então, a partir do período do capitalismo industrial, fortemente estimulado pela II RI, que a economia passa a pautar as relações sociais, e não mais o contrário. A partir da expansão desta segunda fase de industrialização, todo o conjunto da sociedade (particularmente a ocidental) incorporou a economia de mercado e a cristalizou na economia política, e como conseqüência, nas políticas econômicas, nas ações de Estado e de comércio, nas empresas e nas pessoas. Foi a indução a um processo inconseqüente que, nas palavras de Polanyi, “tanto para o político como para o administrador, o *laissez faire* era simplesmente um princípio de garantia da lei e da ordem, com um mínimo de custo e esforço. Que o mercado tome os pobres a seu encargo e as coisas ocorrerão por si mesmas” (1980:143). Como conseqüência, aponta que a vida humana já não era mais o centro e o objetivo da vida em sociedade, que agora deveria se sujeitar ao mercado reificado; o deslocamento da regulação do dinheiro do mercado nacional para o internacional; a expansão de idéias filosóficas especulativas acerca do comportamento “natural” do ser social, como a “propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra” (afirmação axiomática de Smith que resultou mais tarde no conceito do Homem Econômico), que serviu para legitimar o progresso econômico que na análise de Polanyi “alcançara seu aperfeiçoamento à custa da desarticulação social” (1980:53).

Com a organização da vida (humana e não humana) em torno do mercado², orquestrada pelo Estado e pela ação política intencional de classes³, algumas esferas da vida foram falaciosamente transformadas em mercadorias, transformação esta nunca antes identificada na história econômica de sociedades e culturas antigas. Polanyi considera que o sistema de mercado, em toda a sua amplitude ‘devastadora’, entra realmente em vigor quando se nomeiam *trabalho*, *terra* e *dinheiro* como mercadorias, lembrando que *trabalho* é apenas um outro nome para *homem* e *terra* para *natureza* (POLANYI, 1977; 1977a; 1980). O autor afirma que nesse mundo novo de “motivos econômicos”, fome e ganho são erroneamente traduzidos em motivos para se produzir – o que nos dá pistas para compreender as origens do projeto de desenvolvimento agrícola produtivista implantado em países com vastas áreas de terras produtivas, como o Brasil. Nas palavras do autor,

[...] trabalho, terra e dinheiro obviamente *não* são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles [...] trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais (POLANYI, 1980:94).

O autor entende que é inconcebível (social e culturalmente) tanto a mercantilização quanto a separação destes elementos das esferas social e cultural. Homem e trabalho, na esfera cultural, seriam praticamente uma só entidade:

Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo – como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja. [...] A função econômica é apenas uma entre muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade á vida do homem; é o local de sua habitação, é a condição de sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. [...] separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi pare vital de um conceito utópico de uma economia de mercado (POLANYI, 1980:214)

² “Não é de admirar, pois, que o *deus ex machina* da propagação do animal e da planta tivesse que ser invocado num sistema científico cujos autores alegavam deduzir as leis da produção e da distribuição, não a partir do comportamento das plantas ou dos animais, mas dos homens” (POLANYI, 1980:151-2).

³ [...] “as oportunidades das classes em luta dependerão da sua habilidade em ganhar apoio fora de sua própria coletividade, e isso também dependerá da possibilidade de executarem tarefas estabelecidas por interesses mais amplos que o seu próprio” (POLANYI, 1980:185).

O sistema de mercado, “quando alcançou a sua extensão máxima, em torno de 1914, ele compreendia cada uma das partes do globo terrestre, todos os habitantes e as gerações ainda não nascidas, pessoas físicas e imensos corpos fictícios chamados corporações” (POLANYI, 1980:161).

Busca [...] “a restauração daquela unidade de motivos que devem informar o homem na sua atividade cotidiana de produtor, para a reabsorção do sistema econômico na sociedade, para a adaptação criadora das nossas maneiras de viver.” (POLANYI, 1977a:16).

Em suas reflexões, propõe quatro princípios como ‘composição’ da economia das sociedades complexas, quais sejam: a) a *reciprocidade*, b) a *domesticidade*, c) a *redistribuição* e d) o *mercado*. Seriam estes princípios, combinados entre si em maior ou menor grau em diferentes composições e arranjos societários, que definiriam a dinâmica econômica *a partir das relações sociais*, e não o contrário. Reciprocidade, domesticidade e redistribuição dizem respeito às esferas não monetárias da economia, enquanto o mercado representa o único princípio monetário que compõe o ‘fazer econômico’. Identifica, ainda, a *simetria*, a *centralidade* e a *autarcia* como padrões de comportamento social existentes dentro destes princípios. A simetria é um padrão frequentemente encontrado em sociedades não letradas, fortemente marcado pela dualidade, que se compreende por uma forma de união de relações individuais, que ajuda o ato de dar e receber bens e serviços quando da ausência de registros permanentes. Trata-se do padrão existente nos princípios da reciprocidade e da domesticidade.

Sobre a centralidade, é o padrão que fornece elementos para conduzir a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços, e está presente, de alguma forma, em diversos grupos humanos de formas distintas – desde sociedades tribais a sociedades complexas. Ou seja, diferentemente da simetria, a centralidade sugere uma organização a priori, um núcleo de convergência que pressupõe esta forma de organização. [...] “a simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades de reciprocidade e da redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente” (POLANYI, 1980:69).

A Autarcia⁴ corresponde ao princípio do mercado, sendo o único capaz de criar instituições. A afirmação de que “uma economia de mercado só pode funcionar numa

⁴ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: “no pensamento grego, estado de auto-suficiência, autonomia diante do mundo externo ou dos estímulos exteriores ao sujeito, inerente ao cultivo filosófico de uma subjetividade tranqüila e feliz; para Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e teóricos posteriores, situação em que o Estado controla todos os recursos necessários a sua subsistência de forma autônoma, afirmando sua independência diante de qualquer interferência estrangeira”.

sociedade de mercado” significa a compreensão do *padrão de mercado*, em que, ao se criar uma instituição de mercado, as relações sociais é que devem se adaptar ao sistema econômico, em que o fator econômico antecede qualquer resultado.

O próprio autor nos dá uma compreensão geral a respeito dos padrões e suas correlações com os princípios econômicos:

A simetria [...] é um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, mas apenas padroniza as já existentes [...] A centralidade, embora crie freqüentemente instituições distintas, não implica motivação que particularizaria a instituição resultante para uma função específica única [...] a autarquia econômica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente. Por outro lado, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado (POLANYI, 1980:77).

A Reciprocidade diz respeito ao aspecto relacional que se estabelece entre os sujeitos, muito mais no sentido de equivalência que de gratuidade: “o que se dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã” (POLANYI, 1980:70). Ainda assim, configura um dos aspectos não monetários da economia somando-se a idéia de *dádiva* a qual, segundo Caillé (1998, *apud* SABOURIN, 2003) “aplica-se a toda ação ou prestação efetuada sem a expectativa imediata ou sem certeza de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade e comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade”. As relações de reciprocidade e dádiva entre indivíduos e grupos sociais são identificáveis e podem ser compreendidas como estruturas⁵ em sociedades que operavam e se relacionavam através de outros códigos, fora da economia de intercâmbio. Karl Polanyi afirma que “a história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente” (1980:63). Pode-se supor que a partir do momento em que se naturaliza a economia de intercâmbio no interior das sociedades, as relações de reciprocidade passam a sofrer tal concorrência acima descrita. Vale lembrar que “a lógica do sistema de reciprocidade não considera apenas a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade” e que, “de fato, nas sociedades rurais de hoje, à diferença das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas, na medida em que, muitas vezes, o sistema do intercâmbio tem sido imposto

⁵ Para Levi-Strauss, *estrutura* designa “as diversas maneiras pelas quais o espírito humano constrói valores e sistemas de valores” (1967, *apud* Sabourin, 2003).

progressivamente, chegando a sobrepor-se e ocultar as práticas de reciprocidade.” (SABOURIN, 2003:13).

A coexistência entre a reciprocidade e o intercâmbio é neste momento compreendida como a existência ou inexistência da geração de vínculos sociais proporcionados pelas relações e estruturas de reciprocidade, e francamente contidas, ou fracas, nas economias de intercâmbio material.

A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que dependem do padrão de mercado para a sua efetivação. Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda. A menos que este padrão esteja presente, pelo menos em parte, a propensão á permuta não era escopo suficiente: ela não poderá produzir preços (POLANYI, 1980:76).

Para o autor, as funções de um verdadeiro⁶ sistema econômico “são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo” (POLANYI, 1980:68). Sabourin observa que, considerando a reciprocidade no contexto rural, também pode ser compreendida como forma de redistribuição, uma redistribuição socialmente motivada, a partir do momento em que a ação da doação pressupõe que haja produção. A reciprocidade constituiria um fator de desenvolvimento econômico nas sociedades agrárias. Da mesma forma, Temple (1983, *apud* SABOURIN, 2003) considera reciprocidade como “a obrigação para cada um de reproduzir a dádiva, como forma de organização e redistribuição econômica”. Já Polanyi afirma que “a reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma completa administração apenas porque a organização das sociedades [...] cumpre a exigência de uma tal solução com a ajuda de padrões tais como simetria e centralidade” (1980:68).

A Redistribuição diz respeito ao papel de uma entidade, personalidade, organismo ou instituição central, cujo papel é a organização e a distribuição ‘justa’ dos excedentes. O Estado, enquanto entidade legítima representativa dos interesses e necessidades da sociedade, cumpriria esta função de *regulação*, papel que [...] “consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso” (POLANYI, 1980:55) para que os ‘despojados’ possam “ajustar-se às condições modificadas sem danificar fatalmente a sua substância humana e econômica, física e moral” (POLANYI, 1980:56).

⁶ Verdadeiro no sentido que Polanyi atribui às economias não mercantis, buscando atribuir um sentido “não natural” e recente à economia de mercado.

Ainda que os mercados tenham se dinamizado sob o sistema mercantil, ainda no início do século XX havia a administração centralizada do Estado que fazia com que este se adaptasse ao sistema social, fazendo com que as regulações e os mercados crescessem juntos. “A idéia de auto-regulação se constituiu numa inversão completa da idéia de desenvolvimento” (POLANYI, 1980:89).

Num sistema de mercado, acontece uma inversão substancial no papel do Estado, cujos pressupostos são a não interferência no ajustamento dos preços (quaisquer que sejam eles: bens, trabalho, terra e dinheiro) em relação aos mercados e a não inibição quanto à formação dos mercados. Nem preço, nem oferta e nem demanda podem ser fixados ou regulados, e somente são válidas as políticas que assegurem a auto-regulação, o que cria condições para fazer o mercado o regulador da esfera econômica.

A Domesticidade é a produção para uso próprio, dentro da unidade familiar – unidade produtiva. Em consonância com as teorias do campesinato, Polanyi (1980), referindo-se a Aristóteles, afirma que a venda dos excedentes não precisa destruir a base da domesticidade.

Aceitando que o mercado e a economia se transformaram em instituições, e que representam a instituição com maior força na sociedade, Coraggio se baseia na teoria polanyiana para desenvolver sua crítica à transformação das formas de institucionalização do econômico, no século XX, que pode ser demonstrado pelas

[...] formas de apropiación y propiedad de los recursos, la definición misma de los recursos y las reglas de su uso (¿lotes de tierra, territorio o ecosistemas?), el dinero (¿mercancía producida para el negocio privado o moneda social, local, como bien público?), el trabajo (¿mercancía que se puede contratar o expulsar libremente o condición de la vida en sociedad y por tanto derecho inalienable?), la justicia, la ley y las formas de resolver los conflictos no antagónicos, (...) los valores morales (¿es posible admitir que las empresas de capital sigan expoliando recursos y capacidades humanas y legitimarlas con certificados de “responsabilidad empresaria” por actividades colaterales de filantropía?), las reglas del intercambio (¿podemos avanzar en redes intersticiales de comercio justo mientras nuestros gobiernos negocian en la Organización Mundial de Comercio reglas del juego que perpetúan el saqueo colonialista?), y así siguiendo... (CORAGGIO, 2007:03)

Polanyi afirma que a existência e a aceitação na sociedade de uma esfera econômica à parte criou um verdadeiro ‘fosso’ entre a economia e a política, incluindo o Estado – não em seu papel estratégico, que seria, a priori, conforme vimos, o da regulação ou redistribuição, mas em sua perda de poder de ação e legitimação social frente à auto-regulação do mercado. Finalmente, como alternativa, sugere uma intervenção planificadora dos próprios

produtores e consumidores: [...] “uma tal ação consciente e responsável é, de fato, um dos elementos fundamentais da liberdade numa sociedade industrial complexa. Mas, [...] um tal empreendimento só poderá ter êxito se for disciplinado por uma visão global do homem e da sociedade muito diferente da que herdamos da economia de mercado” (POLANYI, 1977a:19). O autor preconiza que o fim de uma economia de mercado pode ser o início de uma era de liberdades sem precedentes.

3.2 A EMERGÊNCIA DE UMA ECONOMIA PLURAL

O esforço aqui se concentra em situar o leitor quanto à abrangência e práxis da Economia Solidária, pontuar as principais formulações teóricas que vêm sendo empreendidas neste sentido e que dão significado e conteúdo a essa expressão social crescente em âmbito mundial.

A Economia Solidária, na sua construção teórica, é relativamente recente. Neste sentido, os principais expoentes se encontram em Singer, Coraggio, França Filho e Laville. Deve-se saber que a Economia Solidária é mais comumente definida em seus aspectos técnicos e políticos enquanto um movimento (ou expressão) social crescente no Brasil a partir da década de 1980 (SINGER, 2007). É compreendida como instrumento de outro modelo de desenvolvimento, alicerçado em valores humanos que, de acordo com Primavera (2007), se realiza a partir de ações complementares e em pequenas escalas, uma forma de resistência aos ‘movimentos antisistêmicos’ do mundo.

3.2.1 Economia Solidária: algumas perspectivas teóricas e conceituais

O termo economia solidária vem sendo conceitualmente trabalhado através de diferentes perspectivas, assumindo, assim, conotações sensivelmente distintas, e, porventura, complementares. Anteriormente expusemos que, de certa forma, a compreensão de *economia* como uma atividade, antes de tudo, social – enraizada socialmente – vem recebendo diferentes nomenclaturas e definições: Economia Solidária, Economia Popular, Economia do Trabalho, Economia Social, entre outras. Buscaremos assim esclarecer algumas

eventuais diferenças existentes entre estas noções. A escolha pelos conceitos trabalhados deve-se à ênfase dada por Paul Singer e José Luis Coraggio, principais autores que conformam a referência fundamental na reflexão sobre formas e perspectivas de relacionar-se economicamente em termos macro e micropolíticos, conforme poderá ser observado no decorrer deste tópico. Tais abordagens são passíveis de uma análise comparativa, pois demonstram a elaboração realizada em diferentes contextos, explicitando não só diferentes mas complementares perspectivas para um movimento que mundialmente vem agindo num mesmo sentido. É importante ressaltar que os estudos contemporâneos de Jean-Louis Laville, sociólogo francês, apresentam um aporte importante no que concerne à perspectiva européia da Economia Solidária ou Economia Social, nos termos do autor. Porém, devido à maior parte da literatura de Laville estar disponível no idioma francês, não foi possível realizar uma pesquisa com a profundidade satisfatória a ponto de apresentar, neste trabalho, uma compreensão suficientemente segura acerca da sua abordagem, de forma a utilizarmos, então, uma de suas obras editadas no Brasil em parceria com Genauto Carvalho França-Filho (2004), e alguns estudos que referenciam este autor, a exemplo da pesquisa recentemente realizada no Programa de Pós Graduação em Economia desta Universidade Federal por Gabriela Uieda (2007).

Uieda (2007) demonstra comparativamente as abordagens de Laville, Singer e Coraggio, conforme expomos abaixo:

QUADRO 01: Diferenças entre os três principais pensadores da Economia Solidária

	Jean Louis Laville	Paul Singer	José Luis Coraggio
País / formação	França / Sociólogo	Brasil / Economista	Argentina / Economista
Termos utilizados	Economia Social e Economia Solidária	Economia Solidária	Economia Popular e Economia do Trabalho
Origem histórica	De relações advindas da economia tradicional (empreendimentos pequenos, familiares e de subsistência)	Das lutas dos trabalhadores na Europa do século XIX, formando cooperativas, e do socialismo utópico	Das mudanças contínuas da economia capitalista e da reação dos trabalhadores para manter sua reprodução material
Diferença entre os termos	Economia Solidária: Comércio Justo, serviços de proximidade e redes de troca → contra a mercantilização da vida cotidiana Economia Social: cooperativas e terceiro setor → contra mudanças na estrutura de emprego e exclusão no mercado		São dois estágios no desenvolvimento das atividades fora do mercado e do Estado A economia popular garante a reprodução simples da vida, e a do trabalho, a reprodução ampliada (melhoria da qualidade de vida)
Relação com mercado e Estado	Há a circulação entre os três pólos: monetário e mercantil (mercado); monetário e não mercantil (Estado); não monetário e não mercantil (economia social e solidária)	Há independência, mas não isolamento da Economia Solidária em relação à economia Capitalista e ao Estado.	Transformação da economia popular em economia do trabalho → maiores chances de confronto com os outros dois setores (economia capitalista e pública)
Perspectivas	Reconhecimento de uma economia plural, não organizada somente pelo mercado, mas não alheia a ele, para que possa expandir-se e estabelecer laços	Expansão, ao gerar sua própria dinâmica → pode isolar-se ou competir com outras formas de organização econômica → a segunda é preferível, mas tem riscos	Articulação das unidades domésticas, construindo uma rede que se auto-sustente Redirecionamento dos recursos públicos de medidas assistencialistas + outras fontes de recursos

Fonte: Livre adaptação pela autora a partir da formulação de Uieda:2007

A partir disso, nos concentramos em trabalhar as diferenças e perspectivas entre os conceitos e denominações apresentados acima, e que vem sendo mais fortemente trabalhados e utilizados, também mas não somente, na perspectiva da construção nacional do movimento da economia solidária e na perspectiva de políticas públicas neste sentido.

3.2.1.1 Economia do Trabalho

José Luiz Coraggio, um dos principais elaboradores deste conceito, afirma que a *economia do trabalho* somente pode ser compreendida enquanto contraponto da economia do capital, em que o conjunto da economia é visto sob a lógica da acumulação do capital, e o sistema dos interesses sociais é hegemônico em relação aos interesses capitalistas.

Na Economia do Trabalho o conjunto da economia se relaciona com a reprodução ampliada da vida (CORAGGIO 1998; 2003), primando a multiplicidade dos interesses e identidades dos trabalhadores. Pode ser compreendida, segundo este autor, (2001) como uma alternativa racional às incertezas estruturais (e de mudanças sistêmicas) da economia capitalista mundial que se caracteriza por uma causalidade complexa, em que a perda de confiança nas instituições globais é uma das conseqüências e sintomas da ineficiência deste sistema. Nesta racionalidade substantiva a vida humana é o critério último para a avaliação de sistemas e comportamento que legitimem o comportamento social de grandes atores institucionais, cria formas de confiança baseada em grupos; a partir desta construção, [...] “la certidumbre deja de ser un estado mental resultante de la repetición de lo conocido o cognoscible, para convertirse en un objetivo, en una construcción social” (CORAGGIO, 2001:09) que para ser de fato social – portanto sólida – deve ser construída a partir da ação coletiva ou endógena.

A Unidade Doméstica (UD) é a forma elementar de organização microsocioeconômica do trabalho (CORAGGIO, 2003) baseada em grupos, confianças e seguranças (“certidumbres”). É sobre as UD's que se baseia a formulação conceitual da *economia do trabalho*. Essas unidades de organização dos trabalhadores, “formadas por uma ou mais pessoas ou grupos, ligados por relações de parentesco ou de diversos tipos de afinidade” (CORAGGIO, 2003:91) podem (e tendem a) gerar extensões de si mesmas, que reproduzem sua lógica de funcionamento através da organização de associações, redes de diversos tipos, formais ou informais, em que o resultado tende a ser a consolidação de

organizações orientadas para a melhoria da reprodução da condição de vida dos sujeitos que compõe tais grupos. Assim, quanto mais redes estabelecem, mais capacidade de reprodução social ampliada adquirem. É no interior e na ação de expansão das UD's que se encontra a “capacidad de actuar colectivamente de manera sostenida para transformar el mundo inmediatamente circundante (la familia, el barrio, la comunidad, el gobierno local) y, por extensión y necesidad, articularse horizontalmente para comenzar a revertir la fragmentación de la sociedad” (CORAGGIO, 2001:11).

As UD's combinam “múltiples formas de sobrevivencia: el trabajo asalariado, el cuentapropismo individual, familiar o asociativo, la participación en redes de ayuda mutua, los programas asistencialistas de alivio a la pobreza disponibles (con lo que han aprendido a vincularse con nuevos actores), el acceso a los servicios públicos” (CORAGGIO, 2001:19) e se organizam através de diferentes formas: movimentos reivindicatórios (por terra, habitação, educação, etc), redução do custo de vida, através de organizações que podem atender a aspectos específicos da reprodução (sindicatos, redes de abastecimento, cooperativas de autogestão de serviços), ou ainda, segundo o mesmo autor (2003), em grupos que apresentam um enfoque mais abrangente perante os interesses sociais, em que estariam, por exemplo, os movimentos sociais, ambientalistas, rurais, etc.

As condições e meios de vida materiais nas UD's podem ser vistas tanto como mercadorias obtidas no mercado (através de trocas ou pagamento em dinheiro), como resultado do próprio trabalho (alimentos, por exemplo), ou ainda, como condições naturais ou culturais, como o habitat, os espaços públicos ou o meio ambiente, as redes de conexões sociais e de laços afetivos, etc. O fundo do trabalho das UD's é conformado pelas capacidades internas às Unidades: as energias físicas presentes, as habilidades, disposições, conhecimentos, que podem ter sido adquirido de quaisquer formas (saberes tácitos, transmissão intergeracional, diferentes formas e formalidades de educação). O resultado destas capacidades será o ‘produto’ da UD (seja em forma de produção, serviços ou venda de força de trabalho). Coraggio afirma que os meios e condições de vida são utilizáveis de forma individual ou coletiva e, ainda, “alguns meios de produção ou de vida são consumidos no ato de produzir ou satisfazer as necessidades, outros são duradouros” (2003:91).

Assim como não existe um ‘tipo ideal’ de Unidade Doméstica, também as relações internas e externas à UD podem ser extremamente variáveis, e esta variação vai depender tanto do contexto social em que se inserem quanto às motivações próprias das Unidades. Ou seja, a existência de relações de competição, motivações mercantis ou recíprocitárias (ou nos termos que estamos empregando nesta pesquisa, motivações

monetárias ou não monetárias, utilitaristas ou não), todas elas ‘cabem’ na definição de Unidade Doméstica e, conseqüentemente, na definição de economia do trabalho, em que o objetivo é a reprodução ampliada da vida de seus membros. Porém, “há elementos simbólicos, relações de comunicação e de poder que desempenham um papel e que têm uma eficácia não redutível à unidade quantificável ou valorativa em dinheiro” (CORAGGIO, 2003:92), o que indica que em uma perspectiva econômica, a reprodução que produz o sentido não se reduz à acumulação de bens materiais, incorpora valores e bens simbólicos – o que diferencia da empresa capitalista.

O *fundo de trabalho* das UD's, ou o conjunto de trabalho que estas Unidades podem exercer em condições normais para resolver solidariamente sua reprodução se realiza sob diversas formas, e ao longo do ciclo de formação e desenvolvimento da UD se combinam de forma particular e variável (CORAGGIO, 2001; 2003). O autor pontua as formas principais deste *fundo*, que, por sua vez, se agrupam no trabalho mercantil e no trabalho de reprodução propriamente dita. Sob o aspecto de trabalho mercantil, está o trabalho assalariado, dependente (que pode ser utilizado para realimentar o próprio trabalho de reprodução), e também a produção de mercadorias para a venda, seja de maneira autônoma ou coletiva. Como trabalho de reprodução está a produção para o autoconsumo – seja de bens, ou de meios e insumos, “para a reprodução material e simbólica da sua vida” (2003:92) e, ainda, o trabalho de formação e capacitação (que o mesmo autor também chama de trabalho comunitário e de organização coletiva).

Desta forma Coraggio (2003) conclui que o alcance dos meios de vida passa cada vez menos pela esfera monetária (e menos ainda, do emprego), e que as relações interpessoais de parentesco ou afinidade co-determinam as relações de produção, trabalho e distribuição, que, observa-se, não estão objetivadas. O trabalho alheio é acessado por diversas formas de intercâmbio (relações recíprocitárias) e também através de trocas materiais, o que evidencia que o ingresso monetário pode ter um papel secundário e talvez nem existir nas relações econômicas internas e externas às UD's, porém isso não as caracteriza como organizações alheias ou externas às relações monetárias: o que mostra e explicita é a resignificação e também diferentes formas de relação da economia e dos grupos sociais com a esfera monetária da economia – a relativização do pertencimento ou da sua condição a priori – e desta nas relações sociais.

3.2.1.2 Economia Popular

Ao buscar a reprodução simples da vida, entende-se que a *economia popular* calca-se na busca da satisfação das necessidades básicas (CORAGGIO, 2001), materiais e imateriais, dos trabalhadores que utilizam para tal sua própria força de trabalho e os recursos disponíveis. Como necessidades imateriais, ou seja, necessidades de sobrevivência para além da geração de renda, está, por exemplo, acesso à saúde, cultura e moradia: elementos fundamentais do processo de formação humana. É um fenômeno da “proliferação de estratégias individuais e coletivas de sobrevivência” que fazem frente “ao desemprego estrutural e demais processos de exclusão social” (ICAZA; TIRIBA, 2003:102-3). São atividades mais comumente presentes e identificáveis nos centros urbanos, caracterizadas pela multiplicidade de identidades que pode assumir. Ainda que entre os autores que trabalham a definição deste conceito¹, não seja consensual a definição de quais atividades econômicas de fato pertencem à economia popular, conforme Coraggio, Icaza e Tiriba estariam sob a égide da economia popular, no contexto urbano, atividades tais como malabarismo nos sinais de trânsito, coleta e reciclagem de resíduos sólidos (latas, plásticos, papel), venda de doces e salgados, ainda que ao lado (ou por vezes até na mesma ‘banca’) de guarda-chuvas e eletroeletrônicos ‘*made in Taiwan*’ – entre outras atividades que não exploram o trabalho alheio, e nem tampouco possam viver por um longo período de tempo pela riqueza acumulada na atividade econômica. Aqui, possivelmente, resida a falta de clareza das atividades pertencentes ou não à tênue linha que separa a economia popular da informal. E esta última muito próxima da ilegalidade.

Neste ínterim, é necessária a diferenciação entre a *economia informal* e a *economia popular*. Segundo Lia Tiriba (1999) os conceitos de economia formal e informal não dariam conta de explicar a complexidade do tecido das relações econômicas e sociais, e assim

[...] se a economia informal tem como uma de suas características a ‘ausência de vínculo empregatício’, isto não significa, necessariamente, que o trabalhador não tenha um ‘patrão’. Na economia popular, a ‘ausência de vínculo empregatício’ não é decorrência da ganância ou do descaso do

¹ A saber: Luiz Razetto, chileno; Orlando Nuñez, nicaraguense; José Luis Coraggio, argentino. Mais informações podem ser consultadas na ‘biblioteca’ da Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria – RILESS, disponível em www.riless.org.

empregador, mas de uma racionalidade interna que pressupõe a negação da relação empregador-empregado. (ICAZA; TIRIBA, 2003:105)

Desta forma, a literatura consultada aponta como *economia popular* atividades que possam fazer frente a processos de exclusão social (TIRIBA, 1999; CORAGGIO, 2001; ICAZA; TIRIBA, 2003) considerando, ainda, que “a proliferação das atividades da economia não se apresenta, necessariamente, como algo alternativo, mas como excrescência do próprio capitalismo” (ICAZA; TIRIBA, 2003:108), que vem contribuindo, de certa forma, para a implementação e continuidade do processo de liberalização da economia.

3.2.1.3 Economia Social

É comum encontrarmos o conceito de *economia social* fortemente vinculado ao de *economia solidária*, ou até mesmo, às expressões *economia social e solidária* ou, ainda, *socioeconomia*. Em termos de conteúdo, possivelmente não encontremos diferenças muito claras entre um e outro: ambos possuem uma forte carga histórica e ideológica, e a própria literatura a respeito não os distingue objetivamente. Porém parece estar bastante claro que, atualmente os empreendimentos (rurais ou urbanos, de pequeno porte, ou ‘independentes’) ou se integram na produção de um processo alternativo, ou tendem a se diluir na economia de mercado – e neste contexto, ambos os setores, utilizando uma expressão de Coraggio, representam este *processo alternativo*. [...] “um traço comum que parece caracterizar tais iniciativas é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, e, ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004:16). A distinção estaria então, de certa forma, vinculada aos contextos nos quais as expressões são utilizadas.

Como *economia social* encontramos referências no contexto europeu (Jean Louis Laville e Anne Marie Wautier, entre outros, escrevem sob a perspectiva francesa) e também José Luis Coraggio, na Argentina. Optamos por trazer a perspectiva destes autores, preferencialmente, para desenvolver este ponto e, posteriormente, centrarmos a conceituação de *economia solidária* pela abordagem de Paul Singer, na perspectiva brasileira (permitindo-nos, oportunamente, algumas aproximações). Wautier sugere utilizar a proposta de Lipietz

(2000), em que “a *economia social* responderia à pergunta ‘como fazer?’ (estatuto e regras de funcionamento), (e) o que definiria a *economia solidária* seria ‘em nome de que se faz’ (valores, sentido da ação, critérios de gestão)” (WAUTIER, 2003:110).

Coraggio expõe que “en muchos países del Norte y del Sur se robustece o está em germen un sector de Economía Social o Economía Solidaria, impulsado desde el Estado y/o la Sociedad Civil, que se propone generar empleo autónomo y se basa en actividades de trabajo asociado sin fines de lucro. Es, también, um mecanismo socioeconómico de redistribución de ingresos y recursos y de formación de agentes sociales” (2001:17) que desta forma, tende a gerar processos de desenvolvimento endógeno.

As origens históricas da economia social na França estão na Idade Média, com os sindicatos, cerca de 1884, no contexto da Revolução Francesa. O princípio que conecta esses sindicatos com a atual *economia social* é a mutualidade. O Estado-providência se consolida depois da Segunda Guerra, e a economia vai aos poucos se instrumentalizando por ele; a partir de 1985 o conceito de solidariedade ressurgiu, “não no sentido anglo-saxônico de caridade, mas numa perspectiva tipicamente francesa, numa dimensão política e republicana de meio de conciliação entre direitos individuais e responsabilidade do Estado” (WAUTIER, 2003:111).

Segundo Jean Loup Mochtane, em artigo recentemente publicado em obra organizada por Paul Singer, a inspiração da economia social francesa foi o cristianismo social, e se relaciona fortemente à história do movimento operário. A economia social se identifica através das mutualidades, cooperativas, associações ou fundações; organizações de auto-ajuda, instituições de caridade, organizações voluntárias não lucrativas – estas últimas relacionadas à segmentos da Igreja. Todas elas compartilham de cinco princípios comuns, quais sejam: a independência em relação ao Estado, a filiação voluntária dos sócios, a estrutura democrática de poder (uma pessoa, um voto), o caráter inalienável e coletivo do capital da empresa e a ausência de remuneração do capital (WAUTIER, 2003; MOCHTANE, 2007). “O objetivo fundamental define-se pelo fornecimento de bens e serviços, ao melhor custo, de forma a servir ao interesse mútuo dos associados ou, mais amplamente, assegurar um serviço de interesse geral que o Estado não quer ou não pode assumir.” (MOCHTANE, 2007:112).

No contexto francês, o terceiro setor (no qual se localizaria ‘estatutariamente’, ou no ‘como fazer’ sugerido anteriormente, a *economia social*) assume um papel intermediário entre Estado, mercado e setor informal – no qual se localizam as famílias, as redes, as comunidades, o que seria um papel político e social, não somente econômico. A título informativo, vale comentar que na França é extremamente representativo no PIB e na

quantidade de empregos a proporção de pessoas implicadas na vida associativa, em funções sociais, culturais, comunitárias; em mutualidades, associações, que se identificam como *economia social*.

Já no contexto latino americano, aqui referenciado em Coraggio e sua elaboração sobre economia social, este conceito de status teórico avançado (2002) é crivado na busca de alternativas políticas e econômicas ao processo histórico de desenvolvimentismo excludente, “con pretensión de transformar la realidad a través de la inmersión en los procesos reales de la acción socioeconómica y sus instituciones” (2002a:01) que contrapõe a idéia de uma ‘economia real’ baseada no mercado e em que o Estado tem o papel de redirecionar, redistribuir, e inclusive assumir a responsabilidade sobre atividades econômicas como, particularmente, a provisão dos bens públicos.

A *economia social* é um subsistema que embasa um desenvolvimento centrado para o trabalho, vinculado por relações de solidariedade e reciprocidade interpessoal e comunitária em diversos níveis. Se expressa através de cooperativas e formas associativas para produzir, consumir, regular a sociedade, com o objetivo da reprodução ampliada da vida e que coloca as condições de intercâmbio com a autarquia estatal e com os mercados (CORAGGIO, 2002a). Substancialmente, a terminologia *economia social* diz respeito à inseparabilidade entre a economia e a sociedade. É uma economia social porque produz sociedade e não somente utilidade econômica, que gera valores de uso de base territorial, étnica e cultural e, ao produzir para satisfazer as necessidades destas mesmas comunidades, volta a unir produção com reprodução (CORAGGIO, 2002). Assim, a economia também é inseparável da cultura: espaço de ação constituído por indivíduos, famílias, comunidades e coletivos que se movem dentro de instituições, e que atuam fazendo transações entre a utilidade material e os valores de solidariedade e cooperação, limitando (não necessariamente anulando) a competição.

Na ausência de uma democracia substantiva, propõe que o poder do Estado centralizado deva ser superado por formas de regulação pela sociedade, uma vez que nestes termos o Estado tenda a representar os interesses de grupos econômicos mais concentrados. Coraggio (2002) expõe que existem correntes divergentes quanto ao papel do Estado numa proposta de economia social. Por um lado, um pensamento de extinção do Estado, pois este se presta a representar minorias e institucionalizar a pobreza) e, por outro, ainda que primando pela autonomia, uma corrente que propõe incidir crescentemente a incorporação de valores sociais no seio das políticas públicas e ainda, dentro da crise de legitimidade pela qual passa a economia global, transpor estes valores para dentro do mundo das empresas como forma de

favorecer a co-gestão e repartição de recursos. Pela perspectiva territorial, a ausência de um Estado nacional capaz de redistribuir de maneira suficiente os recursos e produção da sociedade, acaba por aumentar a iniquidade social e econômica nos territórios (CORAGGIO, 2005).

A economia social não pode se propor a ser uma ‘economia dos pobres’, senão um sistema de valores a ser incorporados pelo conjunto da sociedade para que somente assim sua proposta ampliada de equidade social e econômica seja alcançada. “Se trata de activar las capacidades de todos los ciudadanos excluidos del trabajo, y propiciar el desarrollo de lazos sociales vinculados a la satisfacción de una amplia variedad de necesidades materiales, sociales, y de la recuperación de los derechos de todos” (CORAGGIO, 2002:04). Ou seja, mesmo com seu forte apelo moral, somente terá resultados amplos se for uma proposta ‘encampada’ amplamente pelo conjunto da sociedade, fortemente baseado na democracia participativa.

Na difícil equação que assume o papel da economia social frente ao debate de geração de utilidades e geração de valores, da separação substantiva entre a *economia dura* e esta economia mais humana, Coraggio (2005) trabalha sob a perspectiva de reintegração às mesmas economias que excluíram parcelas da população, nas quais as condições de reintegração para gerar competitividade nos termos do capital global entram em conflito com o desenvolvimento social e a sustentabilidade dos ecossistemas. Assim a economia deve ser uma ação concentrada em múltiplas frentes, uma transformação complexa e de longo prazo, que deve ser plausível em relação à sustentação da vida como um todo e à multiplicidade de anseios e vontades dos diversos grupos sociais. Esta plausibilidade está centrada na “comprensión e internalización subjetiva del planteo de que otra economía es posible, coexistente con, o alternativa a, la economía del mercado capitalista” (CORAGGIO, 2005:07).

Diferentemente do caso francês, na América Latina as bases sociais na consolidação de sistemas econômicos com estas características (bases no mutualismo, em última instância) é um processo de construção de valores (CORAGGIO, 2002) que está em franco desenvolvimento, e assim a abordagem conceitual se constitui fortemente através da construção de uma perspectiva política, a qual, também (mas não unicamente) desdobra-se em formulações analíticas quanto às bases teóricas e conceituais de uma economia social.

3.2.1.4 Economia Solidária

A formulação do conceito de *economia solidária* parte da crítica à economia tal qual a conhecemos em nossa experiência comum enquanto cidadãos ocidentais, originária dos preceitos neoclássicos que dão origem à disciplina e às políticas econômicas. Essa forma ordinária do agir e pensar econômico, as atividades de produção e distribuição de produtos através dos mecanismos do mercado, assegurariam a coesão social e a satisfação das necessidades e dos desejos humanos. Porém, este axioma enfrenta questionamentos a partir da constatação tanto de que existem fragilidades no mecanismo de mercado e no Estado (instituições responsáveis pela regulação da sociedade) quando este não tem plena capacidade de satisfazer às necessidades. É nesta ‘brecha’ institucional (entendendo o mercado como uma instituição, conforme nos propõe Polanyi) que surgem e se desenvolvem outros fenômenos, como o da chamada Economia Solidária.

Já vimos que economia é um processo muito mais social que financeiro, e que foi, processualmente, sendo desenraizado dos processos sociais. Isto está bastante claro nas abordagens pontuadas até o momento, em que especialmente Polanyi e Coraggio tratam de sublinhar o aspecto eminentemente social da e na economia. Agora, pensando em seus aspectos subjetivos (e continuando na proposta de diferenciação entre *economia solidária* e *economia social* anteriormente colocada por Wautier, em que *economia solidária* se referiria ao ‘por que’ da ação), é importante neste momento situarmos as compreensões e abordagens da *solidariedade* na economia, pois somente assim entenderemos o conceito (ou perspectivas teóricas) da *economia solidária*.

Neste sentido, a solidariedade se assume aqui não no sentido da filantropia, aquela solidariedade que os mais ricos devem ter em relação aos mais pobres como condição para a sua cidadania, que atribui importância ao setor privado na distribuição. Também, “*solidaridad* no implica *igualdad*, ni siquiera *equidad*, sino reglas aceptadas de distribución y arreglos de reciprocidad de algún tipo, donde recibir obliga a retribuir de algún modo, establecido por usos y costumbres, a quien dio o al grupo al que pertenece el dador o a algún otro miembro de la comunidad”. (CORAGGIO, 2001:22). A vocação das iniciativas em economia solidária parece ser a de combinar a dimensão pública de uma *solidariedade abstracta* com a força dos laços comunitários de uma *solidariedade tradicional*, “resultando em dinâmicas comunitárias abertas à alteridade, ou que se projetem num espaço público,

criando em alguns casos o que poderíamos chamar de espaços públicos de proximidade” (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004).

Também, assume o papel de ser um vetor para a re-significação do papel da instituição do mercado e da economia, que assume o surgimento de novos sujeitos de desenvolvimento através de ‘novas’ relações sociais. Coraggio (2007), baseando-se em Polanyi, entende que a busca de uma institucionalidade complexa que resolva o problema da representação política ou social no espaço público – onde se decidem os recursos e a alocação destes, incorpora ferramentas como a gestão orçamentária participativa e associada, as agremiações administrativas abertas, e demais formas de participação ampla e democrática dos sujeitos nos processos de decisão. Entende que “estos no son temas ‘políticos’ ni mucho menos administrativos, sino económicos, porque se refieren al sistema de asignación de recursos públicos y a la aplicación del principio de redistribución, uno de los principios de institucionalización de lo económico.” (2007:04).

A economia, para além das trocas mercantis, se constitui pela redistribuição (feita pelo Estado, conforme afirmam POLANYI, 1980; CORAGGIO, 2001; FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004) e pelas variadas formas de reciprocidade, que alimentam relações não-econômicas. As ações realizadas no interior das unidades domésticas e comunitárias, são ações coletivas que se potencializam conforme a autarquia, que baliza a potência de tais ações, [...] “por ejemplo, en el fortalecimiento de sistemas locales o regionales de soberanía alimentaria, donde se garantiza la subsistencia de todos de manera solidaria, y se producen productos y servicios por su utilidad para la vida aún cuando puedan no ser competitivos en el mercado.” (CORAGGIO, 2007:04). Ainda, afirma que a articulação destes princípios (da autarquia de acordo com ações comunitárias) realizada de maneira consciente e concreta em cada território pode evitar que o princípio do mercado se localize no centro da economia.

França Filho e Laville, amplamente baseados nas obras de Polanyi, propõem outro modo de conceber a dinâmica econômica mais geral. No lugar de se resumir a economia à dinâmica de mercado, pensar numa economia mais plural, “ou seja, admitirmos que, em relação ao conjunto de práticas que conformam a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios em interação, como é o caso da redistribuição e da reciprocidade” (2004:17).

Neste sentido, a *economia solidária* incorpora diferentes formas de interação econômica, social, política, em contraponto à abordagem utilitarista, que reduz a ação coletiva ao contexto de interesses e obtenção de benefícios concretos, desconsiderando a solidariedade e os estímulos afetivos como ‘argamassa’ das relações sociais. Implica exatamente em

considerar a estrutura social ao se passar da ação individual à coletiva. Lopes Pinto considera, orientando-se em Laville, que a ação coletiva corresponde à diferentes lógicas, que seriam:

A ação afetiva, emocional ou tradicional para a qual a coordenação não se faz pelo apelo à racionalidade, mas aos sentimentos ou às normas convencionadas, que mantém as relações de fusão e comunhão; a *ação orientada para o sucesso*, que se explica pela coordenação ou compromisso de interesse motivado racionalmente para um fim, apoiando-se no princípio da liberdade negativa; a *ação regulada pelas normas* pelas quais a coordenação repousa sobre um acordo estabelecido a partir de convicções comuns, convicções resultando para cada um dos sujeitos de escolhas específicas à esfera privada, permitidas pelo princípio da liberdade negativa; e *ação inter-compreensiva*, pela qual a coordenação repousa sobre uma troca social ao seio da esfera pública sobre uma confiança e uma busca de entendimento se apoiando sobre o princípio da liberdade positiva. (LAVILLE, 1997 *apud* LOPES PINTO, 2006:103-4).

Esta característica multidimensional da economia solidária, coletiva e associativista, imprime a esta esfera uma dimensão pública, pois tem impacto na dinâmica da vida local, em que ao mesmo tempo esta ação no espaço público, elaborada a partir de demandas concretas, confere à economia solidária uma dimensão política “pois supõe também mudança ou transformação institucional, que se faz num processo, cotidiano mesmo, em que se experimentam outros valores e lógicas associados ao trabalho econômico, concebido acima de tudo como construção coletiva democrática” (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004:19).

Porém, seria reducionista identificar este processo somente por um viés coletivista ‘puro’, descontextualizado do ambiente social concorrencial e utilitarista que caracteriza o conjunto da sociedade, das relações econômicas, em que cooperação e concorrência se vêem disputando espaços também nas concepções de mundo dos indivíduos e grupos.

As associações expressariam um hibridismo de lógicas institucionais devido à natureza diversa das motivações humanas. Lopes Pinto categoriza três tipos de associações dentro da concepção da economia solidária, as quais buscamos identificar para, posteriormente, realizar o exercício de aproximação entre a categorização proposta e os grupos pesquisados neste contexto. Na instituição associativa de tipo individualista, a racionalidade presente nos sujeitos em interação é a do cálculo de custo-benefício em relação a um determinado fim ou objetivo. A associação acontece por existir um fim comum, e o engajamento em uma ação coletiva ou numa cooperação mútua se apresenta como uma oportunidade de maximização de ganhos. Os sujeitos possuem distintos graus de informação, e desta forma, a participação plena de todos os indivíduos na associação se inviabiliza. “Aqui

regras e normas se estabelecem para reduzir custos de transação, por não se tratar de uma situação de informação perfeita.” (LOPES PINTO, 2006:105). O segundo tipo seria apoiado no comunitarismo, em que o sentimento de pertencimento ao grupo são o elemento regulado pelas instituições. As relações entre os sujeitos pertencentes, é resultado e condição para a unidade do grupo, e o objetivo perseguido associadamente se relaciona diretamente com a perenidade e força dos laços pessoais estabelecidos no processo de interação. Aqui é necessário estabelecer com clareza os papéis dos sujeitos que estarão a serviço de tal unidade. Em uma espécie de ‘código coletivo’, a recusa ou falha na administração da função atribuída ao sujeito no coletivo é entendida como ameaça ao grupo como um todo, que implicaria em alguma forma de correção ou até mesmo punição. Um risco imanente é o da cristalização de identidades pessoais nestes papéis no coletivo. Um terceiro tipo seria a associação emergente ou autonomista, cuja característica é muito mais ‘solta’ que as anteriores. Aqui o resultado da ação seria também seu próprio objetivo, que não está estabelecido a priori como um objetivo claramente definido (é algo incerto e imprevisível): a objetivação e realização são resultados da própria interação. Lopes Pinto aponta que interação e a intercompreensão nesta forma de engajamento (que ademais de meramente espontâneo é fortemente reflexivo) é central na produção de distintas solidariedades, e estas dão sentido à ação coletiva. Esta seria uma associação engajada, em que a motivação deriva,

[...] de um lado, do fato de que os indivíduos experimentam, para além do sentimento de pertencimento, novas preferências e possibilidades identitárias. De outro [...] quando não se tem clareza entre esforço e resultado esperado, como no exemplo de uma ação voltada ao bem comum, existe uma tendência de fusão entre a busca e o objetivo perseguido. Não se observa, portanto, uma nítida distinção entre meios e fins ou, mesmo, entre custos e benefícios. Neste caso, a ‘busca toma a cor do objetivo’ no sentido de que ao perseguir um ideal o agente anteciparia a satisfação de vê-lo realizado. (LOPES PINTO, 2006:106).

Nesta forma de associação, as regras se estabelecem a fim de favorecer relações de igualdade entre os indivíduos e para assegurar a livre manifestação da diversidade, situação em que a diferença induz a um bem comum e ao reconhecimento pelo indivíduo de outras possibilidades da expressão de si através do outro. A circulação de informações contribui para a cooperação inteligente dos sócios, conforme comenta Laville, citado por Lopes Pinto. Isso favorece também uma

[...] maior extensividade do bem coletivo a ser produzido, já que a variação dos formatos cooperativos para a escolha e produção de bens comuns

apropriados delimita a extensão e distribuição de seus benefícios. Não apenas em razão de que a distribuição dos bens coletivos efetivamente produzidos varia em função do quanto cada um tomou parte na escolha desses bens, mas também no sentido de que a participação torna-se, neste caso, ela mesma um benefício, já que fins e meios tendem a se aproximar. (LOPES PINTO, 2006:108-9).

A *economia solidária*, então, enfrenta as limitações da economia utilitarista abrindo espaço para que formas associativas diversas tenham terreno para existirem e se consolidarem, buscando práticas outras como a incorporação da solidariedade, da fluência de informação e da cooperação em detrimento da competição e da acuidade como meio e não como fim. As concepções que orientam a economia solidária são de fundamental importância “para a interpretação de políticas públicas que tomam o conceito ou se valem dele como oportunidade de indução de ações de criação de emprego, renda ou simplesmente de organização sociopolítica” (ARAÚJO; SILVA, 2005:30). Se, historicamente, a solução extracapitalista para o desemprego foi a emigração, atualmente esta opção não está mais disponível; a inserção ou reinserção dos trabalhadores, agora, deve ser feita de forma autônoma, por própria iniciativa (SINGER, 1999).

Neste sentido, a economia solidária se inspira no cooperativismo, enquanto associação horizontal entre indivíduos em que, segundo Singer [...] “a solidariedade na economia se dá se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar” (2002:09), e em grande parte da literatura (e também dos empreendimentos de economia solidária) esta forma de associação constitui o que chamaríamos do ‘grupo base’ para a posterior formação de redes e assim do fortalecimento (potencial multiplicador) de suas ações. É “uma economia que ‘se gesta’ em diferentes lugares do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, (conforme o meio em que está inserida) oriunda da sociedade civil e meios populares”. Estas iniciativas se configuram de diferentes formas, “desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioproductivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado” (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004:15).

As cooperativas seriam, segundo Paul Singer, uma solução não capitalista para o desemprego e – buscando ampliar a importância social do cooperativismo para além dos contextos urbano – para a inserção econômica visando complementação de renda ou satisfação de necessidades objetivas ou subjetivas. Para o alcance deste objetivo maior, é

importante que tais iniciativas estejam sendo pensadas e geridas em um ambiente institucional propício, que possam contar com o apoio dos poderes públicos, dos sindicatos, de movimentos populares, que na visão de Singer, criariam condições objetivas para que tais iniciativas levantem vôo (SINGER, 1999). Na concepção da economia solidária, formas cooperativas tendem a ampliar sua atuação para questões que tangenciem formas de fomento ao desenvolvimento local. “Portanto, para além da sua ação no mercado, cujo benefício social restringir-se-ia apenas ao grupo de cooperados internos (o que por si só já difere da lógica capitalista em relação em razão da apropriação coletiva dos ganhos econômicos) a tendência do movimento é aquela de valorização de uma dimensão pública da sua ação mediante a ênfase nos impactos da organização da vida local” (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004:19).

Na associação cooperativa motivada pela inserção econômica, [...] “a produção simples de mercadorias é a grande esperança para absorver produtivamente o contingente humano que o aumento de produtividade e a globalização” (SINGER, 1999:129) não dão conta de absorver, explicitando a insuficiência inerente ao modelo de sociedade baseado em motivações unicamente utilitaristas. Caracteriza-se assim a formação de grupos pequenos, que ao mesmo tempo que correm o risco de isolamento. Este risco pode ser anulado pelo inter-relacionamento, conformando redes que os posicionam positivamente frente o intercâmbio de mercado, assegurando sua sobrevivência. “É possível organizar a produção em escala sem ser pelo molde do grande capital (...) um exemplo clássico é a cooperativa de produção e consumo.” (SINGER, 1999:131).

Assim, o cooperativismo seria ‘a forma’, e a motivação da ação poderia ser classificada conforme a proposta de Lopes Pinto, acima exposta. Porém, este autor alerta que

[...] as normas formais do cooperativismo aproximam-se, em que pesem algumas limitações, da instituição associativa de tipo autonomista. Contudo, o alcance dessa mudança institucional dependerá do quanto ela expresse e reforce comportamentos capazes de tensionar a estrutura institucional de tipo individualista, que caracteriza as sociedades comerciais. (LOPES PINTO, 2006:143).

Desta forma, reforça-se a idéia de Singer quando expressa a importância estratégica da organização de pequenas unidades de produção (de circulação, de consumo) que se desenvolvem em função delas mesmas e não de um grande capital centralizador. Esta ‘autonomia’ garantiria o princípio da apropriação ressaltado anteriormente por Lopes Pinto, fomentando laços antes de cooperação e pertença que de competição entre os membros, os

quais dariam mais vazão à *acumulação autônoma* que a outras formas de produção e objetivos de acumulação.

Os processos autônomos (autogestionários) além da produção da auto-sustentação, implicam também em dimensões não materiais mais amplas, tais como liberdade e autodeterminação. O que encontramos na sociedade, em termos de relações de trabalho e geração de renda, é o processo histórico da dominação; são as práticas e valores de dominação que fundam o social em seu aspecto mais amplo (SINGER, 2002:174). Por autogestão entendemos o exercício de poder compartilhado, um conjunto de práticas sociais cuja característica principal é a natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. Este conceito possui caráter multidimensional, sendo ao mesmo tempo social, econômico, político e técnico, no qual a dimensão social deve ser percebida como resultado de um processo capaz de gerar resultados para os indivíduos que dela dependem. O aspecto econômico diz respeito aos processos e relações de produção, no qual se privilegia o fator *trabalho* em detrimento (não absoluto, pois se trata de geração de renda) do capital. A dimensão política se fundamenta a partir de sistemas de representação que criam condições para que a tomada de decisões seja fruto de uma construção coletiva, de poder compartilhado de opinar e decidir, como forma a garantir o equilíbrio de forças presentes no coletivo. Já o aspecto técnico insinua a possibilidade de outras formas de organização e divisão do trabalho, visando a autonomia, a cooperação e a equanimidade em diversos aspectos (ALBUQUERQUE, 2003:20)

3.2.2 A Economia Solidária manifesta: ação política e transformação social

Segundo Cattani (2003:11) ações em Economia Solidária “são fenômenos que correspondem, por um lado, a algo concreto (instituições formais, práticas sociais), por outro, a dimensões abstratas, como projetos, valores e percepções, que não correspondem à economia e às práticas convencionais”, o que traz consigo idéias de colaboração, solidariedade, equidade, empoderamento, democracia e autonomia. São diversas as formas de se relacionar solidariamente, inclusive nas relações econômicas. Estas relações, econômicas ou não, se estabelecem sob a forma de redes, conforme veremos mais adiante.

Entendemos a práxis da Economia Solidária como o fomento e o favorecimento de atividades que tenham valor social, mas não (necessariamente) valores de

mercado dados. Coraggio identifica que a ação realizada pela ação social e pela pesquisa deva ser [...] “identificar, diagnosticar, proyectar las formas generales y concretas del problema y proponer líneas de acción pública para resolverlo” (2007:01), e caracteriza que o principal problema seja a exclusão, como forma de violência social, e as desigualdades sócio-econômicas que marginalizam e colocam em risco (vulnerabilidade social, insegurança alimentar, qualidade de vida) parcelas cada vez maiores da população mundial – principalmente nos países do terceiro mundo. Neste sentido, à Economia Solidária é atribuída uma finalidade multidimensional, isto é, envolve dimensões sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais do *fazer economia* ou *relacionar-se economicamente*. Isto porque, além da clara necessidade (e possibilidades que se abrem) de geração e distribuição de renda, as experiências de Economia Solidária tendem a se projetar nos espaços públicos nos quais estão inseridas, tendo com perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Com foco no ambiente rural, podemos retomar o entendimento de diversos processos existentes no ciclo que compreende desde a produção até o consumo: a forma (sistemas) de produção de alimentos e artesanato; a relação humana e de poder existentes nos grupos (cooperativas, feiras, associações...); os próprios grupos e formas de gestão democrática pelos atores; os recursos naturais e matérias primas utilizados para a produção; a comercialização, distribuição e escoamento da produção; o consumo dos produtos.

A Economia Solidária destaca-se hoje como uma práxis protagonizada por diversos grupos sociais em suas formas de produzir, trabalhar, comercializar, consumir, cooperar, relacionar-se entre si, com a natureza, e com os mercados. É mais um processo político que eminentemente econômico, pois busca articular uma série de elementos, entre instituições e atores, que fazem parte e protagonizam processos de produção e consumo. Estas relações diversas se caracterizam, segundo Singer (2002) pelo estímulo da solidariedade através da prática da autogestão e da solidariedade para com a população trabalhadora, que toma forma quando se prioriza organização social através de cooperativas, associações, coletivos de trabalho: conjuntos associativos que estimulam processos democráticos de gestão (horizontalidade e equidade nas relações de produção, de trabalho e distributivas).

Desta forma, encontramos referências às ações cooperadas e associativas, com vistas à busca da autogestão, atuação e inserção no mercado através de redes, relações de trabalho horizontais e equânimes, fomento ao desenvolvimento local – cadeias curtas, preferência por ‘produtos da biodiversidade’, e da agricultura familiar. Em muitos casos, a prática do comércio busca refletir os paradigmas e políticas presentes no processo de produção. Na Economia Solidária, estas relações são trabalhadas em pontos-chave do

processo de produção-consumo, desde a articulação junto aos produtores em mercados e pontos de venda, direcionados aos diversos públicos consumidores. O ‘pano de fundo’ destas ações é a autonomia dos atores envolvidos, principalmente dos produtores, que se encontram em uma situação de precariedade – em acesso à recursos financeiros, em qualidade de vida (econômica, ambiental, social), em relações de trabalho equânimes.

Este fenômeno social tem como antecedente principal o cooperativismo operário surgido das lutas trabalhistas de resistência no período da II RI – ou no período da transformação para uma sociedade mercantil em que, segundo Polanyi, acreditavam os pensadores do século XVIII que pauperismo e progresso eram inseparáveis, e aponta desde lá a existência de um contra-movimento. A soberania anarquista e a intervenção justificada nos assuntos de outros países conseguiram sua relevância no século XIX a partir da imposição das instituições monetárias e representativas. Ressalta que [...] “a grande variedade de formas nas quais surgiu o contramovimento ‘coletivista’ não foi devida a qualquer preferência pelo socialismo ou pelo nacionalismo por parte dos interesses envolvidos, mas deveu-se exclusivamente ao alcance mais amplo dos interesses sociais vitais afetados pela expansão de mercado” (POLANYI, 1980:177).

Um expoente fundamental deste contra-movimento (ou do que neste trabalho estamos trabalhando como *resistência*) foi, já anteriormente citado, Robert Owen, o qual é constantemente referenciado principalmente nos grupos, ou nas tendências mais socialistas da Economia Solidária. Owen foi o criador das Villages Of Union, que chegaram a congregar em torno de 1200 pessoas num mesmo número de acres de terra para superar o problema do desemprego. Owen “acreditava que o homem continuaria a ser seu próprio patrão, a despeito da máquina; o princípio da cooperação ou ‘sindicato’ resolveria o problema da máquina sem sacrificar nem a liberdade individual nem a solidariedade social, nem a dignidade do homem nem a simpatia com seus semelhantes” (POLANYI, 1980:203). Polanyi entende Owen como o único pensador da época que conseguiu transcender à lógica malthusiana e ricardiana, que compreendeu que a raiz dos problemas sociais não era a máquina (neutra por essência), mas do uso que se fazia dela; que o problema *econômico*, na verdade, era um problema *social*; preconizou que, se o ao mercado fosse deixado seu livre desenvolvimento, esta seria a origem de grandes e permanentes males.

O traço característico do owenismo foi sua insistência na abordagem social: ele se recusava a aceitar a divisão da sociedade em esferas econômica e política e, em consequência, rejeitava a ação política. A aceitação de uma esfera econômica separada teria implicado o reconhecimento do princípio do

ganho e do lucro como força organizadora da sociedade. (POLANYI, 1980:205-6).

Muito embora a Economia Solidária não possa ser caracterizada como um movimento eminentemente socialista, encontram-se aí seus antecedentes, segundo a proposta de grande parte da bibliografia existente sobre o assunto. Deste legado, a herança mais presente é a autogestão. Albuquerque (2003) sugere a autogestão como elemento fundamental da vida associada e do fazer cotidiano, espaço e forma em que se dá a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição e escolha do que fazer. Atualmente, se configura a partir de uma forte crítica ao sistema de mercado e ao padrão desenvolvimentista de produção, impulsionadores de desigualdades sociais cada vez mais acentuadas. Como ação correspondente à crítica, e também como estratégia de sobrevivência (tanto de famílias como de comunidades), são resgatados princípios cooperativistas e associativistas, e também criadas alternativas de produção, comercialização e consumo que possibilitem a diversos grupos sociais a garantia de sua qualidade de vida.

A economia solidária no Brasil toma proporções significativas entre 1980 e 1990, como reação de trabalhadores urbanos às conseqüências da ‘década perdida’: aumento do desemprego e crescente exclusão social. É o que na literatura encontramos como ‘reinvenção’ da economia solidária: o resgate de práticas de geração de trabalho e renda com inspirações autogestionárias e emancipatórias. A partir daí começa a haver também uma opção pela economia solidária nos seus méritos, e não só por falta de opção. São organizadas cooperativas de pessoas que se formam em universidades, cooperativas de profissionais liberais, e há as cooperativas que recuperam empresas que estavam falidas ou estavam em crise (SINGER, 2007).

Entendemos a Economia Solidária como um processo crescente de apropriação, tanto por estar em construção na sua trajetória acadêmica quanto pelas diversas dificuldades encontradas pelos grupos sociais para se organizarem em formatos que não correspondam à lógica de mercado. Este movimento encontra fortes tendências a se associar às dinâmicas sócio ambientais que cada vez mais encorajem os grupos sociais, mediadores, pesquisadores (e conseqüentemente as políticas públicas) a estabelecerem laços mais fortes e perenes com a questões ambientais – entendendo-as não somente como as relações com o ambiente natural, mas sim como modificações nas formas de organização produtivas, econômicas, sociais e culturais, almejando sustentabilidade.

É notável a emergência de um quadro nacional e internacional de diversas iniciativas no mesmo sentido, em um movimento crescente, que se fortalece em termos institucionais e populares. Este avanço pode ser verificado através de diversas iniciativas concernentes à área. No campo acadêmico, a criação em da Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária, em 2004, na cidade de São Paulo, é um indicativo bastante forte da busca de legitimação do movimento popular e de seus preceitos na academia. No mesmo sentido, também tem se destacado a Red de Investigadores Latinoamericanos de Economia Social y Solidária - RILESS, que contribui para a elaboração de projetos e intercâmbios, facilitando e promovendo trabalhos multidisciplinares, com o objetivo de fortalecer as iniciativas coletivas por outra economia, outra sociedade e outra política na América Latina.

A criação no Brasil de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), demonstra o fortalecimento do movimento no âmbito das políticas públicas. A esta Secretaria se vincula o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), espaço de discussão e articulação nacional da economia solidária, ao qual se vincula cerca de 27 Fóruns Estaduais (MTE, 2006), em todo o território nacional. Governos de diversos países tem elaborado políticas públicas e de incentivo neste mesmo sentido, a exemplo da Venezuela, México, França, Bélgica. No movimento popular, cresce o número de empreendimentos solidários², como demonstram os dados resultantes do 'Mapeamento da Economia Solidária no Brasil'. Este Mapeamento aponta a existência de mais de 15 mil empreendimentos em todo o país, sendo 1.634 somente no Rio Grande do Sul³.

Um panorama institucional da Economia Solidária demonstra que também fazem parte do movimento instituições financeiras (normalmente cooperativas) voltadas à micro-crédito, organizações de fomento (assessorias, consultorias, que se configuram como os mediadores entre as políticas públicas e o movimento popular), grupos não formais e, ainda, iniciativas de 'grupos entre grupos', como a configuração de redes, feiras, cooperativas e outras formas associativas para a produção, comercialização, consumo.

A apropriação do termo *Economia Solidária* tem sido realizada por diversos grupos sociais, principalmente empreendimentos urbanos (fábricas e empresas falidas,

² Muito embora 1/3 dos empreendimentos cadastrados sejam informais, segundo entrevista "Atividade solidária se profissionalizou", de Paul Singer à revista eletrônica do Instituto Humanitas da Unisinos, IHU-Online em 22 julho de 2007 (http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8459).

³ Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, relatório nacional da Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, SENAES/MTE, 2006.

ocupadas e reorganizadas de forma autogestionária), clubes de trocas, associações e cooperativas de produção e consumo, articuladas através de redes. Ainda, sob esta mesma designação, estão mercados de exportação que comercializam produtos na forma de ‘comércio justo’, e também diversas iniciativas de apoio, como ONGs e grupos de fomento, que atuam como mediadores entre as comunidades e as políticas públicas, às possibilidades de captação de recursos, através de projetos, assessorias e consultorias.

Descreveremos, a título informativo, algumas ações ou ferramentas da Economia Solidária, quais sejam, os clubes de troca, as moedas sociais e o comércio justo.

3.2.2.1 Clubes de Trocas

Os clubes de trocas tiveram seu ápice na Argentina, em função da crise econômica e conseqüente pauperização de grande parte da população, e os ‘*trueques*’ tornaram-se uma das poucas alternativas possíveis para circulação e aquisição de mercadorias, principalmente bens de consumo e serviços. Tem-se registro de uma iniciativa no ano de 1995 de organização de um *clube* na região metropolitana de Buenos Aires (ARKEL *et al*, 2002) que teria sido uma iniciativa pioneira neste sentido. Este *clube* foi crescendo em espaço físico e participação, e a iniciativa multiplicada para outros espaços (principalmente em bairros pobres, ou de classe média, onde os efeitos da recessão econômica incidiam mais fortemente). Se constituem por espaços de circulação de bens, mercadorias e serviços, através de trocas simples, multirecíprocas, em alguns espaços facilitadas *vales* ou *bônus de troca*, ainda que estas trocas não produzam valor (MANCE, 2002).

A confiança e a reciprocidade (ARKEL *et al*, 2002) estavam na base das relações sociais que possibilitavam a existência e eficácia destes espaços (no sentido de suprir necessidades básicas dos indivíduos). Mance nos explica que “no processo de produção nas redes de trocas são utilizadas moedas não sociais (*dinheiro oficial*) como única condição de obtenção se insumos e de outros elementos demandados no processo produtivo que não estão disponíveis nas redes” (2002:92)

Buscando o fomento destas iniciativas e a ampliação de seu efeito social, entre os clubes existentes, com a participação de um mesmo grupo de assessoria, foi criada a chamada Rede de Trocas Solidárias, posteriormente árias, posteriormente Rede Global de

Trocas Solidárias⁴. A popularidade dos *clubes* cresceu tanto a ponto de, no ano de 2000, ser declarado como sistema de interesse nacional pelo Ministério da Economia da Argentina, aglutinando mais de um milhão e meio de pessoas (ARKEL *et al*, 2002:64). O que significava, em termos concretos, a circulação de produtos e serviços, geração de qualidade de vida e empoderamento social em âmbitos locais, com ou sem mediação de uma moeda, que não passava por nenhuma inversão do Banco Central da Argentina, tampouco do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional.

A análise dos fluxos de valor mostra não apenas que no processo de produção as redes de trocas operam com dois tipos de moedas, a social e a oficial, embora nas trocas circule apenas a moeda social, como também é possível reproduzir-se, com a moeda social, práticas injustas similares às existentes no mercado capitalista. (MANCE, 2002:92).

Se por um lado o crescimento exponencial dos Clubes e Redes de troca na Argentina representou um grande sucesso do movimento popular, por outro, a velocidade deste crescimento não permitiu que os processos fundamentais de formação e sensibilização fossem realizados, fragilizando o sistema e desfocando seu propósito. Em 2002, ainda que anteriormente à crise institucional deste país, aconteceu a quebra dos Clubes na Argentina, o que representou não somente a fragilidade do projeto quanto a perda de qualidade de vida e de perspectiva para milhares de argentinos.

Ainda assim, o projeto e seus desdobramentos foram repensados, e atualmente muitas economias locais persistem nesta forma de circulação de bens, produtos e serviços. Existem, pois, diversas iniciativas neste mesmo sentido, nas quais uma das características é a sua localização nas periferias urbanas e o objetivo é proporcionar a circulação de bens e serviços existentes nas comunidades para as comunidades, seguindo o ‘espírito’ dos *trueques* argentinos, como alguns clubes e feiras de trocas solidárias existentes no Rio Grande do Sul que se articulam através da Rede Estadual de Trocas Solidárias (RETS-RS). Ainda, no âmbito empresarial, existem transações comerciais que ocorrem sem a utilização de dinheiro, a exemplo do BARTER, sistema de compensação próprio dentro de redes comerciais (existente nos Estados Unidos, por exemplo), e de uma rede suíça fundada nos anos 30, chamada WIR. Ainda que se caracterize como um sistema de trocas solidárias, o

⁴ Em 1998, a partir destas iniciativas, uma articulação entre Brasil, Uruguai, Equador, Peru, Colômbia, Bolívia, Chile, Honduras, El Salvador, México e Canadá formam a Rede Latino-Americana de Sócio-Economia Solidária – REDLASES, forte impulsionador da *idéia-força* da Economia Solidária e dos Clubes de trocas nestes países.

WIR mobiliza empresas para que dentro das transações entre elas se liquidem transações sem que se utilize dinheiro, permitindo ‘vantagens’ entre os participantes.

Certamente nem todas as experiências neste sentido estão relatadas nestes poucos parágrafos a respeito do assunto, tampouco se considera que a importância simbólica e social que representou e representam as iniciativas e práticas de trocas em clubes ou redes esteja suficientemente relatada. A intenção, pois, foi somente a de situar o leitor quanto à existência e origens destas práticas por vezes bastante populares, porém não necessariamente conhecidas e apropriadas em seu conteúdo e relevância social.

3.2.2.2 Moedas Sociais

Moedas sociais são moedas complementares de curta duração, que circulam em circuitos restritos e não são emitidas pelos bancos centrais (a exemplo dos *bônus* circulantes nos clubes de trocas, anteriormente mencionados). Simbolicamente, podem representar um instrumento que promova a recuperação da soberania popular na emissão de dinheiro. Certamente, o que chamamos e experienciamos hoje a respeito de moedas sociais de base solidária seja fruto da experiência do Bank of Exchange, primeira exploração prática do anarquismo filosófico, idealizada por Proudhon em 1848.

Estas moedas são criadas para circuitos específicos (um circuito comercial delimitado, um evento, um clube de troca) e delimitados temporalmente. Possuem um lastro que, dependendo do caráter da iniciativa na qual é aplicada, pode ser realizado em produtos ou em dinheiro.

No caso do lastro em produtos, é determinada uma equivalência de produtos sobre a quantidade de moedas emitidas, que vai garantir a ‘consistência’ do ‘papel moeda’ que está circulando. Tem como característica e objetivo ser uma ferramenta instrutiva e educativa, trabalhando questões como valor e preço em atividades e espaços educativos relacionados com a Economia Solidária.

Moedas sociais que circulam, por exemplo, em cadeias produtivas, tem um lastro em dinheiro, o qual é utilizado para a criação de um crédito inicial e uma garantia à

moeda social⁵. Em alguns casos o lastro em dinheiro é depositado numa conta bancária na qual, são realizadas aplicações em fundos financeiros convencionais ou cooperativos, e a inversão deste dinheiro é retomada para o circuito em que está circulando a moeda social. Estes se configuram em circuitos comerciais mais complexos, existindo inclusive transações monetárias virtuais em que circulam extensos valores monetários, porém em moedas sociais – o que, com efeito, tem a característica de não gerarem juros nas suas transações, o que representaria uma ‘vantagem’ destes sistemas frente à utilização do ‘dinheiro convencional’.

Para finalizar, trazemos um exemplo nacional e concreto de utilização de moeda social em âmbito comunitário, concretizado através de uma moeda social chamada “Palma”, circulante local criado em 1988 pelo Banco Palmas⁶, iniciativa de microcrédito cooperativo da Associação de Moradores do Conjunto palmeira, em Fortaleza – CE. Esta moeda foi criada como estratégia de movimentar a economia e as riquezas locais, posto que esta é uma comunidade na periferia de Fortaleza em situação de forte vulnerabilidade social. Através desta iniciativa, e somando-se a diversas outras (com o apoio de assessorias nacionais e internacionais) esta comunidade atualmente é referência em circulação e geração de renda, contando inclusive com um *cartão de crédito* comunitário. Todo este circuito está delimitado dentro da comunidade, é um circuito fechado, o que faz com que as riquezas (produtos, valores, bens, serviços) produzidos sejam, aproveitados e valorizados na própria comunidade, fortalecendo a economia local.

3.2.2.3 Comércio Justo

O movimento de Comércio Justo (ou *Fair Trade*) surgiu a partir de uma perspectiva do comércio internacional (exportação dos países produtores ‘do Sul’ para os principais países consumidores, na Europa e Estados Unidos) como um intuito educativo, comercializando produtos de países do sul para o norte através de formas alternativas com base em informações sobre os produtos (origem social e forma de produção).

Wilkinson (2007) identifica, a partir da perspectiva européia, três diferentes orientações estratégicas nesta prática de comércio Norte-Sul: orientações políticas

⁵ Como o ouro era à emissão de papel moeda mundial, até a Conferência de Breton Woods em 1944, onde os Estados Unidos e a Inglaterra começam a emitir elas mesmas sua própria moeda sem este ‘lastro’ acordado mundialmente

⁶ Para mais informações, ver www.bancopalmas.org.

concernentes à modificações nas regras do comércio internacional; fomento a mercados específicos como extensão das redes dos movimentos e grupos ‘de base’, espaços de comercialização mas também de promoção da cidadania através de noções políticas mais amplas; e uma orientação mais ampla do consumo e do consumidor. Assim, podemos entender o objetivo do comércio justo como uma ferramenta que tem, por um lado, a finalidade de demonstrar aos consumidores as injustiças e o desequilíbrio social causados pelo sistema convencional de comércio internacional⁷ e, por outro, re-elaborar relações comerciais no sentido de transformá-las. Quando de sua criação, a relação entre o preço da matéria-prima e o bem processado (*terms of trade*) eram operados de forma a favorecer as produções provenientes dos países industrializados, esboçando uma idéia de comércio local e de proteção às produções locais. Porém, a tendência à importação acabou sendo predominante no movimento.

Nesta perspectiva, surge o movimento de Comércio Justo opondo-se às injustiças e desigualdades geradas por este modelo. Uma das formas encontradas pelo movimento, tendo em vista a possibilidade de escolha dos consumidores dos países com maior poder de compra, foi a elaboração de critérios que incluem a produção ecológica em pequenas propriedades de países com economias eminentemente agrícolas. São relações de comércio que se estabelecem visando sua manutenção em um prazo estendido (compromisso de compra do consumidor, garantindo saída de produtos dos produtores e diminuindo seus riscos de produção), em que parte da receita deve ser revertida para programas sociais nos grupos de produtores (independente de sua configuração – associações, cooperativas, grupos não formais). Busca também estabelecer cadeias curtas de produção e consumo, diminuindo o número de intermediários e conseqüentemente remunerando melhor o produtor.

Assim, esta prática que estabelece uma relação de rede entre diversos países, principalmente do ocidente, surge enquanto um movimento principalmente de consumidores do hemisfério Norte que, a fim de praticar uma distribuição monetária mais justa (em termos de distribuição de renda mundial), direcionam suas compras para países do Sul, e anda, dentro de redes alternativas de produção. Com estas tendências de consumo, aos poucos, surgem mercados específicos nos países do Norte, os chamados “Mercados Justos”, ou “Lojas de Comércio Justo”. Passam a existir demandas específicas destes consumidores. Esta forma de comércio (ou, para muitos, tendência de mercado) é mundialmente difundido, seja no fomento

⁷ A maioria da literatura encontrada trabalha o Comércio justo tem sua perspectiva de comércio internacional e, em função disso, é desta forma que o referenciamos aqui. Porém, é importante salientar que iniciativas locais (nacionais, regionais, territoriais) estão em franca expansão, o que justifica a inserção do tema do Comércio Justo neste trabalho.

de abertura de novos mercados, na criação de uma demanda de consumidores ‘mais conscientes’, ou entre grupos de apoio aos produtores. Muito embora não somente o *fair trade* represente as origens da Economia Solidária, está aí um de seus grandes impulsionadores em termos de mercado externo e de fomento.

O movimento de Comércio Justo (ou Comércio Equitativo), iniciado há cerca de 40 anos, vêm desenvolvendo um enfoque alternativo ao comércio internacional tradicional, buscando reverter a tendência dos intercâmbios no comércio internacional, e também visando promover o reconhecimento do trabalho dos produtores através do pagamento de um ‘preço justo’ a seus produtos e sensibilizando os consumidores quanto à uma tomada de consciência das diferentes realidades dos grupos produtores – ou, em termos mais restritos, quanto à uma qualidade comprovada pelas certificações, selos, rótulos, e demais ferramentas de garantia utilizadas para a identificação dos produtos.

Esta prática, que busca para além da relação comercial, uma relação de cooperação e colaboração entre produtores e consumidores, e também a formação de uma massa crítica, deu início à formação e implementação de redes e mercados alternativos (principalmente nos países do Norte), com normas precisas para cada produto (FRETELL; ROCA, 2003). Após a primeira iniciativa na Holanda em 1988 de certificação de produtos provenientes de pequenos produtores que respeitavam o meio ambiente e utilizavam critérios democráticos e de solidariedade em sua elaboração, surgiram em quase todos os países da Europa e América do Norte diversas experiências de certificação. Essas iniciativas utilizavam o selo Comércio Justo (*fair trade*), e também realizavam a importação e promoção dos produtos das cooperativas, associações e pequenos produtores dos países do Sul. Em 1997, surge a coalizão de diversas dessas iniciativas em FLO-International (Fair-trade Labelling Organization), para dotar-se de um selo de comércio justo internacional, facilitando o trabalho conjunto para a exportação de produtos de pequenos produtores e promovê-los com o objetivo de melhorar a distribuição desigual de bens entre o Norte e o Sul (FRETELL; ROCA, 2003).

Há, hoje, no cenário mundial, uma gama diversa de identificações de qualidade: algumas (como as acima citadas) que funcionam em forma de auditoria, outras (como a Certificação Participativa) que funcionam através de redes de proximidade, uma forma de auto-regulação que fortalece práticas alternativas de produção e comercialização. São ferramentas que atuam nos mercados convencionais e alternativos de forma a avaliar a procedência (atribuição de confiança) dos produtos para o consumidor.

É possível afirmar que a prática do comércio justo, pensando-as nos sentidos sugeridos por Wilkinson (2007), se estende e, ainda, fomenta a criação e consolidação de redes alternativas de produção e consumo.

3.3 A REDE ECOVIDA: CAMPONESES, AGRICULTORES E ECOLOGISTAS

Neste momento, trazemos alguns elementos que tangenciam a discussão proposta acerca da reprodução social de práticas agrícolas (modos de vida) que persistem, ainda que fortemente inibidas ou coagidas pela modernização conservadora na agricultura e pelos padrões de consumo atuais.

Entende-se que a organização em rede de agricultores familiares e ecologistas é fruto direto destas expressões sociais que entendemos como resistência aos paradigmas utilitaristas expostos na primeira parte deste trabalho, identificamos como *camponeses* a categoria social e analítica em que se inscrevem os agricultores e agricultoras participantes da Rede Ecovida de Agroecologia. Wanderley (1996) propõe que Agricultura Familiar – a família é proprietária dos meios de produção e assume a tarefa da produção - seria um termo genérico e amplo, que assume em si uma diversidade de formas sociais. “É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências, fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996:04).

Para a autora, o camponês seria uma dessas formas sociais, uma categoria social e analítica dentro dessa idéia mais ampla de agricultor familiar, um modo específico de conviver e produzir em sociedade. O campesinato se funda também sobre esta relação entre propriedade-trabalho-família; a particularidade que permite distinguí-lo reside no “objetivo da atividade econômica, nas experiências de sociabilidade e nas formas de inserção da sociedade global” (WANDERLEY, 1996:04). Um dos eixos centrais desta associação é a sua reprodução, a transmissão intergeracional da propriedade (sucessão), do trabalho, do modo de vida, “combinando os recursos que dispõem na unidade de produção com aqueles que podem ter acesso fora do estabelecimento – em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes” (WANDERLEY, 1996:07) através da transmissão de um saber tradicional. A agricultura camponesa normalmente é pequena, e tem dificuldade para ampliar suas forças produtivas, mas ela não é camponesa por ser pequena. Não é o tamanho da atividade que determina, mas sim suas relações externas e internas. Assim, poderemos encontrar camponeses donos de diferentes áreas de terra, numa mesma comunidade, sem que isso os descaracterize enquanto categoria social.

Diferente da agricultura de subsistência, a agricultura camponesa visa a reprodução social e se relaciona com a pluriatividade e com o trabalho externo como ferramentas que podem contribuir com a reprodução social. As características das sociedades camponesas podem ser vistas da seguinte forma:

QUADRO 02 – Caracterização dos diferentes grupos

Características	Selvagem	Camponês	Agricultor
Autonomia da coletividade local	Completa	Relativa	Inexistente
Subsistência	Completa	Aumento a produção em função de pagamentos	Inexistente
Especialização das tarefas	Nula	Fraca	Forte
Atribuição de tarefas em função de...	Linhagem, idade e sexo	Grupo doméstico	Tecnologia e mercado
Interconhecimento	Sim	Sim	Não
Rejeição fora de seu grupo	Sim	Ambivalente	Não
Mediação com o exterior	Não	Sim	Não

Fonte: MENDRAS, 1976⁸

Neste esquema, o autor está se referindo a um camponês arquetípico, que toma diferentes formas no ocidente, pois este mundo tradicional ao qual se refere está sofrendo transformações tanto nas formas de produção quanto nas relações sociais que se estabelecem (WANDERLEY, 1996).

A autonomia relativa refere-se à necessidade da família camponesa de ter sempre uma reserva de recursos destinada à trocas com o conjunto da sociedade e para atender às suas imposições. Ou seja, há autonomia no interior da unidade familiar, mas consideram-se os elementos externos. A produção diversificada garante subsistência, autonomia relativa e uma certa segurança aos produtores. A fragilidade desse sistema reside no meio externo sob o qual não se tem controle como, por exemplo, intempéries e conjunto das relações político-sociais dominantes (WANDERLEY, 1996). Porém, a atribuição de tarefas e as atividades desenvolvidas são determinadas internamente à propriedade produtiva e não pelo meio externo. Neste sentido, é relativamente autônoma ao exterior (ao mercado, à demanda).

⁸ Original em Francês; tradução da autora

A agricultura camponesa tradicional é profundamente inserida no seu espaço de vida e trabalho. É nesse espaço em que se desenvolve uma sociabilidade específica, além dos laços familiares, com “outras categorias sociais”, desenvolve seu trabalho, utiliza o território para a sua subsistência, e ao mesmo tempo é o lugar de residência. Jolivet descreve que a sociedade de interconhecimento se define a partir desta sociedade (desse território). É uma coletividade em que todos se conhecem a si e a aspectos particulares da vida dos outros, o que provoca uma vida social intensa assegurada pela diversidade e homogeneidade, graças à relação de interconhecimento que se estabelece (JOLIVET; MENDRAS, 1971 *apud* WANDERLEY, 1996).

Outra característica importante se refere ao tempo de trabalho: as sociedades camponesas consideram, no curso de suas atividades e na organização de seu tempo, o tempo de não-trabalho em que o desenvolvimento animal e vegetal segue seu curso natural. A essa característica Wanderley (1996), apoiando-se na obra de Trepicht (1973), descreve como as ‘forças produtivas não transferíveis’ das sociedades camponesas.

Sobre as características do campesinato ‘adaptado’ às sociedades ocidentais, considerando as características do camponês arquetípico proposto por Mendras, Wanderley (1996:11) considera que o campesinato continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas no mundo moderno, ainda que tenha perdido a significação e importância que tinha nas sociedades tradicionais. Identificam-se hoje setores que, em maior ou menor grau, funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, na sua forma de produzir e na vida social.

A autora observa que nas sociedades modernas multiplicam-se outras formas de agricultura familiar não camponesas. Seriam as unidades de produção que se adaptam internamente ao contexto de reprodução da cidade, da cultura urbana, da centralidade do mercado, e que aí se transformam, segundo a autora, em ‘agentes’ da agricultura moderna. Seria o que Jolivet e Mendras classificaram como uma coletividade diferenciada, em que a dimensão espacial permanece mais determinante que na cidade (WANDERLEY, 1996).

José Luiz Coraggio (2007a) concorda que o camponês se relaciona diferentemente do agricultor familiar com o produto, por uma questão cultural e histórica. Também o sentido de propriedade privada seria outro para o camponês, pois a economia para essas sociedades seria entendida como um sistema institucional e de valores (por exemplo, na unidade doméstica). Este sistema de valores diz respeito à relação entre indivíduos e comunidade, em que a autonomia se relativiza conforme o sistema social em que se refere. Para este autor, a economia tem uma base ética que fundamenta comportamentos,

contrariando a ‘utopia’ liberal neoclássica que pressupõe um sistema perfeito em que o mercado se auto-regula e em que ele mesmo é o ente regulador da sociedade. Isso descarta, por exemplo, a prática de autoconsumo, inculcada cultural e historicamente no sistema de valores camponês.

Também nos textos encontrados nos Cadernos de Formação da Rede Ecovida (2007), se referencia o agricultor como camponês, ou seja, para além de uma conceituação analítica. Este camponês é um sujeito social, uma categoria social, o que referencia e valida as teorias sobre o campesinato brevemente apresentadas acima.

3.4 REDES: CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ENRAIZAMENTO

A expressão *rede* diz respeito a uma forma de estrutura organizativa que se relaciona com descentralização, encadeamento, interdependência, conectividade, flexibilidade e, também, empoderamento. *Organizar-se em rede* significa articular-se e retroalimentar-se. A *rede* é uma metáfora ao tecido, à teia: união e entrelaçamento que transforma ‘fios soltos’ em tecido, malha, em estrutura reticulada, que confere força e unidade a partir do contato e da conexão entre elementos (grupos ou pessoas), que forma um conjunto de laços. Os laços seriam as conexões, episódios, vínculos de uma relação social. Não é exatamente um conceito novo, e nem tampouco o mercado ou a hierarquia estão desaparecendo. Porém, contemporaneamente, sua implicação mais freqüente corresponde a estruturas democráticas voltadas a projetos com acento ‘autônomo’.

No campo acadêmico, a compreensão de *redes*⁹ enquanto *laços realimentados*, tem sua origem na Biologia, em que a rede seria o padrão de organização comum a todos os sistemas vivos¹⁰. Nas ciências sociais, segundo Molina (2001), a análise de redes busca descobrir estruturas, normas de interação. Com isso, trataremos de situar o conceito através da abordagem das *redes sociais* e das *redes de colaboração*. A *rede* se configura em um determinado arranjo em que recursos e capitais são mobilizados, identidades

⁹ A etimologia da palavra vem do latim *raetis*: teia (de aranha), rede, laço, sedução (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

¹⁰ Autores como Fritjof Capra, Humberto Maturana e Francisco Varela escrevem amplamente sobre a acepção de redes no sentido ecológico, através da área do conhecimento chamada *biologia da cognição*; Félix Guattari e Gilles Deleuze, na área da psicologia social, para além da *rede* utilizam a metáfora do *rizoma* para definir o padrão das estruturas sociais, interdependentes e retroalimentadas.

delimitadas, e relações de poder consolidadas, segundo Mior (2005). Redes são comunidades, virtuais ou presencialmente constituídas, estruturas através das quais fluem os recursos.

Em *análise de redes sociais* encontramos tanto uma ampla literatura quanto técnicas, métodos e softwares específicos para análise e visualização das estruturas dos dados relacionais. Porém, neste trabalho, não utilizaremos estas ferramentas metodológicas e gráficas para demonstrar visualmente a rede que estamos analisando, mas utilizaremos as bases conceituais de *redes sociais* como, para situarmos e definirmos a compreensão de redes pertinente a esta pesquisa: conjuntos de pessoas ou grupos que se relacionam e se retroalimentam partilhando de objetivos e afinidades comuns. As relações podem ser as mais variadas: de parentesco, afetivas, profissionais, interesses comuns, afiliações, e, no caso de grupos, relações entre entidades corporativas, acordos, alianças, regulações, e ainda as relações que os membros dos grupos estabelecem independentemente do grupo. Uma rede se conforma quando as relações se tornam laços: na rede, cada ‘nó’ (grupo ou pessoa) adota a atitude do outro, porque também é incluído diretamente. Esta troca (retroalimentação, nas palavras de Mance, 2003, interdependência, nas palavras de Molina, 2001) gera relações de confiança e, processualmente, dá coesão à rede. No caso das redes sociais e redes de cooperação, existem objetivos ou afinidades comuns aos sujeitos, ou atores da rede. Os atores se incluem uns aos outros para disporem de construções de mundo, condutas e resultados similares.

As redes de colaboração, quando articuladas como iniciativas da economia solidária, assumem um caráter estratégico, segundo Mance, para “conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto” (2003:220) em um projeto político comum, e bastante amplo.

Pela perspectiva de redes, as pessoas de uma mesma rede influenciam umas às outras, as informações fluem, e as relações são de interdependência¹¹, e não individualistas. Redes [...] “correspondem a instituições não hierárquicas e horizontais que gozam de certa estabilidade. Embora essas noções recubram realidades variadas, a rede designa, geralmente, instituições (relativamente) estáveis.” (BONNAL; MALUF, 2007:03). É nas redes que os grupos encontram condições de saírem da atomização, fator que pode levar grupos produtivos

¹¹ A interdependência implica na influência das características dos sistemas nos comportamentos individuais, que ao se agregarem, podem produzir mudanças também, em nível macro.

ao isolamento e à falência (SINGER, 1999). Segundo André Gorz (2003), em entrevista¹², os produtores que se relacionam entre si em redes, colocam-se em comum acordo preventivamente e de maneira pactuada para produzir em função das necessidades, desenvolvendo sua função produtiva como um complexo de atividades essencialmente coletivas, promovendo um intercâmbio de bens e serviços.

Em análise de redes, é a ‘posição’ dos atores que vai assegurar as suas “oportunidades e limitações” (MOLINA, 2001; MIOR, 2005), seu trânsito e suas perspectivas. Significa dizer que a quantidade e qualidade de conexões e laços existentes valorizam os atores nas redes, a fazem mover. A simples situação de estar na rede proporciona aos atores formar laços e relações, pois, conforme afirma Granovetter (2005), todas as interações sociais transmitem informações. São as relações existentes na rede que movimentam estruturas de cooperação. Ações de caráter econômico, político e cultural se realimentam nestes ambientes, e elas se voltam para os objetivos dos atores que as compõe.

Granovetter (2005) propõe características centrais das redes sociais. A primeira característica se refere à rede como uma estrutura permeada por um conjunto de normas e acordos. Este pacto (por vezes explícito, por vezes tácito) comum aos membros da rede é o elemento que vai assegurar a densidade desta rede: a proporção entre possíveis conexões de ‘nós’ de rede, ou seja, o conjunto de acordos comuns confere coesão de grupo e ligações efetivas entre os atores. A questão chave que deve ser ponderada para verificar a densidade da rede é o fluxo de informação. Quanto maior o fluxo de informação que circula entre os nós da rede - os elementos que a compõem-, mais coesa se torna esta rede. As normas são discutidas e fixadas, firmadas neste ‘contrato social’. É dizer que os atores da rede internalizam as normas e acordos.

Segundo, compreendendo que a estrutura social pode dominar a motivação, Granovetter argumenta que as informações fluem mais entre vínculos fracos que entre vínculos fortes. Ora, se é o fluxo de informação que garante e gera a densidade da rede, estas informações alcançam maiores distâncias, ganham mais amplitude quanto mais diferentes pessoas existirem nesta rede, quanto mais grupos forem atingidos. A importância fundamental da informação das redes pode ser aproximada da idéia de Gorz (2005), na qual a inteligência¹³

¹² Entrevista de André Gorz para Revista GlobAL América Latina: “Trabalho sem medida”. Número 1 - outubro/novembro 2003. Disponível em www.globalproject.info/art, acesso em março de 2008.

¹³ Segundo o filósofo, em entrevista para a Revista IHU, da Unisinos, 2005, [...] “o saber é capital fixo, é meio de produção. Mas apresenta uma diferença fundamental com relação aos meios de produção do passado: é reprodutível, praticamente a custo zero, em quantidades ilimitadas. Por sua própria natureza, o saber necessita ser tratado como um bem comum, precisa ser considerado, antes de mais nada, como o resultado de um trabalho social e coletivo.”

é a força produtiva principal da sociedade. Existiriam, segundo esta que é denominada *teoria dos laços fracos*, maior quantidade de vínculos fracos do que fortes nas redes. Talvez alguns vínculos carreguem informações com pouca importância; mas o importante para o autor é que é muito mais provável que informações únicas, e não redundantes, circulem e tenham mais abrangência, percorram maiores distâncias, através dos vínculos fracos. Primavera (2007) ressalta que uma das vantagens existentes hoje é que tudo é mais rápido e transferível graças às novas tecnologias da comunicação e informação, o que dinamiza a conformação de redes e seus fluxos de informação. Neste sentido, os vínculos fracos têm uma importância fundamental na dinâmica e funcionamento das redes, através da circulação e ampliação de informações que permeia a estrutura social e determina as motivações presentes neste grupo social.

Em terceiro lugar, e pontualmente, Granovetter (2005) chama a atenção para o fato de que a importância central não é a qualidade de algum vínculo em particular, mas antes a forma como diferentes partes das redes são construídas. E, em quarto lugar, propõe que as redes trabalham a interpenetração entre as ações econômicas e não econômicas, ou seja, como as ações não econômicas afetam os custos e as tecnologias apropriadas para as atividades econômicas.

Esta ‘mistura de atividades’ é o que Granovetter chama de enraizamento social (*social embeddedness*): é a forma como as ações econômicas dependem de ações não econômicas para engendram, se desenvolverem em conteúdos, metas ou processos. Este conceito foi proposto por Polanyi, conforme pudemos verificar anteriormente, porém Mark Granovetter foi quem, décadas mais tarde, a desenvolveu sob a perspectiva da sociologia econômica. Segundo Wilkinson (2002; Mior, 2005) foi Granovetter quem definiu a metodologia dos estudos das dinâmicas dos mercados vistos como extrapolações das redes sociais. Estas idéias corroboram com a visão polanyiana, na qual a esfera do mercado é uma das partes da ação econômica, e naturalmente a motivação primeira para relacionar-se economicamente não é eminentemente utilitarista. Segundo Mior, para Granovetter, em maior ou menor grau, o homem sempre “elaborou seus cálculos econômicos a partir de sua inserção em redes sociais. Isto significa afirmar que a ação econômica é uma ação socialmente situada.” (Mior, 2005:198). O enraizamento dos fenômenos econômicos podem estar situados na dimensão política, social, científica e cultural; nesta dimensão é que acontecem as relações sociais que configuram a direção e dinâmica das relações econômicas, por exemplo, mercados para produtos originários destas redes. Existe nesta relação a interdependência entre os diferentes e diversos atores envolvidos na prática da comercialização.

Mior (2005), apoiando-se no trabalho de Murdoch e na Teoria do Ator-Rede, propõe diferenciarmos as redes e seus fluxos em redes *verticais* e *horizontais*. Para lhe entendermos o sentido, basta fazer uma analogia com os fluxos de informação: ‘de cima para baixo’ e relações ‘num mesmo nível’ de relação de poder e pertencimento. Na perspectiva das redes de desenvolvimento rural, as redes verticais correspondem às cadeias de commodities e as relações predominantes são as de mercado, e as horizontais recebem o recorte territorial das redes sociais em que predominam relações de reciprocidade. Nesta perspectiva,

O termo rede vertical, refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. (MIOR, 2005:57).

Ou seja, cada ‘formato’ de rede corresponde a uma idéia diferente de desenvolvimento: redes verticais ao desenvolvimento setorial e rede horizontais ao desenvolvimento territorial ou local. Aqui reside a distinção fundamental entre o controle local e o controle externo dos processos de desenvolvimento, o que cria condições ou não para a autonomia (econômica política, cultural) das redes e seus ‘objetos de trabalho’ e que, claro, este direcionamento de gestão corresponde, em última instância, ao projeto político ou de desenvolvimento ao qual se identificam.

*‘a dimensão dos empreendimentos humanos não é o finito nem o infinito, mas o indefinido; essa palavra não se deixa encerrar em nenhum limite fixo’
Simone de Beauvoir*

4 ASSOCIAÇÕES, DIREÇÕES E SENTIDOS

Na quarta parte deste trabalho, serão apresentadas a Rede Ecovida de Agroecologia e o Núcleo Litoral Solidário, contexto e local onde esta pesquisa foi realizada. Aqui serão mostrados os elementos descritivos da pesquisa: as observações realizadas em campo, e o levantamento documental. Os resultados de campo são referenciados também neste capítulo, a fim de termos elementos suficientes para as conclusões finais deste trabalho.

Utilizamos de imagens (ilustrações e fotografias) para melhor apresentar a Rede Ecovida e o Núcleo Litoral Solidário. Ainda, muitas das fotografias que ajudam a explicar a rede e corroborar com a análise dos resultados de campo, encontram-se em anexo, exigindo uma leitura que relacione as imagens e representações anexadas à dinâmica e à análise sobre as quais o texto discorre.

4.1 A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

“Como a lógica é entre nós mesmo, aí você não pode ter a sacanagem”¹

A Rede Ecovida de Agroecologia é uma articulação existente na Região Sul do Brasil (estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), entre organizações sociais de agricultores, técnicos e consumidores. Seu objetivo é o fortalecimento da agroecologia, a organização e a reprodução social da agricultura familiar ecológica, ou conforme descrito no Caderno de Formação da Rede Ecovida, “garantir a identidade popular e transformadora na continuidade da construção histórica da agroecologia, contemplando aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais” (2007:14).

¹ Frase de um agricultor participante da oficina sobre Circuito Local de Comercialização, no Encontro Ampliado da Rede Ecovida, em junho de 2007, cidade de Lapa, Paraná.

Atualmente, a Rede é formada por 24 núcleos regionais (07 no Paraná, 08 em Santa Catarina e 9 no Rio Grande do Sul), o que significa que está presente em cerca de 170 municípios, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores.

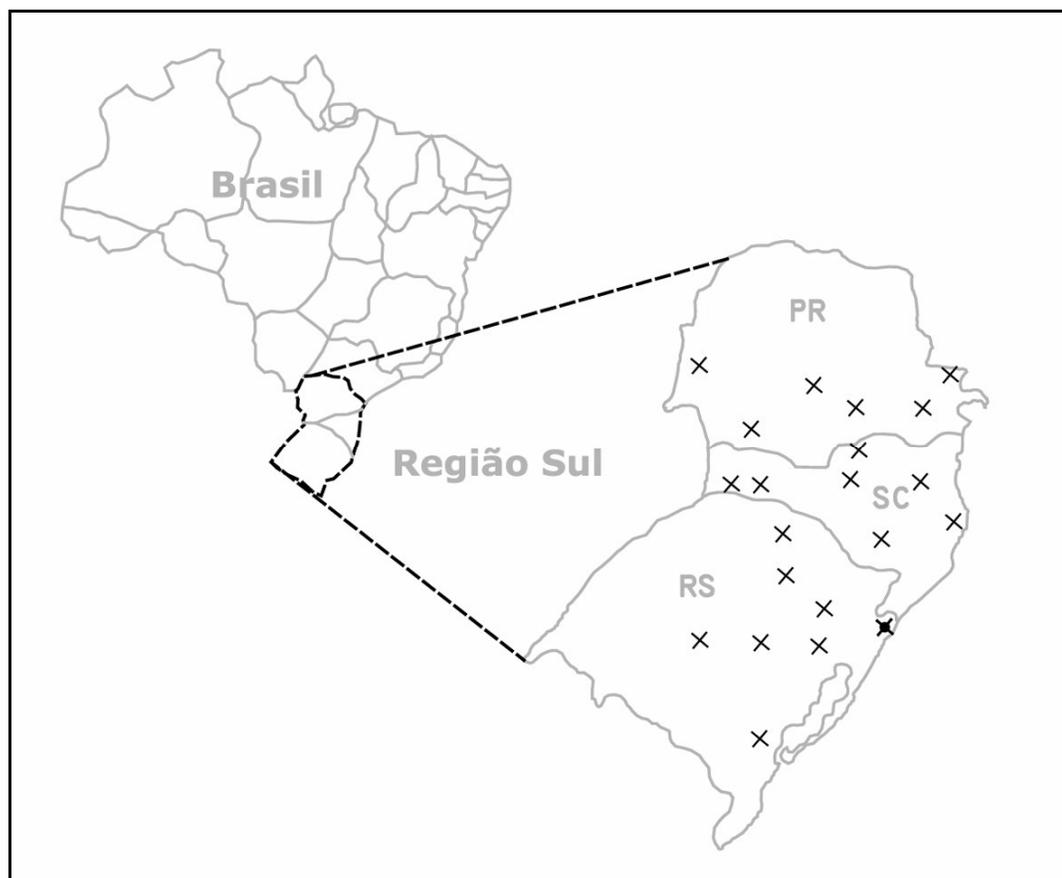


FIGURA 01: Representação da Rede Ecovida no território nacional
Fonte: Adaptação pela autora a partir do web site da Rede, 2007.

Tal como exposto na introdução, este trabalho se propõe a analisar um dos Núcleos da Rede – O Núcleo Litoral Solidário - o que por si só representa um desafio, dada a complexidade de relações contidas em cada ‘célula’ desta Rede. Porém, não seria possível discorrer sobre um Núcleo sem antes mostrar ao leitor o contexto geral da Rede Ecovida, pois será a partir deste dimensionamento que teremos condições de discorrer sobre o grupo (ou o grupo de grupos) estudado.

4.1.1 Condições socioeconômicas prévias e evolução do processo de formação

Data de 1980 e 1990 a organização de diversos grupos de produtores ecologistas e a criação de organizações sociais também de distintas origens (da igreja e da ‘sociedade civil’, como as pastorais rurais) no sul do Brasil, ligadas a atividades no meio rural. Tais grupos impulsionaram a organização de encontros regionais e nacionais, abrindo espaços para se realizarem atividades para difusão da chamada “agricultura alternativa”. Nestes espaços, se desenvolve a crítica à tecnologização do campo e às contrapartidas sociais e ambientais desta modernização. Tais grupos fomentaram e organizaram atividades relacionadas à sensibilização para a prática da agricultura ecológica, buscando desenvolver uma percepção social e ambiental distinta daquela convencional, atuando no meio rural com práticas articuladas e sistemáticas de formações locais.

Neste contexto, foram criados diversos grupos de produção e de feiras agroecológicas, que, segundo Carvalho (2003), nos anos 1970, estavam fortemente relacionados ao desenvolvimento do mercado de produtos orgânicos. As feiras-livres, enquanto espaços de venda direta, enfrentaram dificuldades iniciais para se estabelecerem e se sustentarem. Além de espaços de comercialização, propunham a sustentação conceitual e a compreensão da dimensão política-organizacional destas práticas, relacionadas a uma concepção ambiental e socioeconômica. Anjos, Godoy e Caldas (2005) chamam atenção sobre a importância que as feiras livres têm, considerando suas interfaces: tanto em relação à qualidade dos alimentos no sentido da ausência de riscos à saúde do universo dos consumidores quanto na disponibilidade e acesso a alimentos cultural e socialmente referenciados.

Primeiramente, a existência de agricultores ecológicos, a organização entre eles e suas famílias, a identidade entre produtores rurais, consumidores e organizações sociais, com destaque para a Rede de Tecnologias Alternativas Sul (Rede TA-Sul) em torno da agroecologia, articulados, formaram a Rede Ecovida de Agroecologia. A Rede pode ser entendida como o resultado de uma identidade comum e do reconhecimento entre distintas organizações sociais – de agricultores e não governamentais – nos três estados da Região Sul do Brasil.

A informação da Rede Ecovida, expressa através de seu Caderno de Formação, relata que no início de 1998 houve um “impasse” em Santa Catarina diante de um projeto de normalização e certificação, em que se afirma que não houve diálogo mínimo entre

os proponentes do projeto e as organizações envolvidas com a agroecologia no estado. Trata-se da Instrução Normativa 007 do Ministério da Agricultura (ver Apêndice A, Quadro 03), que regula a produção orgânica e dispõe sobre as certificações, idealizada principalmente pelos grupos envolvidos com as articulações nacionais e internacionais de agricultura orgânica. É importante lembrar que a utilização de certificações não é inerente à Agroecologia, e nem tampouco à agricultura de base ecológica, mas que, de certa forma é uma ferramenta que pode ser utilizada simplesmente como estratégia de mercado, corrompendo assim o sentido e a organicidade do termo.

Os primeiros movimentos que já apontavam e objetivavam a criação da Rede Ecovida surgiram em 1998, e também as discussões sobre Certificação Participativa (Caderno de Formação da Rede Ecovida de Agroecologia, 2007). Diversos grupos e organizações da Região do Vale do Contestado, no Paraná, organizaram um seminário em União da Vitória - PR, momento no qual foi criada uma Rede Regional de Agroecologia, já prevendo sua homologação em seminário programado para o mesmo ano na cidade de Caçador - SC. Inicialmente, a Rede tinha abrangência estadual (Santa Catarina) e se chamava 'Rede Ecovida de Certificação Participativa', a qual, em seguida, em função de identidades em comum, grupos do Paraná e do Rio Grande do Sul se agregaram à articulação. Em seu processo de criação e continuidade, concretizou-se a Rede Ecovida de Agroecologia, iniciando não somente uma articulação entre grupos, mas também um novo formato organizacional do movimento agroecológico no sul do Brasil (REDE ECOVIDA, 2007). Em 2003, foi criada a Associação Ecovida de Certificação Participativa.

4.1.2 Organização, gestão e atuação da Rede Ecovida

A Rede Ecovida, atualmente, desenvolve diferentes 'frentes de ação':

Assessoria: transição e manutenção de sistemas de produção agroecológicos, visita nas propriedades, visitas técnicas de produção, organização da produção e da comercialização; agendamento de cursos nos diferentes temas pra poder fazer a formação de produtores e consumidores. Principalmente ONGs atuam neste sentido.

Certificação Participativa: configura-se como uma ferramenta para validação de qualidade dos produtos agroecológicos, cujo método participativo e local proporciona ao mesmo tempo a garantia de qualidade e o fortalecimento dos laços de confiança entre

agricultores, de agricultores com consumidores. Promove também competitividade e ampliação das possibilidades de mercados em função da garantia proporcionada pelo selo de certificação. É um sistema de garantia de idoneidade baseado em relações de localidade, proximidade e confiança que ocorre dentro de territorialidades estabelecidas. Por ser uma ferramenta de controle mútuo realizado entre os agricultores, a garantia de qualidade se estabelece, então, por parâmetros técnicos e de manejo, e também através de relações de confiança. Enquanto uma ferramenta inerente ao mercado (e não à Agroecologia), a certificação é uma estratégia de mercado para o fomento de sistemas agroecológicos e de fidelização dos consumidores.

Organização de espaços de comercialização, como forma de escoamento da produção e para ampliar o alcance dos produtos para públicos mais diversificados. Neste sentido, a Rede fomenta a promoção de feiras e a criação de cooperativas de consumidores, bem como projetos neste mesmo sentido.

Empoderamento e estímulo à participação dos atores da Rede em espaços políticos, dentro e fora do âmbito da Rede. Isto ocorre principalmente nos momentos e espaços de formação e no incentivo a práticas cooperativistas e associativistas.

Com isso, o que vemos é a articulação entre diferentes organizações e atores sociais (ONGs, associações e cooperativas de agricultores, entidades de assessoria técnica e consumidores) que busca fomentar a agroecologia, proporcionando uma frente política para o fortalecimento deste movimento através de ações como: multiplicação de iniciativas agroecológicas, criação e fomento de espaços de formação e educação no campo, incentivo à participação política dos agricultores nos cenários local, regional, nacional e internacional, estímulo e fortalecimento da cooperação através do associativismo na produção, distribuição e consumo de produtos agroecológicos.

No âmbito das políticas públicas, a Rede objetiva incentivar a construção de conjunturas políticas e estruturais que corroborem com a Agroecologia, tanto em nível macro-social (a exemplo de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional), quanto em nível micro, buscando incentivo à iniciativas de desenvolvimento local com vistas à perenidade de práticas cultural e ambientalmente localizadas. Neste sentido, a Rede soma-se à movimentos sociais e outras organizações, na busca de condições objetivas para o desenvolvimento de sociedades mais igualitárias e equilibradas.

Diferentemente das cadeias e redes ‘convencionais’, que seguem a lógica dos *commodities*, de volume e escala de produção e que, desta forma, dificilmente considera questões subjetivas não mercadológicas inerentes às práticas *enraizadas* (embeddedness), as

redes alternativas² (utilizando a terminologia proposta por Sonino e Marsden, 2005) se caracterizam por sua capacidade de re-socializar ou re-especializar o alimento – que significa conectar mais diretamente práticas produtivas locais, a natureza rural, paisagens e recursos.

Este formato organizacional tem como especificidade a aproximação dos atores envolvidos nos processos de produção, comercialização e consumo. Ao trabalhar territorialmente a produção e o consumo, realocaliza o espaço da produção e circulação dos produtos configurando-se, nos termos de Sonino e Marsden, como uma cadeia alternativa ao sistema agro-alimentar, que transparece novos paradigmas de desenvolvimento rural.

[...] em contraste com as cadeias convencionais, as cadeias alternativas de alimentos expõem novas relações de associação e institucionalização: elas envolvem grupos e atores que devem redefinir suas relações com o Estado; reconfiguram os valores constituídos a respeito da natureza, da qualidade, do regional, associando isso à produção e distribuição de alimentos; mostram valores agregados positivos em termos de renda para as unidades produtivas; e revelam uma considerável variação nas interações associativas e pessoais envolvidas na produção, animação e comércio de alimentos (SONINO; MARSDEN, 2005:18³).

Para sua articulação interna, os grupos da Ecovida buscam organizar-se na forma de uma rede horizontal para assim estimular a responsabilidade coletiva dos diversos atores que a conformam. Desta forma, numa primeira instância, ocorre a organização entre as famílias de agricultores e consumidores, entidades de assessoria, e os comerciantes e processadores os quais porventura estejam estabelecidos neste nível de articulação local. Tal organização local dá origem aos Núcleos Regionais, principal espaço funcional da organização. No interior desses Núcleos se estabelecem as coordenações e comissões de ética. Se realizam, periodicamente, Plenárias Estaduais de Núcleos e Plenárias de Núcleos da Rede, instâncias deliberativas, compostas por, no mínimo, dois representantes de cada Núcleo Regional. Ainda, e a partir disso, tem-se a instância da Coordenação da Rede (que desempenha o papel de coordenação executiva a partir das deliberações das instâncias ora citadas), composta de forma colegiada na qual fazem parte os coordenadores de GTs (os Grupos de Trabalho, que respondem a demandas específicas, como gênero, juventude, comercialização, entre outras). O grande momento coletivo da Rede são os Encontros Ampliados, evento bianual de troca de experiências e de tomada de decisões de nível macro

² Este “é um conceito multidimensional que envolve algo que o sistema convencional de alimentos não é: um lugar identificável de origem, rastreável, com atributos estéticos e nutricionais” (SONINO; MARSDEN, 2005:185), além de sociais e economicamente enraizados.

³ Original em Inglês, tradução da autora

na Assembléia, que homologa a criação ou dissolução de Núcleos Regionais, elege a coordenação geral e responde à questões pendentes das Plenárias.

4.1.3 Os atores da Rede Ecovida

Agricultores: são ‘a base’ e, certamente, os primeiros beneficiários da Rede Ecovida. São responsáveis pela produção, e, ao mesmo tempo em que são assessorados para a transição ou o fortalecimento da agricultura ecológica, com base também em seus próprios conhecimentos sobre sistemas de produção agroecológico (CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMÁN, 2000), tornam-se instrutores e multiplicadores de técnicas produtivas. Também, nas diversas instâncias que conformam a Rede, se exige a participação de um número representativo de agricultores nos Núcleos. Hoje, na Rede, participam cerca de 200 grupos de agricultores.

ONGs ou entidades de assessoria: são as entidades que dão suporte e assessoramento técnico e de gestão aos grupos de agricultores. Também, são responsáveis por grande parte da articulação dos grupos e entre os grupos, na elaboração e capação de recursos para a manutenção e avanços da Rede. Conforme os documentos da Rede que descrevem as atribuições de cada ator, as entidades de assessoria são os animadores, que funcionam como mediadores sociais entre a proposta política de articulação nessa forma de organização social, e os agricultores ecologistas. A Rede como um todo conta com cerca de 20 ONGs e entidades de assessoria que desempenham esse papel em cada núcleo, ou na maioria dos Núcleos. Segundo informantes, e conforme verificado no web site da Rede⁴, são raros os Núcleos que não contam com uma ONG ou alguma entidade que desenvolva o papel de assessoria. Os núcleos que tem esta carência estão em processo de articulação para que tal papel seja desempenhado. Assumem interface com o poder público, fomentam parcerias com demais organizações e projetos afins.

Consumidores: na sua dimensão constituinte da Rede, consumidores (individuais ou familiares) se organizam em cooperativas para comprar produtos com a qualidade agroecológica. As Cooperativas de Consumidores são estimadas em uma dezena. Ainda dentro do âmbito organizacional da Rede, ocorrem as Feiras de produtos ecológicos,

⁴ www.ecovida.org.br

que se configuram como espaços de comercialização expressiva e de ‘conquista’ de novos consumidores.

4.1.4 Os Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais se articulam de forma a fortalecer os sistemas de produção e comércio locais, e é justamente pela característica de localidade que assumem que se configuram como a principal unidade funcional. A partir deste momento, então, iremos focar a análise na conformação destes espaços de articulação, para podermos finalmente remeter o leitor à nossa unidade de análise, que é o Núcleo Litoral Solidário.

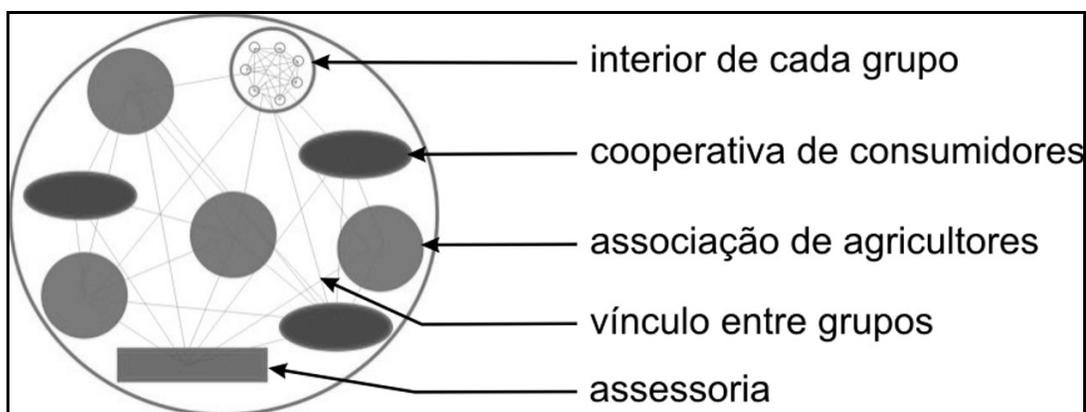


FIGURA 02 – Representação de um Núcleo da Rede Ecovida

Fonte: Elaboração da autora, com base nos Cadernos de Formação da Rede Ecovida, 2007

A unidade organizativa que constitui a Rede se chama Núcleo, e o conjunto de Núcleos forma a Rede. Núcleos são os ‘grupos de grupos’, os quais se configuram territorialmente, por identidade regional, de produção, consumo. Cada Núcleo é formado por agricultores, consumidores e por, pelo menos, uma entidade de assessoria. Possuem relativa independência de gestão, pois ao mesmo tempo que seguem as diretrizes da Rede como um todo, obedecem às especificidades regionais que os configuram.

A estrutura organizacional de cada Núcleo Regional, formada necessariamente por pessoas vinculadas aos diferentes grupos (de produção, de consumo e de assessoria) é composta por uma coordenação, um Conselho ou Comissão de Ética, uma tesouraria e uma Secretária. Também, em cada Núcleo, são constituídos grupos de Trabalho e

Comissões, que se ocupam de diferentes temáticas conforme demanda de trabalho, quais sejam: Comissão de Certificação, GT de Gênero, Juventude, etc. Cada Núcleo articula seus GTs e Comissões conforme a sua necessidade. Como regra geral da Rede, a composição é livre, ficando a critério de cada Núcleo.

4.2 O NÚCLEO LITORAL SOLIDÁRIO

A principal atividade econômica desenvolvida no Litoral Norte do Rio Grande do Sul é a agricultura, com destaque para a produção de arroz e bananas, e alguma relevância econômica nas atividades extrativistas (ver ANEXO A e B).

O recorte desta pesquisa se dá através dos 13 grupos de agricultores ecologistas, localizados em 6 municípios: Torres, Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul, Mampituba, Três Cachoeiras e Osório. Conformam ainda o Núcleo Litoral Solidário duas Cooperativas de Consumidores, localizadas em Três Cachoeiras e Torres, uma Feira Ecológica, em Torres, uma cooperativa de produtores, com sede em Três Cachoeiras, e uma ONG de Assessoria, localizada em Dom Pedro de Alcântara.

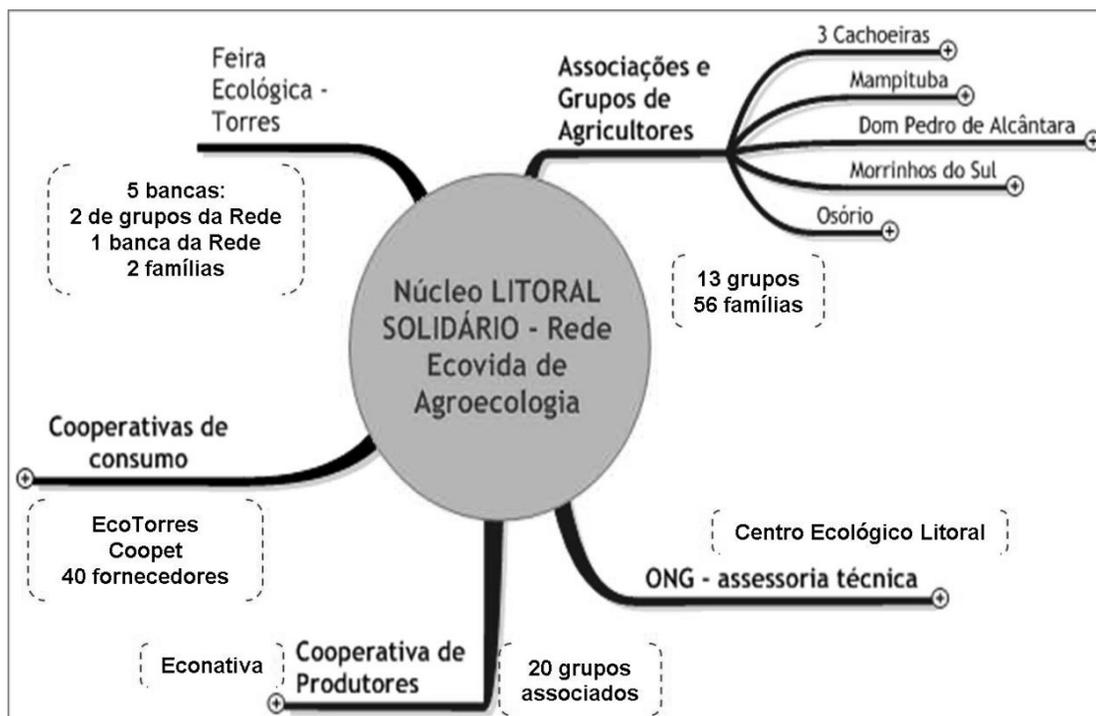


FIGURA 03: Núcleo Litoral Solidário – Composição
Fonte: Elaboração da autora

4.2.1 Formação e constituição do Núcleo Litoral Solidário

A origem do Núcleo Litoral Solidário tem uma relação estreita com a articulação do ‘Núcleo Serra’, que compreende os municípios de Ipê, Antonio Prado, Nova Roma, Monte Alegre dos Campos, Caxias do Sul, Garibaldi, Farroupilha, Picada Café, Nova Prata, Nova Bassano, Veranópolis e Paraí, sendo Caxias do Sul, Ipê e Antônio Prado os municípios mais diretamente relacionados com a formação do Núcleo Litoral. Quando da concretização das primeiras rotas comerciais, Litoral e Serra se interligavam através dos municípios de São Francisco de Paula e Santo Antônio da Patrulha.

Em 1991 a iniciativa de organização entre grupos e diferentes entidade acerca da produção ecológica, a fim de fomentar a prática, foi tomada pelo agrônomo André Venzon, nascido no Rio de Janeiro e que residia em Ipê trabalhando com sistemas agroecológicos, juntamente com agricultores da região relacionados com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Caxias do Sul, e ainda, somando esforços a pessoas de destaque nacional e internacional no movimento ecologista, como Maria José Guazelli. Na propriedade da família Bellé, em Antônio Prado, foi criada uma das primeiras áreas de experimentação de transição para um sistema de cultivo agroecológico, em detrimento das plantações convencionais que a família vinha tradicionalmente desenvolvendo. Desde então, com o apoio desta Diocese (que trazia consigo tanto a CPT quanto os grupos de jovens relacionados à Igreja), mais agricultores foram aderindo à agricultura ecológica, e criando condições para o surgimento do Centro Ecológico. Esta transição teve um forte apoio da Igreja no que tange à transmissão e formação de uma ‘consciência’ de preservação do planeta e no respeito à vida, de acordo com as linhas mais libertárias da Igreja⁵.

Como a Diocese de Caxias do Sul englobava também o Litoral Norte, esta articulação não encontrou muitas dificuldades para se estabelecer. Experiências bem sucedidas de transição agroecológica na Serra Gaúcha serviam tanto de exemplo como de ‘laboratório’ para agricultores da região e do Litoral, e é notório o apoio de setores da Igreja no sentido da facilitação do acesso dos agricultores aos diversos espaços – estes realizavam

⁵ Tanto é que, Leonardo Boff, teólogo, escritor, professor emérito de ética da UERJ e membro da Comissão da Carta da Terra é uma das ‘figuras públicas’ apoiadoras da Rede Ecovida (esteve, inclusive, presente na ocasião do Encontro Ampliado, na cidade de Lapa, no Paraná).

visitas de intercâmbio e de troca de experiência com o objetivo claro de fomentar a agricultura ecológica.

Em seguida passaram a existir condições no Litoral Norte para se estabelecer o Centro Ecológico Litoral. Pessoas importantes neste processo foram o casal Laércio e Ana Luiza Meirelles, também agrônomos, provenientes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que nesta região se estabeleceram. Técnicos da EMATER também tiveram participação fundamental nesse processo, e é importante ressaltar o trabalho realizado por Paulo Vivan, tanto na consolidação do Centro Ecológico, quanto no apoio e assessoria técnica na implantação de unidades de transição agroecológicas no Litoral Norte.

A tradição em agricultura de base ecológica já existente nesta região foi fundamental na história deste núcleo. A Associação de Colonos Ecologistas da Região de Torres – ACERT é referenciada como a primeira Associação de Ecologistas do Litoral Norte, possivelmente responsável por boa parte da adesão de outros agricultores da mesma região na prática da agricultura ecológica. Atualmente, a ACERT é referência em agricultura ecológica para diversos outros grupos.

O Núcleo Litoral Solidário iniciou seus trabalhos englobando 6 municípios do Litoral Norte do RS (acima citados) e 4 municípios do Litoral Sul de Santa Catarina (Praia Grande, Criciúma, Sombrio e Araranguá). Em um determinado momento, chegaram a funcionar simultaneamente quatro cooperativas de consumidores neste mesmo núcleo, duas em cada estado, que entre si estabeleciam sistemas de cooperação, principalmente na facilitação da logística de transporte e na garantia da diversidade de produtos em cada um destes locais. Em julho de 2007 ocorreu a divisão deste Núcleo, na qual os grupos de Santa Catarina partiram para um novo momento de articulação e fortalecimento locais, formando mais um núcleo da Rede⁶. A homologação da separação do núcleo aconteceu no Encontro Ampliado da Rede Ecovida, em Lapa, no Paraná. Assim, atualmente, encontra-se em processo de articulação um novo núcleo, que deverá abranger os municípios do Litoral Sul de Santa Catarina, cuja assessoria técnica ficará atrelada à ACEVAM. O Núcleo Litoral Solidário, assim, passou a ser constituído por grupos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

⁶ Ainda sem nome até o final da pesquisa.



FIGURA 04: Localização dos atores do Núcleo Litoral Solidário
 Fonte: Google Maps, elaboração da autora, 2007

4.2.2 Identificação do Núcleo Litoral Solidário: os atores sociais em seus contextos (os espaços da rede Ecovida)

Com a finalidade de identificar os grupos pertencentes ao Núcleo Litoral Solidário em seus contextos e características próprias, as páginas que seguem se dedicam a trazer dados sobre a localização dos municípios e informações sobre os grupos, ainda que sem a intenção de abranger a totalidade de dados levantados, tanto no trabalho de campo quanto nas pesquisas realizadas.

Morrinhos do Sul: Criado em 1992, tem Torres como município de origem. Possui 3.241 habitantes, sendo 19,81% na zona urbana e 80,19% habitantes na zona rural (IBGE, FEE e Muninet, 2008).

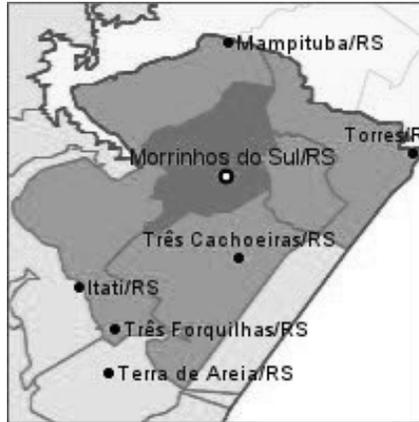


FIGURA 05: Mapa de Morrinhos do Sul, municípios limítrofes
 Fonte: Muninet, 2008

Participam do Núcleo Litoral Solidário três grupos e uma associação de agricultores:

APEMSUL: Associação de Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul, possui 8 famílias de produtores vinculadas. A APEMSUL tem pontos de venda diversificados: em Porto Alegre, as feiras ecológicas dos bairros Bom Fim e Menino Deus; a feira livre de Canoas; as cooperativas Coopet e EcoTorres e ainda o Ponto de Colheita, em Caxias do Sul. A comercialização é principalmente de produtos *in natura*, mas a Associação também vende alguns produtos processados (como a banana em passas e, eventualmente, pães). As famílias, para darem conta da comercialização, trabalham em sistema de revezamento em cada feira e nas atividades do grupo, como a manutenção da barraca da feira e do transporte, de forma que todos participam dos diferentes pontos de comércio. A APEMSUL tem uma relação bastante próxima com o Centro Ecológico, participando ativamente dos encontros, formações e demais atividades.

Grupo Rio Bonito: É composto por 8 famílias da mesma localidade, sendo 3 dessas famílias, parentes muito próximos. Comercializam principalmente a banana ecológica para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, e também nas cooperativas Coopet e Ecotorres. Chama a atenção que este foi o único grupo que manifestou a participação ativa das mulheres da família nas atividades do grupo, inclusive no secretariado do Núcleo Litoral Solidário. As discussões iniciais deste grupo eram em torno da produção ecológica, sobre associativismo e comercialização. A formação do grupo foi assessorada pelo Centro Ecológico Litoral.

Grupo de Mulheres Ecologistas do Morro do Forno: São 5 famílias relacionadas. Este grupo se integrou à rede depois do término da pesquisa de campo, e não existem maiores informações disponíveis pelos sites da Rede e do Centro Ecológico.

Grupo Costa Verde: Também chamado de Chapecozinho. São 3 famílias de agricultores vinculadas ao grupo. Comercializam no PAA, e esporadicamente nas cooperativas de consumidores.

ACERT: Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres. Envolve agricultores e agricultoras de Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Mampituba e Torres, conta com assessoria técnica do Centro Ecológico e apoio da Pastoral Rural desta região. Através da capacitação e da cooperação, os agricultores e agricultoras da ACERT buscam organizar-se de forma associativa, em respeito às relações sociais justas e ao meio ambiente. Os agricultores se organizam por localização geográfica, sendo três grupos: o Núcleo Raposa (Dom Pedro de Alcântara), a ACERT Três Passos (Morrinhos do Sul) e ACERT Mampituba. Dentre os grupos de produtores, é o único que dispõe de material informativo (um pequeno folder) nas bancas das feiras onde comercializa. Ao todo, são cerca de 25 famílias associadas.

Mampituba: Município criado em 1997, emancipado de Torres. Possui 2.926 habitantes, sendo 5,92% habitantes da zona urbana e 94,08% habitantes na zona rural (IBGE, FEE e Muninet, 2008).

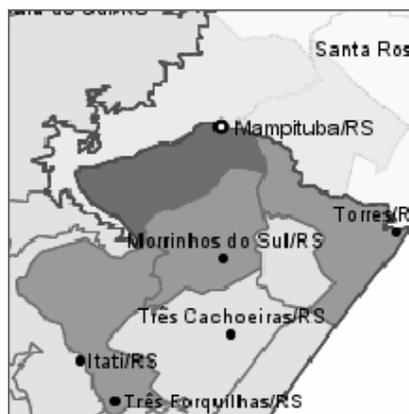


FIGURA 06: Mapa de Mampituba, municípios limítrofes
Fonte: Muninet, 2008

Relacionado ao Núcleo Litoral Solidário, existem 4 grupos de produtores neste município.

ACERT Mampituba: Comercializa na Coopet, na EcoTorres e na Feira Ecológica da Lagoa da Viola, em Torres. Possui algumas especificidades locais, quanto à quantidade e variedade de produção e logística interna de transporte, seguindo as mesmas orientações e diretrizes da ACERT, em conjunto com Mampituba e Dom Pedro de Alcântara. Quanto ao número de famílias, obtivemos apenas os dados gerais da Associação, conforme já relatado.

Grupo Rio da Panela: A comunidade do Rio da Panela se caracteriza por ser uma das mais carentes em infra-estrutura dentre os grupos pesquisados. Segundo relatos, as terras que hoje conformam esta localidade pertenciam a uma só família ('ao coronel'). Fazem parte deste grupo 7 famílias, e o carro chefe da comercialização é a banana *in natura*. Comercializam principalmente para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e no Ponto de Colheita em Caxias do Sul, cujo contato foi feito através do Centro Ecológico. Marcadamente, é o grupo que menos se relaciona diretamente com 'a cidade' (Torres e Dom Pedro de Alcântara). Ocorrem muitas trocas de produtos entre as famílias que fazem parte deste grupo, e as reuniões ocorrem cerca de uma vez por mês na comunidade.

Grupo Roça da Estância: São 04 famílias vinculadas. Comercializa somente no Ponto de Colheita, em Caxias do Sul, banana *in natura*. Fazem policultivos para auto-consumo, mas a banana é o que mais comercializam. Entre as famílias (do Grupo e da vizinhança) frequentemente acontecem trocas de alimentos da horta. O contato deste grupo com o centro Ecológico não é muito freqüente, e as suas reuniões acontecem sem uma periodicidade definida.

Grupo Alto Rio de Dentro: são 7 famílias vinculadas. A formação deste grupo é resultado de atividades realizadas pelo MPA, MMC, Pastoral Rural, STR de Três Cachoeiras, grupos e associações de agricultores ecologistas e Centro Ecológico em 5 municípios. Houve, ainda, uma formação para organização de grupos via MDA, o que resultou na formação deste grupo⁷.

Dom Pedro de Alcântara: A criação do município data de 1995, tendo Torres como origem. Possui 2.728 habitantes, sendo 26,59% na zona urbana e 73,41% habitantes na zona rural.

⁷ Informações obtidas através do site do Centro Ecológico. Este grupo não foi entrevistado, pois o informante não conhecia pessoas relacionadas, e não conseguimos contato em tempo hábil.



FIGURA 07: Mapa de Dom Pedro de Alcântara, municípios limítrofes
Fonte: Muninet, 2008

Dom Pedro é sede, no âmbito da Rede Ecovida, de 3 grupos de produção (uma Associação, um grupo não formalizado juridicamente e um subgrupo da ACERT), e da ONG de assessoria do Núcleo Litoral Solidário (IBGE, FEE e Muninet, 2008).

ACERT Raposa: É um dos grupos de referência em produção agroecológica neste município. Está diretamente relacionado às atividades do Centro Ecológico, tendo um dos agricultores deste grupo que participa frequentemente das atividades de formação e transição em agroecologia como formador.

Grupo Pinheiro: É composto por duas famílias. Produzem tomates em estufa, com manejo agroecológico. É um grupo pequeno, se comparado ao número de integrantes dos demais grupos, porém se destaca pela fluência da articulação política que faz. É um dos poucos grupos que se relaciona diretamente com instituições políticas externas (como, por exemplo, o acesso direto O entrevistado do grupo participa também do MPA, do centro de cultura da comunidade, e tem origem não rural. Tornou-se agricultor por seu “projeto de vida”. É uma pessoa com significativa inserção política, que acessa uma grande gama de relações e de informações. A divisão de papéis e atribuições no interior deste grupo é feita por afinidade com as funções: comercialização, contabilidade e créditos agrícolas, sendo que algumas atividades, como o transporte dos produtos, e por vezes a venda nas feiras, é feita conforme a disponibilidade dos integrantes.

APELCAM: Associação dos Produtores Ecologistas da Luz do Canto dos Magnos. Fazem parte deste grupo 5 famílias de agricultores. É constituído por famílias de irmãos, descendentes do mesmo pai. Praticamente toda a área de produção é compartilhada: a casa ‘central’ é a do pai, 2 dos 5 filhos moram ‘na casa’ e as casas das outras três famílias

ficam no mesmo terreno. A produção também é conjunta. Comercializam nas Cooperativas de Consumidores e em pequenos mercados varejistas em Torres.

Centro Ecológico Litoral: ONG criada em 1985, tem dois ‘braços’ no Rio Grande do Sul: o Centro Ecológico Ipê, na Serra Gaúcha, e o Centro Ecológico Litoral. Trabalha com assessoria na produção agrícola, de forma a viabilizar a ampliação da produção e comercialização de produtos da agricultura de base ecológica e o manejo florestal mediante a adoção de tecnologias alternativas que se orientam pelos paradigmas da agroecologia. A formação com os agricultores compreende cursos sobre princípios básicos de agricultura ecológica e organização dos consumidores. Suas atividades se realizam através de visitas às propriedades, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, assessoria para organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos. Articula parcerias institucionais, nacionais e internacionais; capta recursos através destas parcerias e de projetos específicos. Conta com uma equipe técnica formada basicamente por agrônomos e agricultores, muito embora seu enfoque e sua prática sejam bastante multidisciplinares. Tem trabalhado bastante por demanda de famílias e grupos da região.

Três Cachoeiras: Pertencia a Torres até 1988. Possui 10.390 habitantes 49,68% habitantes na zona urbana e 50,32% no meio rural (IBGE, FEE e Muninet, 2008).



FIGURA 08: Mapa de Três Cachoeiras, municípios limítrofes
Fonte: Muninet, 2008

Este município sedia uma das cooperativas de consumidores do Núcleo Litoral Solidário, um grupo de agricultores e uma cooperativa de produtores.

GESA: Grupo Santo Anjo. Composto por 08 famílias, que tem como principal atividade agrícola a produção de bananas ecológicas. É o único grupo vinculado a este Núcleo da Rede que comercializa sua produção para o comércio varejista (Rede Zaffari de supermercados) de forma permanente, identificando seu produto com embalagens específicas e utilizando do recurso do Selo de Certificação Participativa como estratégia de entrada neste mercado. Dispõem de caminhão e galpão para a banana, onde a armazenam e a embalam.

Econativa: É sob esta Cooperativa de Produtores que se agrupam muitas das associações de produtores relacionados ao Núcleo Litoral Solidário, e também alguns grupos e famílias que produzem de forma orgânica ou agroecológica, mas que não se articulam através da Rede. Pelo grande número de participantes do Núcleo que agrega, funciona também como espaço de assembléia deste. Se estrutura juridicamente em forma de cooperativa, e funciona principalmente como agroindústria, processando e identificando doces de frutas, passas de banana, molho e extrato de tomate. A comercialização destes produtos está direcionada para a Coopet e mercados institucionais, como o Programa Fome Zero, através da organização para o fornecimento de banana ecológica. A Econativa também se apresenta como uma possibilidade de comercialização para mercados internacionais identificados com as redes de comércio justo. É uma figura jurídica dos agricultores, com sede e possibilidade de emissão de nota fiscal⁸.

COOPET: A Cooperativa dos Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras foi fundada em 1999, a partir da organização de agricultores ecologistas e consumidores da comunidade urbana, cuja ação contou com forte estímulo e apoio da Pastoral Rural e também do Centro Ecológico. É uma iniciativa pioneira na região, que surge a partir da demanda de consumo de produtos ecológicos (uma vez que a região possui importante nível de produção, porém os produtos não tinham ponto de venda local, resultando que a população da cidade não tinha acesso à produção ecológica). Inicialmente, este consumo era realizado através de uma feira semanal e da entrega de cestas. Porém tal sistema de comercialização não se consolidou devido à baixa disponibilidade de produtos e à variedade limitada pela sazonalidade. Conta com um Conselho Administrativo, composto por 6 membros e Conselho fiscal, com três membros titulares e três suplentes. Os dois conselhos são renovados bianualmente. Seu ponto de vendas se localiza no centro do município e comercializa cerca de uma centena de produtos, oriundos de grupos e associações de

⁸ O estatuto de associação não comporta a emissão de notas fiscais, somente de recibos. São estruturas que não comportam, legalmente, comercialização de produtos.

agricultores ecologistas. Os associados pagam uma mensalidade e adquirem os produtos a preço de custo. Consumidores não-sócios pagam 10% a mais que os sócios. A mensalidade se destina ao pagamento dos custos operacionais, e é honrada, atualmente, por 92 sócios.

Torres: A emancipação de Osório data de 1978. Possui 32.358 habitantes, sendo 89,24% no meio urbano e 10,76% habitantes na zona rural (IBGE, FEE e Muninet, 2008).

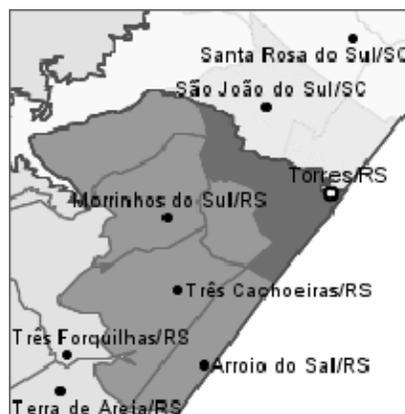


FIGURA 09: Mapa de Torres, municípios limítrofes
Fonte: Muninet, 2008

Este é o município do Núcleo Litoral que possui a característica de ser somente mercado consumidor e não produtor, sendo a sede de uma das cooperativas de consumidores no âmbito da Rede.

Cooperativa de Consumidores EcoTorres: São 105 cooperados, entre eles, professores, funcionários públicos, aposentados, ecologistas, etc. Cerca de 30 fornecedores abastecem a cooperativa, sendo 17 agricultores do litoral norte, pertencentes à Rede. O critério dos produtos, para poderem ser comercializados na EcoTorres, devem ser fiscalizados por agrônomos e certificado de que é ecológico. Os sócios da cooperativa tem 10% de desconto no valor da compra. Para se associar, é necessário integralizar uma cota-parte no valor de R\$75,00. Os sócios participam das reuniões e da Assembléia Geral que acontece anualmente, na qual são compartilhadas as informações acerca de ‘situação’ da cooperativa. Nas Assembléias (a cada 2 anos) se elegem novos coordenadores. Os sócios, ‘se preciso, ajudam no que podem’.

Osório: Possui 39.290 habitantes, onde 84,87% da população habita o meio urbano e 15,13% a zona rural. Foi emancipado em 1857, sua origem é Santo Antônio da Patrulha (IBGE, FEE e Muninet, 2008).



FIGURA 10: Mapa de Osório, municípios limítrofes
Fonte: Muninet, 2008

Abriga um grupo de produtores ecológicos que faz parte da articulação do Núcleo Litoral Solidário.

Grupo de Produtores Ecológicos de Osório: Composto por duas famílias de agricultores. Este grupo se caracteriza por ser geograficamente mais distante dos demais grupos do Núcleo Litoral Solidário. Possui produção para comercialização bastante diversificada, comercializa principalmente olerícolas uma vez por semana na feira de Osório. Identifica, nesta feira, seus produtos com a Certificação Participativa por ser uma feira de produtos convencionais. O objetivo do grupo é a recuperação de solos, característica diferente dos demais grupos da Rede.

* * * * *

Até o momento, nos concentramos na descrição dos atores do Núcleo Litoral Solidário, buscando orientar o leitor através de características específicas de cada grupo. Chamamos a atenção para a autonomia que cada um desses grupos tem em relação ao todo do Núcleo. Percebemos que cada grupo é, em certos termos, 'independente' dos demais, principalmente em relação à produção. Talvez este seja, de fato, o aspecto de maior autonomia das associações em relação aos demais grupos do Núcleo, a partir do momento em que a produção gera auto-sustento (além de segurança e qualidade alimentar) e, também, que as

relações são mais diretas entre as pessoas. Também se percebe claramente a interdependência existente entre estes: seja em relação ao transporte dos produtos, ou em relação aos espaços de venda (também grupos – ou atores – do Núcleo), ou, ainda, em relação ao Centro Ecológico.

Conforme a proposta metodológica deste trabalho, na qual, conforme exposto na introdução, propusemos três diferentes grupos para análise (Cooperativas de Consumidores, Assessoria e Grupos de Agricultores), esclarecemos a forma adotada para agruparmos os resultados de campo e, posteriormente, analisá-los à luz da literatura consultada.

Afirmamos, portanto, que a categoria “Assessoria” corresponde, como já explicitado, a um grupo, ou melhor, uma organização não governamental que tem esta posição na Rede. Ou seja, é uma categoria formada por um ator. As informações já descritas estão baseadas tanto no caderno de campo quanto nas entrevistas. Desta forma, consideramos que os dados apresentados sobre o Centro Ecológico são suficientes para compreender seu papel no Núcleo, não sendo necessário, daqui por diante, descrições mais detalhada sobre seu papel e função.

Também em relação à categoria “Cooperativas de Consumidores”. Nesta categoria, além de considerar suficientes as informações já descritas, identificamos, no decorrer do trabalho, que o modelo de entrevista semi-estruturada elaborado no projeto desta pesquisa pouco responde aos questionamentos propostos. Em outras palavras, as informações necessárias para compreender o papel e o funcionamento das cooperativas de consumidores foram captadas através de outros meios que não a entrevista (informantes, caderno de campo, observações no espaço), e alguns dados relevantes levantados dizem mais respeito à gestão das cooperativas do que às opções dos consumidores por este ou por aquele espaço. A ferramenta elaborada tanto mais investigava aspectos da motivação de consumidores que aspectos organizativos das Cooperativas e sendo assim, aplicamos de fato entrevistas abertas e diário de campo.

A respeito da categoria “Grupos de Agricultores Ecológicos”, faremos a partir do próximo tópico a descrição dos resultados a partir das entrevistas semi-estruturadas, buscando ressaltar os aspectos de ordem pessoal e social, suas práticas sociais e econômicas identificadas nos grupos de agricultores que sejam relevantes para os objetivos desta pesquisa. Optamos por descrever mais minuciosamente esta categoria em função de (1) ser a categoria mais numerosa em termos de grupos entrevistados e (2) entendermos que esta é uma categoria central para buscarmos respostas a esta pesquisa, conforme os leitores poderão verificar nas discussões.

Por existirem questões transversais às categorias de entrevistados referentes às suas ‘representações’ (o que de forma alguma significa afirmar que realizamos uma análise de representações sociais, mas sim, considerar subjetividades relacionadas a visões de mundo e conceitos estabelecidos nos distintos grupos), alguns aspectos que consideramos mais relevantes serão analisados no sentido de buscar similaridades e diferenças entre as categorias.

4.3 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Num universo de 13 associações de agricultores, cuja composição varia de duas a oito famílias participantes, foram entrevistadas pessoas relacionadas a 12 destes grupos, e conforme já exposto, somente um dos grupos não foi contatado. O critério de escolha dos(as) entrevistados(as) não se deu por esta pessoa assumir alguma função de direção no grupo. Pelo contrário, buscamos transitar na heterogeneidade de suas funções e representatividades. O contato foi realizado tanto diretamente, nas ocasiões de encontros e formações, quanto por indicação do Centro Ecológico, e também pelas relações do principal informante desta pesquisa, agricultor pertencente ao Núcleo. Nos parágrafos que seguem, convencionamos a utilização das aspas simples para expressões utilizadas pelos(as) entrevistados(as).

As associações são compostas por famílias com média de 4 membros, sendo que muitos dos filhos e filhas são crianças e jovens. É no núcleo familiar que acontece a produção, processamento (quando esta ocorre) e a comercialização, como veremos em seguida. A divisão das responsabilidades e tarefas acontece horizontalmente, e por afinidade com as mesmas, em alguns casos – muito embora esta ‘afinidade’, potencialmente, seja social e culturalmente condicionada, a papéis atribuídos às mulheres, aos idosos, aos homens, na divisão do trabalho no interior da unidade produtiva. Neste sentido, *fazer a feira* é interessante, porque agrega mulheres e homens, jovens e crianças: agrega nas famílias, entre as famílias e nos grupos.

A origem étnica das famílias é basicamente alemã e italiana. Com isso, as religiões mais presentes nas localidades são a Católica e a Protestante. As propriedades destes agricultores(as), na maioria dos casos, é originária de sucessão, herança, ou de alguma outra forma de partilha familiar de terras e, desta forma, muitas entrevistas apontaram que as suas famílias também moram próximas (irmãos, tios, cunhados, pais...). Não foram verificados

casos de arrendamento, indicando que a terra é de posse e uso da família. É notável que se verificam em toda a região muitos sobrenomes repetidos e conjugados: são poucas as ‘matrizes familiares’ neste universo pesquisado, e desta forma, existem parentescos em diversos graus entre estas famílias (incluindo o grupo de técnicos e agricultores do Centro Ecológico e os gestores e consumidores das cooperativas). A maioria das famílias também é constituída de agricultores e agricultoras, ainda que nem todos integrados na agricultura de base ecológica. De fato, nestes termos, ‘os ecológicos’ são poucos, e talvez não exatamente uma exceção entre a agricultura convencional, mas certamente, ainda que sejam expressivos, estão longe de ser a maioria. O trabalho na produção é eminentemente familiar e, esporadicamente, se contata algum ‘vizinho ou cumpadre’ para ajudar na colheita ou plantio, sob remuneração em dinheiro ou algum outro tipo de pagamento.

A totalidade dos(as) entrevistados(as) declarou ter toda a produção agroecológica já estabelecida, não havendo nenhum caso em transição de sistema de cultivo. Na maioria dos casos (com exceção de duas famílias, que ‘sempre produziram agroecológico’) a transição do sistema convencional ao agroecológico foi realizada a partir do incentivo e da intervenção do Centro Ecológico. Quando questionados sobre o porquê de terem realizado a transição, é notável que praticamente todos declararam motivos de saúde: muitos agricultores foram diretamente afetados pelos efeitos nocivos de agrotóxicos e defensivos, ou algum parente seu; outros, também pelo viés da saúde, a qualidade do alimento com agrotóxico (além, também, de percepções relacionadas ao gosto dos alimentos). Uma constatação importante é que quando da produção convencional, o alimento consumido pelas famílias era o ‘da horta’, sendo o produto com agrotóxico destinado somente à comercialização, e não ao auto-consumo. Esta foi uma declaração tanto freqüente quanto espontânea. Diversos(as) entrevistados(as) também trouxeram questões como ‘o cuidado com a natureza’ e o ‘cuidado com o próximo’: como vender um produto que não se consome, por se saber contaminado? Duas entrevistas surtiram resultados muito semelhantes (em municípios diferentes). Relata-se que, quando da produção convencional notou-se a diminuição da variedade de insetos (nocivos ou não) e dos volumes de água em locais específicos com o passar do tempo.

Sobre a importância do ‘produzir ecológico’, do porquê de se adotar tal sistema, muitos direcionaram suas respostas à noções genéricas: do equilíbrio da natureza, do bem estar e saúde das pessoas para se garantir a continuidade e não a destruição do seu meio de vida. Chama a atenção que pouco se falou, espontaneamente, sobre agregação de valor do produto *eco*. Ainda, sobre o modo de produção, aos que passaram pelo processo de transição

entre sistemas, não está nos planos ou na intenção de nenhum(a) dos(as) entrevistados(as) retornar ao sistema convencional.

Em função da ampla diversidade de produção, permitindo-nos mencionar somente os principais cultivos de consumo doméstico e também comercial, quais sejam: banana, feijão, hortaliças, amendoim, milho (diversas variedades), mandioca, pêssego, tomate. Estes seriam os itens ‘para venda’, além das plantações ‘da horta’ que entram em outra cesta de alimentos, não comercializáveis, ou seja, destinados ao auto-consumo (algumas frutas, temperos, mel, leite e processados – queijo, iogurte -, carnes e embutidos). Outro alimento frequentemente mencionado foi a polpa de Juçara (*Eutherpe Edulis*), fruto desta palmeira bastante utilizada para a extração de palmito. Muitas unidades produtivas têm esta espécie, plantada ou espontânea. Porém, a extração, o processamento, armazenamento e a comercialização deste fruto encontram-se em processo de estudo⁹. De acordo com as normas de Vigilância Sanitária, e também, em relação à legalidade da extração (sendo que a região está localizada em área de proteção ambiental, áreas remanescentes de Mata Atlântica). Chama-nos a atenção o elevado consumo desta fruta pelas famílias (presente em quase todos os almoços, lanches e cafés durante o período de campo).

Sobre beneficiamento de produtos, um único grupo possui agroindústria e tem neste processamento o produto principal para comercialização. Os demais grupos ou não processam, ou são associados à Econativa, e através daí são beneficiados. O que acontece com frequência é o processamento para auto-consumo: derivados de leite, e doces de frutas. Estes ‘vão para a feira’ somente quando se produz em quantidade, para além do consumo interno ou vicinal.

Observou-se que muito embora muitos dos grupos tenham como principal produto de comercialização a produção de bananas, todos os grupos buscam diversificar a produção no interior das unidades produtivas, cuja a finalidade prioritária é o auto-consumo da família, praticando eventualmente a troca de produtos excedentes com vizinhos, parentes ou feirantes de outros municípios. Sobre os espaços de comercialização, muitos grupos fornecem alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, e para alguns, esta, atualmente, é a principal fonte monetária dos grupos.

Abrimos aqui uma breve explicação sobre este ‘mercado’, ou melhor, sobre este espaço de comercialização que se encontra ao mesmo tempo fora do âmbito da rede (por

⁹ Existem estudos e pesquisas sendo realizados que tratam desde a ecologia desta espécie, seu valor nutricional, quanto possibilidades e processos de manejo, extração e comercialização. Consultar www.ufrgs.br/desma e www.centroecologico.org.br.

não ser um mercado diferenciado, ou articulado dentro desta estrutura) e ao mesmo tempo angariado através das próprias estruturas formadas pelos agricultores. A comercialização por estes mercados foi acessada através de projeto impulsionado pela Econativa. É nesta estrutura que os diversos grupos (associações de agricultores) negociam e acordam a logística de distribuição: local, data de entrega, quantidade por grupo, etc. É um assunto transversal aos grupos participantes da Rede. A articulação das associações através de uma cooperativa de produção é o que estrutura os grupos para trabalharem coletivamente, instrumentalizando-os para a realização de planejamento prévio, e organização no interior dos grupos das escalas e divisão da produção. Um saldo que se gera neste processo é o reconhecimento dos demais grupos locais da 'efetividade' que compreende a produção agroecológica, das opções de produção e associações dos agricultores. É um processo no qual, na comunidade, e na abrangência de suas redes, dá visibilidade às práticas que se estabelecem.

A maioria dos grupos fornece produtos (processados ou *in natura*) para as cooperativas COOPET e Ecotorres, e também, participam de feiras ecológicas (dois grupos de forma permanente participam da Feira Ecológica da Lagoa do Violão, em Torres - esta articulada à Rede -, e expressivamente da Feira Ecologia da José Bonifácio, antiga 'Feira da Coolméia', em Porto Alegre, com alguns casos ainda de feirantes na Feira Ecológica do Bairro Menino Deus, também em Porto Alegre, e um grupo na feira-livre de Osório). Excetuando-se as feiras ecológicas em Porto Alegre, e a feira de Osório, que não estão articuladas à Rede Ecovida, outros espaços de comercialização foram apontados: o Ponto de Colheita, em Caxias do Sul (feira de agricultores ecologistas que congrega produtores de pelo menos dois Núcleos da Rede, o Litoral Solidário e o Núcleo Serra), um pequeno comércio em alguns mercados locais ('mercadinhos de Torres') e, sendo a única comercialização de um dos grupos, a Rede Zaffari de Supermercados (cuja a comercialização acontece em Porto Alegre e em Caxias do Sul).

Cabe neste momento trazer alguns resultados sobre a utilização da Certificação Participativa. A maioria dos grupos que comercializa produtos *in natura* não utiliza o selo, com exceção de um grupo que identifica sua banca na feira-livre da cidade como forma de diferenciação, pois os demais produtos são convencionais. Os motivos apontados são que tais produtos não são embalados, e que a forma de comercialização não exige a certificação: são os espaços de venda quem conferem a qualidade do produto, no caso das cooperativas e feiras.

O mercado institucional (PAA) e os supermercados exigem certificação. Somente o grupo que vende para a Rede Zaffari embala seus produtos *in natura* um a um,

utilizando não somente o selo da Certificação Participativa, mas informações instrutivas aos consumidores na embalagem (ver ANEXO D). Ainda que sem nenhuma relação com a Rede, em seu sentido mais amplo, a comercialização em supermercados não é vista negativamente (no sentido tanto do que representa, quanto pelas relações que estabelece – por exemplo, a porcentagem elevada cobrada dos produtores), mas pelo viés da expansão de mercado. É entendida como positiva, também, nos termos de visibilidade, embora não seja uma ‘aposta’ estratégica do Centro Ecológico na formação dos agricultores. Sobre a Certificação Participativa, constata-se que existe um debate ‘agitado’ a respeito do reconhecimento e do espaço que ocupam em mercados ampliados, ambiente no qual diferentes processos de certificações disputam a confiança dos consumidores nas suas opções de compra.

Produtos processados normalmente levam o selo da Certificação Participativa, seja em função de serem produtos embalados e necessariamente identificados (literal e simbolicamente), seja para terem condições de entrar em mercados diversos. Nestes casos, a Certificação assume uma característica de possibilidade de agregação de valor ao produto (quer seja por sua identidade ou por sua qualidade). Neste sentido, alguns(as) entrevistados(as) declararam que, eventualmente, vendem produtos ecológicos a mercados convencionais sem nenhuma identificação ou agregação de valor. Isso acontece normalmente quando há sobra ou excesso de produção, ainda que, também, foram relatados casos de venda ao PAA de produtos ecológicos por produtos convencionais.

Existe, ainda que sem muita expressão comercial (mas sim de importância social), a participação de muitos dos grupos em feiras e eventos esporádicos, como Festa das Sementes, Festa da Biodiversidade e Feiras de Economia Solidária.

O transporte dos produtos para as feiras e cooperativas muitas vezes é realizado de forma compartilhada entre os grupos. Alguns deles têm caminhão próprio, e muitos produtos podem ir ‘de carona’ com estes numa relação clara de cooperação entre os grupos. Na ‘Feira de Torres’ existe uma banca ‘da Rede’, na qual tanto o transporte quanto a comercialização é feita com a mediação do Centro Ecológico. Do PAA e do Ponto de Colheita, o Centro Ecológico participa da mediação do transporte; das feiras em Porto Alegre, a maioria dos grupos que participa dispõe de caminhão ou ônibus; da Rede Zaffari, o grupo tem caminhão próprio. Reside aí uma equação não muito simples, tanto para os agricultores, quanto para as cooperativas e também para o Centro Ecológico. A logística de transporte é considerada cara, tanto pelo preço do combustível (cujo fornecimento não se encontra em nenhuma ‘rede solidária’ ou em outro circuito de cooperação, pelo menos no que cabe às redes de relações destes grupos), quanto pelo custo de aquisição e manutenção de um

caminhão ou ônibus ‘próprio’, e mais alto ainda é considerado o custo de aluguel de veículos. O resultado desta equação é que, em muitas vezes, o custo de transporte é embutido no preço do produto, encarecendo-o ao consumidor (isto é, uma agregação de valor que se direciona para fora da rede de cooperação estabelecida). Desta forma, é notável que os grupos busquem cooperar uns com os outros neste sentido, muitas vezes sem alguma espécie de ‘cobrança formal’ por transportes de mercadorias.

Poucas das famílias entrevistadas possuem alguma outra fonte de renda fora da atividade agrícola, como aposentadoria, ajuda de parentes ou bolsas concedidas pelo governo (como Bolsa Família ou Bolsa Escola). Desta forma, entende-se que toda a família participa da formação da renda familiar, e podemos já ter algumas indicações sobre a participação das famílias em grupos de produção e comercialização para a sua geração de renda.

O consumo de alimentos é amplamente baseado na produção para auto-consumo. Muitos produtos que não são produzidos na propriedade são adquiridos através de trocas nas feiras (ou práticas de preços especiais de feirante para feirante, prática corriqueira em feiras livres, ecológicas ou convencionais), ou trocas na própria vizinhança. Muitos adquirem produtos também nas cooperativas, e a unanimidade diz consumir ‘quase nada’ para fora deste circuito¹⁰. Os produtos adquiridos no ‘mercado convencional’ são: sal, óleo, arroz, massa, margarina, e, eventualmente, carnes e café, e produtos de limpeza em geral. Não foram mencionados itens como roupas, ou algum bem de uso como móveis, material de construção, transporte, mas chama a atenção que muitos mencionaram que não pagam plano de saúde, ‘porque não precisa’.

O consumidor dos produtos do grupo foi identificado pelos produtores como: professores, gente da comunidade e classe média urbana, no caso das feiras, cooperativas e mercados convencionais, e, no caso do PAA, famílias e escolas assistidas pelo programa, de forma genérica.

A questão feita sobre o preço dos produtos agroecológicos nos mercados parece central nesta pesquisa. Quando questionados sobre ‘se o preço do produto agroecológico é mais caro, e se deveria sê-lo’, as opiniões ficaram bastante divididas. Muitos

¹⁰ Embora, em uma observação (resultado da visita a diversas casas, e eventualmente algum pernoite junto às famílias) que não pode ser considerada em profundidade, nem tampouco tradutora da lógica e comportamento geral dos grupos entrevistados, é importante registrar que, de certa forma, na maioria das casas visitadas, pode-se identificar poucos elementos industrializados, marcadamente ‘de fora’. Porém, uma situação particular chamou atenção: ao mesmo tempo que o(a) entrevistado(a) declarava ter ‘quase nada’ de fora da propriedade ou da rede, havia uma variedade notável de outros produtos ‘do mercado’, ainda que se estivesse afirmando exatamente o contrário.

entrevistados entendem que o produto *eco* é ser um pouco mais caro que aquele convencional, no preço ao consumidor, em função de elementos como: quantidade de trabalho no cultivo e no manejo agroecológico (penosidade das tarefas), menor rendimento por variedade, pela logística ser mais cara (isto relacionado à escala da produção) e também por ser uma forma de valorizar o produto. Alguns consideram que, embora o preço ao consumidor possa por vezes ser mais elevado, o produto não é mais caro, por que além de não prejudicar a saúde, é um alimento saudável. As opiniões que tais produtos não são mais caros baseiam-se principalmente o baixo custo de produção que representam. Alguns entrevistados entendem que o preço deve ser igual, e que os poderes públicos deveriam fornecer subsídios à produção e a logística de escoamento da produção agroecológica. Muitas vezes, o consumidor paga um preço mais elevado não em função do produto em si, mas do local de venda: no supermercado ele vai ser de fato mais caro que o convencional por uma questão de diferenciação e valorização; nas feiras o preço praticado por vezes se equipara aos preços de mercado, e mesmo quando é mais caro, sem dúvidas é menor que nas prateleiras de supermercados; as cooperativas de consumidores representam um meio termo entre o supermercado e a feira, porque tem custos de manutenção. Por fim, uma das declarações foi no sentido da oferta e demanda: é um produto mais caro porque tem bastante procura e pouca oferta; ‘quando tiver mais ecologista, o preço baixa’.

Na questão relacionada à participação em grupos, a relação com a Rede Ecovida foi amplamente fomentada pelo Centro Ecológico, com registros de incentivo à participação na Rede por outros grupos próximos. Foi ampla a resposta positiva sobre a participação dos(as) entrevistados(as) e de suas famílias em demais grupos, como clubes de mães e de pais nas escolas, grupos relacionados à Igreja, partidos políticos (PT), movimentos sociais (MPA, MST e MMC) e, entre os homens, clubes e times de futebol. A participação em festas das comunidades (normalmente festas religiosas) também foi bastante apontada. Muitos(as) entrevistados(as) participam em encontros e palestras promovidos pelo Centro Ecológico e pela Rede, assim como demais integrantes das associações. É freqüente também o ‘vezamento’ de famílias participantes de tais atividades num mesmo grupo, e, também freqüente, declarações de que ‘alguns tem interesse, outros não’.

Quando questionado(as) sobre a percepção de mudança antes e depois de o grupo ingressar na Rede Ecovida, as respostas foram bastante variadas, ainda que concordando que houve mudanças, e valorando-as como positivas: seja por conhecer ‘mais gente e coisa interessante’, por processos de aprendizagem efetivos (estes muito relacionados à prática do Centro Ecológico, independentemente da Rede), quanto por disporem, a partir do

contato proporcionado pela rede, de mais variedades de sementes e espécies de diferentes lugares, quanto de uma relativa ‘segurança’.

As fontes de informação destas famílias / grupos é basicamente o rádio, sendo as rádios FM de municípios vizinhos (Osório e Capão da Canoa) bastante mencionadas. Televisão, mencionados os canais de TV aberta (RBS e SBT). O Centro Ecológico foi também frequentemente mencionado como fonte de informação, bem como jornais impressos locais e de abrangência estadual (Correio do Povo e Zero Hora). Uma pessoa mencionou a internet como fonte de informação, e ninguém falou a respeito de revistas de qualquer natureza. Ainda, foi constatado que não existe rádio comunitária na região (possivelmente existia, porém atualmente, não mais). Também questionamos a respeito do papel que os governos tinham para eles(as). Aqui, os produtores que estão, de alguma forma, mais relacionados com a distribuição da produção, com a gestão do grupo ao qual pertence ou com funções dentro do Núcleo, falaram a respeito de redução de impostos, políticas públicas específicas para a agroecologia e medidas no sentido de acesso mais ampliado a produtos agroecológicos, ao ‘produto bom’.

Apresentam-se aqui questões um tanto mais subjetivas, que indicam percepções e conceitos. Algumas destas questões referem-se à percepções dos agricultores entrevistados sobre o significado de *desenvolvimento*, *agroecologia*, *rede e economia solidária*, *autonomia*. Também perguntamos se consideravam-se livres. Todos responderam positivamente. Ao questionarmos “por que”, as respostas foram no sentido de independência em relação a compra de agrotóxicos e ao horário de trabalho – esses depoimentos foram no sentido de ‘ter um padrão’; também a questão ‘segurança’ foi levantada, em comparação às cidades e, por fim, a demonstração de liberdade pela proximidade com a natureza, com a suficiência alimentar e com a qualidade dos alimentos que produzem, que ‘não depende’. A expressão autonomia muitas vezes foi *confundida* com *individualidade*, com profissional autônomo, ‘que trabalha sozinho’, e assim, recebeu uma conotação negativa. A isso, excetuam-se dois depoimentos, que responderam a esta questão atrelada à questão da liberdade.

O significado de *desenvolvimento* foi relacionado, por parte dos agricultores, a ‘recursos’ (materiais) e a ‘conhecimento’, e também, a ‘gastar o dinheiro na comunidade’ – todos esses depoimentos no sentido de ‘melhorar’. Foi apontado, também com frequência, que o envolvimento com a Rede significou, para alguns entrevistados, ‘desenvolvimento’ – certamente relacionada com a melhoria, declarada pelo entrevistado do Centro Ecológico, visível e estrutural de algumas famílias (construção de casas, implantação de elementos de

infra-estrutura por vezes básica). O significado atribuído a desenvolvimento, sob este ponto de vista, significa ‘envolvimento’ (nos processos locais), autonomia e saúde.

A compreensão acerca do termo Agroecologia foi relacionada à diversidade, biodiversidade, plantios consorciados, não utilização de agrotóxicos, esses sempre em relação à propriedade. Algumas declarações foram feitas em defesa da preservação da natureza, do planeta, trazendo questões como aquecimento global, a ‘não matar os bichos, nem as aranhas’; ‘é a gente, é a terra, é o meio ambiente, é a criação da gente, é água’, a colheita sem veneno. Quase todas as declarações foram auto-referenciadas.

Em relação ao significado de *rede*: quase todos(as) entrevistados(as) responderam no sentido da *Rede Ecovida*, e não de uma concepção mais ampla. Muitas respostas se direcionaram para a metáfora da *teia*. A partir disso, foi mencionado o contato, trabalho em grupo, objetivos comuns, união e unidade como significantes de rede, pelos produtores e assessoria.

Sobre *economia solidária*, não houve nenhuma resposta objetiva, ou até direta, por parte dos agricultores; para o entrevistado do Centro Ecológico, significa a prática de preços justos, transparência e ‘produto bom para o consumidor’. Muitos(as) não responderam (era dada esta opção). As poucas respostas dadas interpretaram a economia solidária com o sentido da divisão igualitária de tarefas e recursos dentro da família; relacionando à ‘solidariedade da igreja’ e, também, que ‘não faz sentido’: seriam termos contraditórios.

5 CONCLUSÕES

O principal objetivo traçado nesta pesquisa foi o de verificar as formas de autonomia proporcionadas pela estrutura de organização em rede, relativas à articulação da comercialização. Ou seja, compreender em que medida o envolvimento das associações de agricultores em articulações *em rede* com outros agricultores(as) e assessorias técnicas os leva, condiciona ou proporciona que o escoamento da produção seja direcionado para mercados que não irão construir com estes grupos relações de exploração e dependência – a exemplo das cadeias de *commodities* convencionais. No item 4.2, ao descrevermos as características dos atores do Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida e identificarmos formas de organização social que surgem como alternativa ao projeto de desenvolvimento econômico, ações estas que correspondem a dois dos objetivos específicos traçados, nesta sessão pudemos também encontrar pistas para identificar as características de tais ‘autonomias’.

A respeito das formas de organização social, que identificamos no Capítulo 2 como ‘resistência’ e ‘contra-hegemonia’, que as *associações livres* entre indivíduos em associações, cooperativas e redes (que daqui por diante trataremos este conjunto como ‘formas alternativas de associação’) significam associações que tendem a diferenciar-se das empresas ‘convencionais’ pelas possibilidades de horizontalidade e ampla participação de todos os seus membros.

É importante ressaltar que compreendemos a Rede Ecovida de Agroecologia como uma forma *alternativa* de associação: associações com estas características configuram-se como estruturas que possibilitam a democracia e a equidade em função de sua forma de gestão (compartilhada, e não centralizada), ainda que, sob estas mesmas formas, possam existir grupos e ações motivados pela e reproduzindo práticas mercantis e utilitaristas. Entendemos que, genericamente, *é motivação das associações* que indica o direcionamento ou a qual projeto de desenvolvimento que corresponde a ação do grupo, e não simplesmente a sua estrutura organizativa - ainda que tais formas alternativas possibilitem ações horizontais fluentes, mais que em estruturas convencionais de organização em grupos. Associações, cooperativas e redes correspondem a modelos horizontais de gestão.

A autonomia pode ser compreendida como relativa, conforme visto no Capítulo 3. As sociedades camponesas se caracterizam, entre outros aspectos, por uma autonomia relativa da coletividade local (WANDERLEY, 1996). Também, consideramos o

controle local dos processos de produção e venda (MIOR, 2005) em processos interdependentes entre os atores nas redes (MANCE, 2003) para analisarmos algumas relações que se estabelecem na Rede, com maior ou menor 'grau' de autonomia. Os processos locais de produção e consumo tendem a ser menos relacionados e dependentes de cadeias, redes e processos exógenos e corporativos. Assim como na *economia solidária* se priorizam as produções, grupos e mercados locais, as redes de base local são constituídas por grupos formados por relações e demandas locais, enraizadas socialmente e culturalmente, o que garante a integridade dos atores envolvidos – pensando em uma compreensão ampla do significado da palavra autonomia.

A agricultura de base ecológica garante a diversidade na produção e produtividade baseada no manejo dos agroecossistemas, e a partir disso, processos ambiental e socialmente localizados. Neste sentido, a agricultura de base ecológica garante, num primeiro momento, aos produtores (suas famílias, grupos, comunidade, e assim por diante) a autonomia sob o ponto de vista alimentar, tanto em relação à (auto)suficiência quase completa (minimamente, elementar) na quantidade de alimentos, quanto a respeito da qualidade nutricional que caracteriza o produto da agricultura de base ecológica e orgânica. Por extensão nos circuitos da rede, esta 'suficiência' atinge e 'assegura' os demais atores relacionados: demais produtores, consumidores, localidades e territórios: ainda que a rede não seja um grupo fechado, impermeável, ela é uma estrutura de confiança e reciprocidade, como há pouco nos referenciamos, interdependente. Assim funcionam os circuitos de produção e consumo. Há um processo de acumulação (de saberes, de informações, de coisas, de equipamentos) na rede, nos grupos e nas pessoas que participam da rede, que determinam as ações sociais destes grupos. Esta acumulação (material e imaterial) vai capitalizar os grupos, em maior ou menor grau, em todas as esferas da rede. Enfim, parece haver um equilíbrio entre as relações interpessoais e as relações interinstitucionais.

A autonomia compreendida no sentido de auto-governo ou independência administrativa se reflete nos grupos pesquisados. Ainda que todos os grupos vinculados à Rede (associações, cooperativas, assessorias) tenham comportamentos orientados por acordos coletivos, mesmo os princípios 'macro' se formam a partir dos acordos destes grupos de base. Ou seja, os acordos e regras gerais são gerados a partir dos Núcleos da Rede, e estes pelos grupos (atores) que os compõe, o que se refere no exercício e na prática auto-determinada. Identifica-se, no Núcleo Litoral Solidário, uma estrutura de base endógena (ainda que permeado por elementos exógenos, como por exemplo, eventuais financiamentos de projetos com fundos externos, fora do âmbito da rede ou dos circuitos locais de cooperação).

Buscando as percepções dos atores do Núcleo Litoral Solidário, captadas através das entrevistas, entendemos ‘liberdade’ como um dos resultados gerados por processos autônomos às estruturas convencionais regidas pelas ‘leis’ reducionistas do mercado, a prática da Agroecologia permite uma autonomia tanto em relação ao modelo de agricultura de commodities quanto ao formato hierárquico da ‘empresa’ convencional. Ou seja, a autonomia seria resultado da agroecologia e da livre associação. A articulação em rede imprime uma certa segurança em relação ao estabelecimento de circuitos de distribuição e venda, baseados em mercados ‘diferenciados’ ou a uma demanda emergente SONINO; MARSDEN, 2005). Ao mesmo tempo em que existe a autonomia produtiva, é na rede (na maioria dos casos) que os mercados vão se estabelecer. Marsden e Sonino (2005) classificam as diferenças dinâmicas entre os circuitos convencionais de produção e consumo de alimentos, que correspondem tanto a modelos exógenos de desenvolvimento (MIOR, 2005) quanto às relações ‘deslocalizadas’ e distributivamente desiguais, e as redes alternativas de produção de alimentos, de base endógena e local, conforme observa-se:

QUADRO 03: Cadeias convencionais e redes alternativas de alimentos

Relações espaciais	Cadeias convencionais Deslocalização	Redes alternativas Relocalização
Relações: produtores	Produção intensiva fechada; descensão dos preços agrícolas, entrada de fornecedores em processos cooperativos	Ênfase na qualidade; busca de estratégias para agregar valor; novas associações de produtores; desenvolvimento novos nichos sócio técnicos espacialmente localizados
Relações: consumidores	Ausência de referência espacial do produto; não há encorajamento para entender a origem do alimento; produtos não espacializados	Conhecimento variado do consumidor sobre lugar, produção, produto e condições espaciais de produção; compra direta e também à distância
Processamento e comercialização	Sistemas de regulação rastreáveis, porém privados e sem transparência; padronização vs produtos identificados espacialmente	Saídas locais e regionais para produção e comercialização; fortemente variável, rastreável e transparente; espacialmente referenciado designando qualidades
Estruturas institucionais	Regulação pública e privada fortemente burocratizada; modelos de higienização que reforçam a padronização	Desenvolvimento regional; empoderamento na construção de redes e infra-estrutura; suporte legal local e regional
Estruturas associativas	Relações altamente tecnocráticas e à distância; relações comerciais e a - espaciais; falta de confiança e conhecimento local	Relacionais, baseados em confiança, local e regionalmente fundadas; redes baseadas em linearidade; competitivo, mas às vezes, colaborativo.

Fonte: SONINO; MARSDEN, 2005:195¹.

Ainda que esta formulação esteja alicerçada em modelos de redes alternativas no contexto europeu, podemos utilizar esta comparação para verificar, conforme

¹ Original em inglês, tradução da autora.

nosso objetivo, a relativa autonomia em relação aos mercados que a organização e a articulação em rede proporcionam. Concluímos, assim, que a participação nas redes alternativas corresponde à conexão de produtores, consumidores (e, sistemicamente, dos demais atores das redes) à possibilidade de diversificação produtiva, determinada antes pelos tempos relativos à sazonalidade das culturas (produções) e ao manejo que pela demanda pautada no mercado, de escalas maiores e tempos reduzidos. As redes alternativas de produção e consumo de alimentos, a partir do momento que incorporam em si ‘mercados alternativos’, como Feiras e Cooperativas de Consumidores – mercados que permitem a diversidade e a escala características das pequenas produções, embora associadas, apresentam autonomia em relação às cadeias convencionais, o que confere este atributo aos processos de produção, livre associação, comercialização e consumo de produtos agroalimentares.

O terceiro objetivo desta investigação concerne à identificação das motivações dos grupos para participar da Rede, ou, em última análise, para participar tanto em razão da questão produtiva quanto da distributiva, de uma ‘contra-corrente’ no sentido dos mercados e modelos de produção convencionais. Esta identificação relaciona-se diretamente à pergunta de pesquisa delineada: qual a motivação que leva os grupos pertencentes ao Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecológica a participarem de iniciativas de Economia Solidária? Buscaremos responder a partir dos resultados de campo e da reflexão teórica referenciada.

Primeiramente, é preciso considerar que logo nos primeiros meses do processo de campo entendemos, claramente, que os atores da rede – principalmente os agricultores - não se reconhecem como *economia solidária*, mas sim como movimento *ecologista*. Os atores se identificam como ecologistas – agricultores, consumidores, militantes. Quem ‘incorpora o discurso’ da economia solidária, minimamente, são algumas pessoas da ONG e dos movimentos sociais próximos, e a cooperativa de consumidores de Torres de maneira bastante clara. Ou seja, a pesquisa partiu de um pressuposto que foi desconstruído logo nos primeiros meses de campo. Porém, compreendemos que esta constatação não deveria mudar completamente os rumos da pesquisa como um todo, e a partir disso, entendemos então a pergunta como: que motivação os leva a pertencer ao Núcleo Litoral Solidário, que corresponde, conforme já exposto, tanto a um modelo produtivo quanto distributivo não convencional?

Inicialmente, consideramos que suas práticas os classificam, conforme propõem Sonino e Marsden (2005) como redes alternativas, que operam de forma horizontal em direção a um modelo de desenvolvimento rural endógeno (MIOR, 2005). Os resultados de campo indicam que a ‘auto-definição’ da Rede, expressa pelo resultado do Núcleo Litoral

Solidário, é de uma identidade *ecologista*. A Agroecologia tende a ser compreendida, no sentido empírico, por práticas ecológicas de manejo e produção. Porém, se considerarmos as práticas sociais e econômicas que estão imbuídas nas relações associativas – o fato da gestão dos grupos ser baseada na livre associação, manifesta pelo estímulo à ação em grupos democráticos e autogestionários (associações e cooperativas), podemos constatar a correspondência aos preceitos de economias plurais, que é exatamente o que nos sugerem Karl Polanyi (1977; 1977a;1980) e, embora com distinções em relação à forma, os demais autores referenciados nos itens 3.1 e 3.2 deste trabalho. Em suma, consideramos, baseados na concepção de *economia solidária* ora apresentada, que o Núcleo Litoral Solidário e a Rede Ecovida de Agroecologia, por extensão de prática e por proposta de estrutura organizativa, *fazem parte* e incorporam os preceitos do ‘*movimento da economia solidária*’. Porém esta incorporação acontece de maneira tácita, pois a *economia solidária* não está – ao menos até o momento – incorporada como ‘bandeira política’ da Rede, principalmente dos agricultores ecologistas.

Assim como encontramos identidade dos preceitos da *economia solidária* (e, também, da *economia social*) com o legado teórico de Karl Polanyi, também estes pressupostos encontram eco nas ações dos atores da Rede em relação às suas escolhas (entendendo o livre-arbítrio dos atores ao produzirem, se relacionarem e comercializarem de determinadas formas em detrimento de outras). Podemos afirmar que as relações são impulsionadas, também, por motivos não monetários. Nos resultados de campo – e nos modelos de associação e desenvolvimento adotados pela Rede – torna-se evidente que o utilitarismo não é a base das relações sociais, que existem diversos outros elementos que impulsionam as ações, inclusive econômicas, nas quais *reciprocidade e domesticidade*, as esferas não monetárias da economia, segundo a literatura consultada, não somente fazem parte como condicionam as ações, associações e escolhas dos atores e dos grupos.

O princípio polanyiano da domesticidade pode ser identificado nas relações (de produção e de reprodução social) no interior das unidades produtivas, unidades domésticas ou da família. Neste sentido, tais conceitos se equivalem. A produção no interior da propriedade que visa gerar renda à família e para ao grupo (associação), na qual se identifica o princípio do mercado, se ‘divide espaço’ com o objetivo primeiro da manutenção e abastecimento do grupo familiar proporcionado pela sua produção e estratégias específicas. Polanyi (1980) e Wanderley (1996) concordam que a venda da produção excedente no núcleo doméstico não significa a perda da identidade camponesa, que lhes é inerente, nem a distorção dos códigos de uma economia doméstica, nem de uma sociedade camponesa.

A Reciprocidade nas relações é um código fora da economia de intercâmbio, segundo Polanyi (1980), socialmente enraizado e um dos aspectos do comportamento econômico que caracteriza as redes sociais verticais (MIOR, 2005). Percebem-se relações recíprocas nas interações entre os grupos, conforme sugerem os resultados de campo: as trocas realizadas nas feiras, entre os grupos e na vizinhança, a rotatividade no interior dos grupos quanto à participação nas atividades e instâncias participativas e de decisão, em funções logísticas compartilhadas, especialmente nas feiras. Tanto mais próximas são as relações, mas elas tendem a considerar a confiança como elemento central nas negociações. Talvez até uma confiança *a priori*, que surge a partir da afinidade de objetivos que os grupos e organismos de livre associação estimulam, como uma construção de interdependência e uma busca consciente dos seus sujeitos por uma coesão. Nos termos de Sabourin (2003), podemos falar de uma redistribuição socialmente motivada: haja vista a indicação exposta nos resultados de campo que o principal motivo da opção para a produção agroecológica seja muito mais relacionado à questões de saúde do que agregação de valor ou disputa de mercados diferenciados.

A análise do Núcleo Litoral Solidário rompe alguns termos com a idéia de um Estado que possua a responsabilidade central de redistribuição: a descentralização e a horizontalidade, que são características da Rede (conceitual e empiricamente), fazem com que redistribuição também possa ser compreendida como um resultado da própria dinâmica da rede enquanto circuito alternativo, no sentido de Sonino e Marsden (2005), pelo papel que assumem os atores da rede nas suas ‘posições estratégicas’. A ação de comercialização se direciona para a criação e fortalecimento de relações de proximidade, se não diretas. É uma apropriação dos processos de circulação e distribuição, feito pelos atores da rede, não por instituições ou grupos ‘exógenos’ à Rede, ou em última instância, aos processos locais através dos circuitos locais. Também o Estado participa e tem um importante papel na redistribuição, porém não de maneira central, como sugere a leitura de Polanyi. Percebe-se a presença do Estado em diversas relações da Rede, e também, algumas ‘reivindicações’ quanto ao seu posicionamento. Entendemos que o papel do Estado é o de fomento de acordo com essas estruturas: o Estado cria condições para que ações como esta (a rede e seus grupos) se desenvolvam, seja pela criação de políticas públicas específicas e/ou setoriais (políticas públicas específicas para o fortalecimento da Agroecologia, para Segurança Alimentar e Nutricional, políticas que fomentem e equilibrem o cooperativismo, para políticas tributárias e creditícias específicas como linhas e bancos de microcrédito), seja através de linhas de financiamento para projetos sociais, cujos recursos são acessados pelas organizações da

sociedade civil através de editais. Ainda, a existência de programas de governo como o PAA posiciona o Estado enquanto agente regulador redistributivo, talvez na interface mais próxima ao sentido polanyiano desta que se configura como a terceira esfera não monetária da economia, pois não lida diretamente com o sistema financeiro, mas sim com o manejo dos recursos.

Parece-nos adequado afirmar que há mais motivos não monetários que monetários nas relações econômicas que permeiam a associação e ação colaborativa entre os atores do grupo pesquisado. São relações marcadas por fortes valores morais. O mercado tem, de fato, importância fundamental para a ação da Rede e o ‘cumprimento de seus objetivos’, entendidos como o fomento e a ampliação de sistemas agroecológicos, tanto em seus aspectos técnico-produtivos, sócio-ambientais como políticos e econômicos. A geração de renda está incorporada nas estratégias de reprodução social de grupos e coletividades. Ao nos referirmos à importância prioritária dos aspectos não monetários, consideramos que os aspectos sociais (e, também, no caso pesquisado, ambientais) podem estar tão mais profundamente enraizados nas ações econômicas; que os ‘benefícios’ ou vantagens almejadas nas ações que geram os processos econômicos apontam mais para um maior bem-estar (e até subjetivo) do que em uma suposta (socialmente construída) pré-disposição utilitarista e monetariamente cumulativa. Esta análise corresponde também à validação de uma das hipóteses traçadas, que pressupunha que as motivações que levam produtores, consumidores e entidades de assessoria a participar da rede são, além de econômicas, sociais, ambientais, culturais. Os dados de campo e as estruturas sob quais se organiza e se gere o Núcleo Litoral Solidário e a Rede corroboram com a afirmação de Polanyi: “nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo” (1980:65), uma vez que a ‘qualidade de vida’ para os atores destes grupos está incutida em outros aspectos, como a saúde, a qualidade da terra e da produção, a qualidade das relações, sejam familiares, sejam de parcerias. Talvez resida aqui uma importante contribuição desta análise para a proposta de economia solidária atrelada ao desenvolvimento rural: a perspectiva de transformações possíveis no cerne dos processos de produção e consumo de alimentos, entendendo que a lógica economicista pode ser também vulnerável, por não ser inerente.

Outra hipótese que propusemos se relaciona com a força ou fragilidade dos laços e dos arranjos institucionais que se estabelecem na ação conjunta entre estruturas de livre associação politicamente engajadas. Buscamos verificar se a Economia Solidária

depende de arranjos institucionais mediados para a sua existência, ao mesmo tempo em que a continuidade de tais estruturas ‘alternativas’ dependem do protagonismo dos atores sociais envolvidos. Identificamos diferentes aspectos que se estabelecem em relação às mediações. O papel das assessorias na formação e manutenção da Rede e dos Núcleos Regionais é fundamental. Processos de transição de sistemas produtivos implicam em transformações não somente nas tecnologias de produção, mas também tem implicações sociais e políticas. A assessoria técnica é aqui compreendida centralmente pelo Centro Ecológico, mas de maneira mais ampliada estende-se aos próprios agricultores que são, também, multiplicadores na Rede, e têm o papel de conduzir grupos locais a processos mais avançados de sistemas agroecológicos, englobando todos os aspectos que este conceito traz consigo, conforme verificamos. Com um exemplo prático, existe o tempo da transição de X para Y, os cultivos e manejos, e neste contexto, se torna necessário o arranjo de mercados e a assessoria para a formação de grupos. O papel da assessoria é o de potencializar ações isoladas para que essas tornem-se coletivas e efetivas do ponto de vista da ampliação da agroecologia enquanto paradigma de produção, social e ambientalmente localizada e economicamente viável.

Muito embora os grupos de produtores sejam, também, o próprio motivo de existência das assessorias, o direcionamento das ações de mediação é voltado para a reprodução ampliada e autônoma dos sistemas produtivos, culturais e sociais. A própria intervenção que legitima a existência da mediação deve, a priori, se dar no sentido de, processualmente, criar condições para que os grupos e processos se autonomizem: seja em relação aos agroecossistemas (unidades de produção que dispõe de biodiversidade em consonância com os ciclos e sazonalidades próprios das culturas produtivas), seja em relação aos processos de gestão de grupo interno às associações, ou de sua articulação e consolidação de mercados e estruturas de comercialização. Ao mesmo tempo, há especificidades concernentes também à atuação das assessorias, que extrapolam as características e objetivos dos produtores rurais. Não somente no sentido da redistribuição, estes atores nas redes são responsáveis por conexões entre atores que, entendemos, dificilmente estariam em contato em qualquer outra situação não mediada. Neste universo está a formatação e a articulação de projetos com parcerias não locais, por vezes, captação direta de recursos ou mesmo editais públicos de projetos sociais, dentre diversos outros papéis relacionados à ‘conectividade’ que desempenham as assessorias. Por fim, analisamos que o papel das assessorias em processos de rede é ambivalente: se por um lado a perenidade e consolidação de ações em rede somente acontece em estruturas nas quais as ações são socialmente enraizadas e / ou incorporadas pelos atores (aqui entendidos eminentemente como produtores e consumidores que

impulsionam redes agroalimentares alternativas), por outro, a complexidade das relações que conformam tais redes demandam estruturas que dêem suporte a estas ações local, ambiental e socialmente identificadas.

Ainda a partir das hipóteses traçadas na definição da pesquisa, supomos que a agricultura de base ecológica, praticada através dos princípios da Agroecologia, fortalece a organização social e econômica de forma solidária, ou seja, a Agroecologia supõe a articulação de uma economia plural, nos termos de França Filho e Laville (2004), no que concerne à circulação da produção. Também a esta hipótese respondemos positivamente. Mais que similitudes, se estabelece uma interdependência entre tais conceitos, que estabelecem projetos e ações complementares e ‘retroalimentados’ (do ponto de vista do sistema que fomentam).

Percebemos, ao longo do processo de investigação, desde o momento em que trabalhamos a Agroecologia conceitualmente no item 2.2, que estamos tratando de temas complexos, no sentido da amplitude e diversidade das relações concernentes ao ‘fazer Agroecologia’. Se por um lado, à prática da Agroecologia concerne o campo agrônomo, em que o estudo e o trabalho diz respeito ao manejo de agroecossistemas produtivos, por outro, este mesmo manejo implica diretamente em sistemas e esquemas sociais que comportem o ritmo e o resultado destas práticas produtivas – tanto a em função da sazonalidade característica de sistemas produtivos ‘naturais’, pautados não pelo tempo dos mercados, mas pelo tempo dos manejos, conforme já exposto - quanto pela conformação de mercados, consumidores e esquemas de circulação que respeitem tais ritmos e fomentam tais práticas.

Neste sentido, percebemos a complementaridade dos conceitos e práticas da Agroecologia enquanto sistema de produção de alimentos e a Economia Solidária enquanto distribuição, que correspondem, grosso modo, a paradigmas comuns no que concerne à equidade e à autonomia. Está posto o desafio de se utilizar os recursos naturais em sistemas de produção nas estratégias de desenvolvimento de uma ‘agricultura autônoma’, nos termos de Altieri (1998). *Economia solidária* envolve sujeitos organizados a partir da base, o envolvimento dos sujeitos nos processos econômicos, com vistas a romper a verticalidade absoluta das relações sociais e das relações de trabalho; incorpora a gestão horizontal dos processos como ferramenta para proporcionar equidade de distribuição de recursos, desenvolvimento local e manejo ambiental, buscando práticas mais sustentáveis.

Em relação às formas coletivas de produção e na busca de práticas que busquem a sustentabilidade de ecossistemas, os referenciais da Agroecologia muito se aproximam dos paradigmas da Economia Solidária. A Agroecologia, por definição, necessita

de fatores sociais, econômicos e políticos para se desenvolver. É dizer, são necessários esquemas e conjuntos articulados nas esferas da circulação, distribuição e consumo que corroborem com os sistemas produtivos da agricultura de base ecológica, não só no sentido de criar condições para escoamento em mercados e garantia de compra, mas no sentido de um projeto político mais amplo, de fomento de um desenvolvimento rural alicerçado em fatores como a sustentabilidade (que significa produção, consumo e manutenção da vida em longos prazos).

Transformações decorrentes de preocupações com *o meio ambiente* no setor agrícola somente são possíveis (sustentáveis) com mudanças comparáveis nas outras áreas correlacionadas da sociedade (ALTIERI, 1998). Isso exige não só práticas agrícolas, mas práticas sociais enraizadas, conscientes dos encadeamentos existentes e inerentes às redes alternativas de produção e consumo. Enquanto articulações no campo teórico e empírico que encontram ecos recíprocos, concluímos, finalmente que, em última instância, tanto *economia solidária* como *agroecologia*, expressa através de múltiplas formas, todos têm como resultado a formação de posições críticas e reflexivas a respeito dos resultados dos modelos desenvolvimentistas, e como desdobramento, buscam ações socialmente enraizadas e localizadas como alternativas à degradação ambiental e iniquidade social, encontrando nas redes de cooperação e solidariedade uma estrutura amplamente compatível com suas dinâmicas de funcionamento.

Ao destacar as empresas sob o controle dos trabalhadores, os mesmos responsáveis pelos demais processos de produção, circulação, distribuição e consumo, se conciliam as necessidades de proteção da qualidade ambiental e de um desenvolvimento social e economicamente justos. Confia-se que encadeamento entre *economia solidária* e *agroecologia* deva contribuir para o desenvolvimento rural e para a equidade social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais minuciosa que uma análise se proponha ser, existe um risco iminente - por se tratar de um processo de investigação - de questões e janelas abertas, algumas brechas, idéias soltas. Talvez, ainda que com ciência do papel e da importância dos métodos de análise, que conferem credibilidade ao empreendimento de pesquisa, tais arestas sejam justamente uma parte importante do processo de levantamento de dados, sistematização e reflexão. Talvez, possíveis espaços abertos sejam também possibilidades e pistas para transformação social efetiva através do registro, do esforço de concentração e crítica. Assim se configura este trabalho.

Contextualizar o modelo de sociedade em que se inserem e se organizam formatos 'alternativos' de produção, de associação, de paradigmas e modos de vida, fez-se necessário para podermos compreender a dimensão da existência uma 'resistência' à imposição do capitalismo como sistema econômico absoluto. A necessidade de contextualização acompanhou esta pesquisa desde a sua formulação. A intenção, portanto, foi de explorar um pouco mais do que há de não econômico nas relações sociais, de não monetário na economia, em expressões sociais que têm uma forte identidade e uma trajetória não somente consolidada como transformadora. Assim, encontramos campo nos processos econômicos existentes entre os atores que conformam o Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia.

Em função da postura engajada, tanto da pesquisadora quanto dos temas de pesquisa, acompanhou a pesquisa um risco constante de exaltação demasiadamente ideológica de processos e estruturas socialmente identificados, como cooperativas, associações e redes. Mas temos claro, é importante sublinhar, que não é a forma (cooperativismo) que define a direção (engajamento ou postura política dos atores sociais), mas a motivação. Assim funciona com grupos, movimentos sociais, expressões e organizações nos mais próximos e mais distantes locais do mundo. As estruturas criam condições, mas a ação se dá a partir da intenção (intencionalidade) e dos objetivos, explícitos ou implícitos. Aqui reside a importância para atentarmos para as relações que motivam os atos, numa perspectiva de transformação social. Uma perspectiva socialmente motivada.

No término desta pesquisa, é visível a necessidade de aprofundar as análises a respeito das cooperativas de consumidores. Isto porque se percebe um papel fundamental

destas organizações dentro da rede, pois se configuram como ‘pontes’, elos entre produtores e consumidores. São estruturas cooperativas (estatutária e reciprocamente) que viabilizam o acesso de produtos com uma qualidade ambiental e socialmente ‘garantidas’ a espaços urbanos, criando circuitos de produção e consumo tanto locais como autônomos, e tão importante quanto, operado localmente, dentro do âmbito de uma rede de cooperação, pelas mesmas pessoas e grupos que produzem e consomem.

Este papel estratégico remete a uma reflexão que surgiu em meio ao processo de pesquisa. A definição ora apresentada e as atuais discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional, em diversos aspectos, articula, por um lado, os paradigmas em que esta pesquisa mergulha (*agroecologia e economia solidária*), e complementarmente, remete a práticas localmente engajadas, no que tange o acesso de alimentos de qualidade, assegurando suficiência alimentar e saúde pública. A novidade estaria numa sintonização de estratégias, no âmbito das políticas públicas e, também, da pesquisa e da ação social.

Em coesão com esta reflexão, ou apontamento da pesquisa, um debate latente hoje permeia as discussões sobre novas tendências de consumo e conformação de mercados e espaços para produtos cultural e ecologicamente enraizados. Frente a uma crise alimentar de alcance planetário, que permeia tanto a distribuição de alimentos quanto a qualidade nutricional, surgem tanto arranjos institucionais através de projetos (tomamos o PAA como exemplo) como mercados específicos, socialmente identificados, formadores de (ou formados por) consumidores se não mais críticos, mais interessados na procedência e rastreabilidade dos produtos da sua cesta de compras. Conformam-se assim, mercados diferenciados para produtos também diferenciados, tanto em âmbito local quanto mundial, não raro identificados, nesta ordem, pelo *comércio justo*. Principalmente a literatura européia contemporânea aponta para a tendência a uma nova dinâmica econômica com base na *qualidade* dos alimentos, que se relaciona a questões ambientais e, minimamente, éticas em relação aos processos sócio-econômicos.

Podemos pensar na fortaleza para o desenvolvimento rural que significam economias que emergem de processos sociais localizados. Sem dúvidas, tais processos sustentam a circulação local de valores econômicos importantes, e isto confere sustentabilidade econômica aos empreendimentos neste sentido. Ainda que abrangente, é uma dimensão, que todavia não dá conta das significações das relações pessoais e das conexões sociais existentes na amplitude das possibilidades de relações não materialmente motivadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto; **Autogestão**. In CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores; 2003. p 20-26.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998.

_____. **Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. 54 p.

_____, NICHOLLS, Clara. **Agroecologia** – Resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. Revista Ciência & Ambiente, no 27, 2003. Disponível em: <www.coralx.ufsm.br> (acesso em março de 2007).

ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda. **As Feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005. 195p.

ARAÚJO, Herton Ellery e SILVA, Frederico Barbosa da. **Economia Solidária: um novo paradigma de política pública?** Notas técnicas IPEA – Mercado de Trabalho. São Paulo, 2005.

ARKEL, Henk van; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto; RAMADA, Camilo; PRIMAVERA, Heloísa (Orgs). Onde está o dinheiro? Pistas para a construção do Movimento Monetário Mosaico. **O revés da moeda: diferentes práticas realizadas**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2002. p. 57-78.

BONNAL, Philippe e MALUF, Renato F. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis (SC), Agosto de 2007. Disponível em: <www.cidts.ufsc.br/articles/Bonnal-Maluf-Coloquio-Floripa.pdf> (acesso em janeiro de 2008).

CAILLÉ, Allain. **O Pensamento Anti-Utilitarista, as Ciências Sociais e a Crítica do Utilitarismo: Um Balanço**. Jornal Iberoamericano do M.A.U.S.S. – Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais. Ano 0 - Edição nº 5 - Edição Bimestral - Março-Abril/2008. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org>> (acesso em março de 2008).

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico**. 2002. Porto Alegre: Emater, RS. Disponível em <www.agroeco.org/brasil/material> (acesso em junho de 2007).

_____. **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. Brasília:MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24p.

CARLOTTO, Ampélio; GALIOTO, Antônio. **O Cooperativismo Rio-Grandense: A história da Cooperativa Santa Clara**. Carlos Barbosa : Pró-Jornal, [1993?]. 125 p.

CARVALHO, Yara Chagas. **Construindo solidariedade no movimento orgânico** (pp 104-117). FRANÇA, Cassio Luiz de (Org.) Comércio Ético e Solidário no Brasil. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert-ILDES, dez 2003. 144p.

CATTANI, Antônio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. 306p.

CENTRO Ecológico (Site institucional). Disponível em <www.centroecologico.org.br> (acesso em novembro de 2007).

CORAGGIO, José Luis. **El trabajo en la perspectiva de la Economía Popular**. In: J.L. Coraggio, Economía Popular Urbana: una nueva perspectiva para el desarrollo local, Programa de Desarrollo Local, Cartilla N° 1, Instituto del Conurbano-UNGS, San Miguel, 1998. Disponível em: <www.coraggioeconomia.org/jlc_public_complet> (acesso em setembro de 2007).

_____. **Economía del Trabajo: una alternativa racional a la incertidumbre**. Trabajo presentado en el panel Fronteras de la Teoría Urbana: CGE, Incertidumbre y Economía Popular, Seminario Internacional sobre Economía y Espacio, organizado por el Centro de Desarrollo y Planificación Regional (Cedeplar), 6-7 Diciembre 2001, en Belo Horizonte, Brasil. Disponível em: <www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos/economiadeltabajoBH3.doc.pdf> (acesso em setembro de 2007).

_____. **La Economía Social como vía para outro Desarrollo Social**. Documento de lanzamiento del debate sobre “Distintas propuestas de Economía Social” en Ubrared – Red de Políticas Sociales, 2002. Disponível em: <www.ubrared.ungs.edu.ar> (acesso em novembro de 2007).

_____. **De la redistribución del ingreso al desarrollo de una Economía Social**. Ponencia presentada en la Comisión 5: .Políticas sociales, laborales y de distribución del ingreso., del Encuentro .Hacia el Plan Fénix. De la crisis actual al crecimiento con equidad., Facultad de Ciências Económicas de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires., 18-19 de abril 2002a. Disponível em: <www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos/planfenix5> (acesso em setembro de 2007).

_____. **Economía do Trabalho**. In CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores; 2003. p 88-96.

_____. **Desarrollo regional, espacio local y economía social**. Versión revisada de la ponencia presentada en el Seminario Internacional “Las regiones del Siglo XXI. Entre la globalización y la democracia local”, organizado por el Instituto Mora, México, 9-10 de junio de 2005. Disponível em: <www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos/regiones> (acesso em setembro de 2007).

_____. **Instituciones, cultura y ética en el desarrollo local**. Comentario presentado en el panel “Experiencias de Desarrollo Local con diferentes énfasis: político institucional, sostenibilidad, cultural en el Seminario Internacional sobre Desarrollo Económico Local”, 25-27 de julio de 2007, en Bogotá D.C., Colombia. Disponível em: <http://www.ungs.edu.ar/Ico/contenidos/downloads/CORAGGIO_Instituciones_cultura_y_etica_en_el_desarrollo_local.pdf> (acesso em setembro de 2007).

_____. Palestra proferida no ‘I Seminário de Economia Solidária: a construção de novos saberes para uma cultura da autogestão’, Campus II da Feevale. Novo Hamburgo, de 21 a 23 de junho de 2007a. Manuscrito.

DALGAARD, Tommy; HUTCHINGS, Nicholas J.; PORTER, John R. **Agroecology, scaling and interdisciplinarity**. Agriculture, Ecosystems and Environment 100 (2003) 39–51.

DIEGUES, Antônio Carlos. Saberes tradicionais e etnoconservação. **Comunidades Tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. Seminário Alternativas de manejo Sustentável de recursos naturais no Vale do Ribeira (1999): coletânea de textos.

Diegues, Antônio Carlos & Viana, Virgílio M. (Orgs). 2 ed. São Paulo: HUCIEC : NUPAUB : CEC, 2004.. p 9-22.

FEE – Fundação de Economia e Estatística (Site institucional) Disponível em <www.fee.tche.br> (acesso em março de 2008).

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho e LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária** – uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 199 p.

_____; _____; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Filippe (orgs). **Ação Pública e Economia Solidária**: Uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRETELL, Afonso Cottera e ROCA, Humberto Ortiz. **Comércio Justo**. In CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores; 2003. p 33-44.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 92 p.

GERHARDT, Cleyton Henrique. **Agricultores familiares, mediadores sociais e meio-ambiente**: A construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas. Porto Alegre, 2002. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

GORZ, André. **Trabalho sem medida**. Entrevista. Revista GlobAL América Latina Número 1 - outubro/novembro 2003. Disponível em: <www.globalproject.info/art> (acesso em março de 2008).

_____. **Uma outra economia se esboça no coração do capitalismo**. Entrevista para IHU Online, edição 93. Publicação Eletrônica da Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1161287544.93pdf.pdf>> (acesso em 2007).

GRANOVETTER, Mark. **Ação Econômica e Estrutura Social**: o problema da Imersão. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4838&Secao=FÓRUM&Volume=6&numero=1&Ano=2007>> (acesso em agosto de 2006).

CASADO, Guzman, MOLINA, Gonzales de; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. (coord) **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997. 5ª ed. 224 p.

HOUAISS – Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, versão 1.0.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Site institucional). Disponível em <www.ibge.gov.br> (acesso em março de 2008).

ICAZA, Ana Mercedes Sarria e TIRIBA, Lia. **Economia Popular**. In CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores; 2003. p 101-109.

LAMBERT, Jaques. **Os Dois Brasis**. Agricultura Brasileira. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1971. 277 p. (127-150)

LOPES PINTO, João Roberto. **Economia Solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006. 196p.

MALUF, Renato S. Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 174p.

MANCE, Euclides André. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro, RJ:DP & A, 2002. 390p.

_____. **Consumo Solidário**. In CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. 306 p. (44-49).

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998. 402p.

MENDRAS, Henri. **Les sociétés paysannes**. Éléments pour une théorie de la paysannerie. Paris, Gallimard, Folio Histoire, 1976.

MINEIRO, Adhemar; ELIAS, Luiz Antônio; BENJAMIN, César (org). **Visões da Crise**. CORENON-RJ, SINDECON-RJ, IERJ. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.

MOCHTANE, Jean Loup. **Economia Social e Economia Solidária: álibi ou alternativa ao neoliberalismo?** Textos Sobre Economia Solidária Volume 2: Incubadora de Empreendimentos da Economia Solidária – IEES UFF – Rede Unitrabalho. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ. 2007. p 111-116. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/textos.htm>> (acesso em março de 2008).

MOLINA, José Luis. **El análisis de redes sociales** – Una introducción. Ediciones Bellaterra. Barcelona, 2001. 123 p.

MUNINET – Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. Disponível em <www.muninet.org.br> (acesso em março de 2008).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1986. 88p.

OTTONE, Ernesto. **XVII Cúpula Ibero-americana**. Entrevista. 11 de novembro de 2007, disponível em: <<http://www.br.terra.com/cupula/cupula.htm>> (acesso em dezembro de 2007).

POCHMANN, Márcio. **O país dos desiguais**. Revista Le monde Diplomatique Brasil, ano 1, número 3 / outubro de 2007.

POLANYI, Karl. **A nossa obsoleta mentalidade mercantil**. Revista trimestral de história das idéias, Porto (Portugal). No 1, 1977a, p 7-20.

_____. **The Livelyhood of Man**. New York: Academic Press, 1977.

_____. **A Grande Transformação** – as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed Campus Ltda, 1980.

PRIMAVERA, Heloisa. **Economia Solidária: o avanço e as mudanças das Redes Sociais de Troca**. IHU - Revista do Instituto Humanitas da Unisinos. Numero 21, agosto de 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8844> (acesso em agosto de 2007).

REDE ECOVIDA (site institucional). Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br>> (acesso em 05 de novembro de 2006).

REDE Ecovida de Agroecologia. **Caderno de Formação 01**. Uma identidade que se constrói em Rede. ARL, Valdemar (org). Lapa/PR, 2007.

RILESS - Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria. Disponível em: <www.riless.org> (acesso em 03 de novembro de 2006).

- SABOURIN, Eric. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas.** Aracaju, Sergipe: XI Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais. 2003.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **A perspectiva sociológica em agroecologia.** Artigo. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, Volume 3, No 1, (jan. /mar. 2002) 18-27.
- SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999. 139p.
- _____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. **Atividade solidária se profissionalizou.** Entrevista. Boletim do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, número 40, segunda quinzena de julho de 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/boletins/40_jul2007.html> (acesso em setembro / 2007).
- _____. **Economia Solidária 1.** Revista Le monde Diplomatique Brasil, ano 1, número 9, abril de 2008.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Evolução social e econômica do Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2006. 92p.
- SONNINO, Roberta e MARSDEN, Terry. **Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe.** Journal of Economic Geography, number 6. August, 2005.
- TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Movimentos Populares – e uma vez mais, o trabalho como princípio educativo.** Contexto e Educação, núm.54, Ijuí, Injui, Brasil, 1999.
- UIEDA, Gabriela. **Produção e comercialização de produtos em um modelo de Economia Solidária – dois estudos de caso em Porto Alegre.** Porto Alegre, 2007. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG: 1996.
- WAUTIER, Anne Marie. **Economia social na França.** In CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores; 2003. p109-116.
- WILKINSON, John. **Fair Trade, the social movement and the political consumer: a European perspective.** Paper preparado para o Workshop: Transnational Advocacy Networks: Case Studies from Europe and the US, University of Washington, April 27, 2007.
- _____. **Sociologia econômica e funcionamento dos mercados: Inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil.** Publicado na revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v.23, n.2, p.805-25, 2002.
- WWF Brasil. **Questões ambientais: o que é biodiversidade?** Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/informacoes>> (acesso em 23 de janeiro de 2008)

APÊNDICE A - A cronologia da resistência (ou) Principais fatos relacionados ao movimentos ambientalista e cooperativista

Ano	Década de 30		
	Mundo	Brasil	Rio Grande do Sul
1920 - 1930	Crise econômica decorrente da grande depressão norte-americana com a quebra da Bolsa de Nova York		
1930 - 1956	Período de intensificação da industrialização no Brasil		
1931 - 1963	Publicação de 14 Decretos Lei relacionados ao Cooperativismo		
1932	Primeira legislação oficial cooperativista, Decreto 22 239/32, que regeu até 1966. Inspirado no modelo de Rochdale. Maior intensividade de intervenção estatal.		
1933 - 1938	O Artigo 2 do Decreto 22 239/32 define as Cooperativas como sociedades de pessoas e não de capital. Se distinguem juridicamente das demais formas de associação, assumindo os princípios <i>rochdaleanos</i> de gestão democrática: livre adesão, retorno dos excedentes em proporção às operações realizadas, interesse limitado ao capital, um voto por membro, entre outros.		
	Os Estados Unidos fazem o 'ajuste agrícola', que significa o controle da produção ofertada, a garantia de preços ao produtor e a implantação de programas para acesso aos alimentos (consumo interno)		
1935	A expressão 'segurança alimentar' começa a ser utilizada nos Estados Unidos		
1939	Decreto Lei Nº 581, no qual o Estado do Rio Grande do Sul estrutura a Seção de Organização Estadual da Produção (SOEP). São criadas 8 inspetorias no interior, sendo uma com sede em Caxias do Sul e outra em Bento Gonçalves.		
Ano	Década de 40		
	Mundo	Brasil	Rio Grande do Sul
1939 - 1945	Período da II Guerra Mundial		
1945	Explosão da primeira bomba de Hidrogênio, Deserto de Los Álamos, Novo México, EUA.		
	Golpe Militar que depõe Getúlio Vargas. Ditadura do Estado Novo, de Eurico Gaspar Dutra. Impulso ao processo de modernização do país e aumento significativo das exportações agrícolas brasileiras.		
1946	Abertura da primeira agência de crédito cooperativo em Porto Alegre		
	A Aliança Cooperativa Internacional, entidade fundada em 1895 que pretende as cooperativas dos 5 continentes, foi uma das primeiras organizações não governamentais a ter uma cadeira no Conselho da ONU - Organização das Nações Unidas		
1948	Criação da International Union for the Conservation of Nature – IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza)		
Ano	Década de 50		
	Mundo	Brasil	Rio Grande do Sul
1951	As preocupações ambientais limitavam-se a aspectos como saneamento, fornecimento de água, conservação do patrimônio natural e resolução de problemas relacionados a secas e enchentes.		

	Transformação da Caixa Central de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo, para financiar a criação de novas cooperativas. Banco subordinado ao Ministério da Agricultura, o que assegura ao governo o controle financeiro das cooperativas. Os recursos deste banco estiveram sempre e preferencialmente destinados às cooperativas agropecuárias e muito pouco em função dos outros segmentos cooperativos.		
	Fundação da União Protetora da Natureza por Henrique Roessler, umas das primeiras entidades voltadas para a questão ambiental no Rio Grande do Sul		
1955	Simpósio sobre Man's role in changing the face of the Earth, em Princetown, EUA (O papel do homem na mudança da face da Terra). Conferência dos países não alinhados, em Bandung (com a assistência de Chu-En-Lai, Ho-Chi-Mihn, Nasser, Neheru, Sukarno, entre outros).		
Ano	Década de 60		
	Mundo	Brasil	Rio Grande do Sul
	Publicação de livros que causaram impacto na sociedade civil: R. Carson (1963) Silent Spring, demonstrando o efeito dos pesticidas em ecossistemas naturais e conseqüente desaparecimento de espécies, K. Boulding (1966) The Economics of the Coming Spaceship Earth, P. Ehrlich (1968) The Population Bomb, demonstrando a inviabilidade da civilização moderna devido ao crescimento exponencial da população humana.		
	Difusão, pelos estados unidos, do consumo rotineiro de trigo e derivados		
1963	Fundação a Organização das Cooperativas da América – OCA, articulação do continente americano que apóia o diálogo internacional entre cooperativas, com sede em Bogotá, Colômbia.		
1964	Novo Golpe de Estado, instauração do regime militar no Brasil. A indústria e a economia nacional, em números absolutos, elevaram-se. Incentivos governamentais estimularam a exportação de manufaturas e financiam o aumento do consumo da classe média brasileira. Promulgação de 6 leis e 11 decretos referentes às organizações cooperativas. Criação do cooperativismo de habitação, vinculado ao Banco Nacional da Habitação; Permissão para a criação das cooperativas integrais de Reforma Agrária; as cooperativas de crédito tem de se submeter, nas questões normativas, ao Conselho Monetário Nacional, e nas questões fiscais, ao Banco Central do Brasil; se institucionalizou o crédito rural para as cooperativas agropecuárias; se criou legislação especial para as cooperativas médicas.		
1965	Registro de crise alimentar nos Estados Unidos		
Ano	Década de 70		
	Mundo	Brasil	Rio Grande do Sul
	O governo de Geisel assina acordo nuclear com a Alemanha		
1969 - 1973	Período chamado Milagre Econômico: uma fase de rápido crescimento econômico e aumento do PIB, em que a indústria empregou amplamente mão de obra não qualificada para a indústria. A indústria absorveu grande parte da população rural que não tinha mais condições de trabalhar no campo em função das monoculturas mecanizadas e monopolizadas		

1971	<p>Publicação do I Informe de Meadows, <i>The Limits of the Growth</i>, produzido pelos técnicos do MIT – Massachusetts Institute of Technology e encomendado pelo Clube de Roma. Criação do Programa Man and Biosphere (MaB) da Unesco (Homem e Biosfera)</p>
	<p>Movimento de integração produtiva, no qual tanto o Nordeste quanto o Sul do país receberam uma nova onda de indústrias através de frações do capital industrial, e como resultado a indústria começa a se descentralizar. É nesta década que se introduz a cultura da soja como produto ‘potência’ para a economia de exportação. Lei No 5 764: Lei de Cooperativas que rege até hoje, somente acrescida por alterações constantes na Lei 7 231 de 1984. Apresenta três das principais características das Cooperativas: a natureza civil deste tipo de associação, a associação de pessoas e a administração própria.</p>
	<p>Fundação da AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (em que trabalhavam ativistas expoentes como José Lutzenberger e Augusto Cezar Carneiro). Início da campanha contra os agrotóxicos no RS, a partir da publicação de um artigo na Folha da Tarde. Criação do primeiro curso de pós-graduação em Ecologia do país na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeira reivindicação por uma área natural protegida, nas ilhas do Delta do Jacuí, Rio Grande do Sul, por iniciativa de Lutzenberger.</p>
1972	<p>Conferência das Nações Unidas sobre O Meio Humano, em Estocolmo, Suécia. Criação do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA). Criação da IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movement, que inicialmente dedicou-se à troca de informações.</p>
	<p>Após a Conferência de Estocolmo o governo Brasileiro declara que o país não se importaria de pagar o preço da degradação ambiental desde que o resultado fosse o aumento do Produto Nacional Bruto, chegando a anunciar cartazes dizendo “Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento” (DIAS, 2003).</p>
1973	<p>Primeiras manifestações ambientais de rua, em São Paulo</p>
	<p>Primeira “crise energética”</p>
	<p>Fechamento da Indústria de Celulose Borregaard na Grande Porto Alegre, após uma intensa campanha que uniu técnicos do governo, ativistas ambientais, entidades profissionais, políticos e a imprensa. A Assembléia Legislativa Estadual abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Associação Médica do Rio Grande do Sul fez um levantamento de uma série de doenças e sintomas observados na população provocados pela poluição do ar emitida pela Indústria. Foi recomendado o aperfeiçoamento dos controles ambientais, a nacionalização do capital da empresa e a reformulação das políticas de reflorestamento no Rio Grande do Sul. AGAPAN divulga um manifesto contra as experiências nucleares francesas. Criação da SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente (uma pasta do Ministério do Interior), o primeiro organismo Brasileiro responsável por uma gestão integrada do meio nacional.</p>
1974	<p>Lançamento de campanha para a proteção das ilhas do Delta do Jacuí, até então usadas como depósito de lixo da cidade, mobilizada pela ADFG.</p>

	65 países formulam os princípios básicos para um programa de Educação Ambiental em Belgrado no “The Belgrado Workshop on Enviromental Education” promovido pela UNESCO.		
1975	Se desenvolveram cooperativas produtoras de grãos para servir às políticas de exportação do governo. O Estado as mantém financeiramente dependentes de seus mecanismos financeiros e de assistência técnica, criando assim uma série de obstáculos à sua autonomia.		
	I Encontro Comunitário Nacional pela Proteção da Natureza reunindo mais de 500 pessoas de todo o país em Porto Alegre.		
1976	Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HABITAT-I), em Vancouver, Canadá.		
	Criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM), a primeira do gênero. Mortandade de peixes na Ponta do Hermenegildo, sul do Rio Grande do Sul.		
1977	“I Conferência Intergovenamental sobre Educação Ambiental”, organizada pelo UNESCO em colaboração com o PNUMA. Tibilisi, Geórgia		
1978	Fundação do Grameen Bank, em Bangladesh - uma das experiências de micro-crédito mais bem sucedidas do mundo		
	Segunda “crise energética”		
1979	Retorno dos exilados políticos da ditadura, cujas vivências trazem novas idéias-força de resistência para o Brasil.		
	As exportações de produtos industrializados e semi-industrializados superaram as exportações de produtos agrícolas e outras matérias-primas		
Ano	Década de 80		
	Mundo	Brasil	Rio Grande do Sul
1980	No Brasil esta década é conhecida como a Década Perdida: Aumento do endividamento externo, baixa produção e consumo locais, aumento de desigualdades sociais, continuação de padrões de acúmulo desigual de renda, Aumento a dívida externa brasileira.		
	Publicação do documento “Uma estratégia mundial para a conservação” pelo PNUMA, reafirmando uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo países industrializados.		
	Formam-se algumas cooperativas importantes como a indústria Wallig de fogões em Porto Alegre, a Cooperminas, (explora mina de carvão falida em Criciúma - Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores em Recife e em São José dos Campos, que se identificam como economia solidária		
	O crescimento do desemprego e da pobreza na Europa estimulou o surgimento de novas empresas sociais, favorecendo o nascimento de uma nova forma de economia social: a economia solidária. Na Itália essas novas empresas se fortaleceram com a existência das cooperativas de solidariedade social.		

	Reorientação da produção agrícola para ampliar a competitividade dos produtos estadunidenses (no mercado interno e externo)
	Movimentos sociais brasileiros começam a pautar a questão do acesso aos alimentos
	Período de transição dos modelos de desenvolvimento agrícola e rural no Brasil
1980 - 1999	Barateamento do petróleo e das matérias primas em geral. Decaem as publicações sobre o manejo de energia e materiais na civilização industrial, e aumenta a literatura sobre instrumentos econômicos para a gestão de resíduos e valoração de externalidades, a fim de incluir temas ambientais na racionalidade econômica normal.
1981	Sancionada a Lei nº 6939 pelo então presidente João Figueiredo, dispondo sobre a política nacional do meio ambiente.
1982	Fundação da rede internacional de ação contra o abuso dos pesticidas – Pesticide Action Network (PAN) em Penang, Malásia, com participação da Associação Feminina Democrática Gaúcha (ADFG) na luta contra a importação de produtos tóxicos.
	O Banco Nacional de Crédito Cooperativo inicia um período de crise interna e desestruturação, comprometendo seu funcionamento.
1983	Aprovação da Lei Estadual dos Agrotóxicos no Rio Grande do Sul
1984	Decreto Presidencial Nº 90 303: criação da Secretaria Nacional de Cooperativismo (Senacoop), uma das 4 secretarias diretamente dependentes do Ministério da Agricultura. Suas atribuições: Coordenar com maior autonomia, com uma política única e definida, o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro, em estreito diálogo com a OCB; detectar sistematicamente os problemas e destinar recursos a fim de superá-los, privilegiando a conscientização e educação cooperativistas; e capacitar os agentes das cooperativas, em todos os níveis, á gestão descentralizada. Também neste ano o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), instancia máxima do cooperativismo no que tange à interpretação e regulamentação da Lei cooperativista, sofre uma modificação que tende a diminuir a hegemonia do governo na sua gestão. Antes integrada por 8 membros, dos quais 5 representantes do Governo e 3 da OCB, se introduz a representação paritária, ampliando para 14 membros.
1986	Criação da Cooperativa Ecológica Coolméia em Porto Alegre, modelo para diversas cooperativas e organizações ecologistas
1985	Projeto Vacaria, em uma área situada no atual município de Ipê, com o objetivo inicial de demonstrar a viabilidade técnica e econômica da Agricultura Ecológica.
1985	Comemoração do 10º aniversário do Programa Internacional de Educação Ambiental da Unesco-Unep, cujos resultados demonstram a inclusão oficial da Educação Ambiental nos planos legislativos, políticos e educacionais de mais de 40 países.
1987	Publicação do Informe de Brutland da Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento: Our Common Future I (Nosso Futuro Comum).
	O Plenário do Conselho Federal de Educação (MEC) aprova um parecer considerando necessária a inclusão da Educação Ambiental nos currículos do ensino fundamental e médio.

1988	A IFOAM começa a desenvolver atividade de lobby com organizações de comércio e agricultura, inclusive com a Via Campesina. Em meados de 80 iniciavam as discussões sobre mecanismos para atendimento a grupos de pequenos agricultores. Neste ano aconteceu a I Conferência da IFOAM em Burkina Fasso.		
	Aprovada a Constituição Federal, primeira Constituição a ter um capítulo sobre meio ambiente, colocando a preservação não só como uma responsabilidade do governo mas também da sociedade		
1989	Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo como atributo coordenar e executar a política nacional de meio ambiente		
1989	Finda a Guerra Fria		
Ano	Década de 90		
	Mundo	Brasil	Rio Grande do Sul
	ONU declara este ano como o Ano Internacional do Meio Ambiente		
1990	Aprovação do Código Nacional de Defesa do Consumidor pela lei nº 8078. São colocados como direitos básicos do consumidor: a proteção da vida; saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços; a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva.		
	Percebe-se uma gradual retirada do Estado nos processos econômicos: neoliberalismo econômico, sistema no qual ‘o mercado’ tem a ‘liberdade’ de se auto-regular sem intervenção estatal.		
	Extinção do Banco de Crédito Cooperativo por decreto governamental		
1991	O Projeto Vacaria passa a se denominar Centro de Agricultura Ecológica Ipê - CAE – Ipê. O trabalho se volta mais ao acompanhamento das unidades de experimentação agroecológica.		
1991	Publicação do Livro Verde sobre o meio ambiente urbano da Comissão Européia		
1993	Criação da Federação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) originada do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde, no Rio Grande do Sul.		
	Publicação do Livro Branco: Crescimento, produtividade e emprego, da União Européia. Criação do projeto Cidades Européias Sustentáveis.		
	Conferência da IFOAM em São Paulo, puxada pela AAO (Associação de Agricultura Orgânica).		
1994	Agendas de Desenvolvimento Local (Agenda 21)		
	O CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente apresenta uma resolução com diretrizes para a EA no país, a SEMA apresenta proposta de EA para os órgãos ambientais dos estados.		
1995	A Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas recomenda que diretrizes para a proteção do consumidor sejam ampliadas para compor preceitos da produção e consumo sustentáveis e define a publicação da emenda das Diretrizes de Proteção ao Consumidor das Nações Unidas. Mesa Redonda sobre Produção e Consumo Sustentáveis, realizada em Oslo.		

	<p>Seminário “Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil”, promovido pela Fundação Francisco. O encontro demonstrou que mesmo entre os ativistas não havia um consenso sobre o movimento e que apesar de haver uma grande diversidade de ONGs e capacidade de mobilização, não havia articulação entre os grupos, além destes terem uma inserção na sociedade muito pequena.</p>
	<p>Criação do Comitê Nacional de Produtos Orgânicos</p>
	<p>Criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural no Ministério da Agricultura, como resultado, também, da pressão do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.</p>
1996	<p>Implementação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Rural.</p>
	<p>Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em Istambul, Turquia</p>
1997	<p>A Coordenação de EA do MEC cria o Banco de Dados de Projetos e Atividades de EA reunindo mais de 1200 experiências nacionais. A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 é criada por decreto presidencial e 2868 pessoas participam da 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental em Brasília. Ainda em 1997 aconteceram na cidade de Guarapari (Espírito Santo) o IV Fórum de Educação Ambiental e o I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental.</p>
	<p>Centro de Agricultura Ecológica Ipê passa a se denominar Centro Ecológico Ipê. O foco do trabalho se amplia para além da produção ecológica, partindo para a ecologização da propriedade como um todo, do indivíduo que nela trabalha e das relações sociais</p>
1998	<p>Criação do Banco Palmas (banco popular do Conjunto Palmeira), em Fortaleza, CE. Este banco trabalha com microcrédito e emissão de moeda social local, as palmas, além de fomentar e financiar iniciativas para geração de renda local e desenvolvimento social da comunidade do conjunto habitacional.</p>
	<p>Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Kioto, Japão</p>
1999	<p>O PRONAF é repassado para o Ministério da Reforma Agrária.</p>
	<p>I Seminário Estadual sobre Agroecologia, com 82 participantes</p>
	<p>O Centro Ecológico começa a se envolver também na formação de Cooperativas de Consumidores de Produtos Ecológicos</p>
	<p>Na perspectiva associativa, caminha um movimento para denunciar a incapacidade das forças de mercado, não somente dos produtores, mas também dos consumidores, visando o bem estar. Ao modelo da economia mundial se opõe os desafios ecológicos mundiais e as novas 'fraturas' sociais e identitárias. A universalidade dos valores econômicos tem forte oposição e neste ano acontece em Seattle, nos EUA, a primeira manifestação de âmbito mundial que assinala o início de um movimento de oposição identificado como 'altermundista'.</p>

A aprovação da Lei 9.795/99 que define a Política Nacional de Educação, sendo a Diretoria de Educação Ambiental o órgão responsável por estimular a ampliação e o aprofundamento da educação ambiental em todos os municípios e setores do país. Publicação da Instrução Normativa 007 do Ministério da Agricultura, institui instrumentos sociais de regulação à produção orgânica vegetal e animal, dispõe sobre a liberdade de certificação, pelas certificadoras, pelo processo mais adequado às características regionais dos espaços em atuam desde que de acordo com as exigências legais.			
Criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Rio Grande do Sul, após uma série de debates sobre suas atribuições, dos quais participaram o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), a Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), as universidades gaúchas e entidades empresariais como a FARSUL e FIERGS.			
Ano	A partir de 2000		
	Mundo	Brasil	Rio Grande do Sul
2000	I Seminário Internacional sobre Agroecologia, II Seminário Estadual sobre Agroecologia, II Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia, com 1.080 participantes em		
	A ONG internacional GAP – Global Action Plan for the Earth organiza e reúne 8 mil equipes de moradores Europeus e 3 mil equipes de norte americanos, para discutirem formas de reduzir o uso da água, de energia e adquirir produtos “verdes”.		
	2º Encontro Ampliado da Rede Ecovida		
	Seminário Internacional sobre Mercado Justo e Produção Orgânica, em São Paulo		
2001	II Seminário Internacional sobre Agroecologia, III Seminário Estadual sobre Agroecologia, III Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia, com 2.320 participantes		
2001	Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, RS. Discussão de pautas mundiais a respeito dos modelos de desenvolvimento, direitos humanos, meio ambiente, redistribuição da riqueza mundial. As discussões são ampliadas e aprofundadas em janeiro de 2002, 2003 e 2005 com as edições do II, III e V Fórum Social Mundial. Em 2003, o Acampamento Intercontinental da Juventude (com ocupação de 26 mil habitantes) passa a se chamar “Cidade das Cidades”, e se consolida como um espaço de práticas do Fórum Social Mundial. Alimentação orgânica e proveniente da agricultura familiar, gestão de resíduos, implantação de uma moeda social local foram algumas ações desenvolvidas, e incorporadas pelas edições seguintes do FSM pelo mundo.		
	Criação do O Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I Fórum Social Mundial		
	3º Encontro Ampliado da Rede Ecovida em Francisco Beltrão, PR		
2002	Realizada a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, tendo como objetivo inicial ser um espaço e discussão e avaliação dos 10 anos que se passaram desde a ECO-92. Retirada da sociedade civil das atividades oficiais no dia 4 de setembro declarando seu desacordo e insatisfação pelo rumo tomado nos debates.		
	Criação do GAO – Grupo de Agricultura Orgânica		
I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), no Rio de Janeiro, com cerca de 1200 participantes (dentre agricultores familiares, extrativistas, pesquisadores de instituições públicas e universidades, extensionistas, professores de escolas agrícolas,			

	representantes de organismos governamentais nos níveis municipal, estadual e federal, técnicos de ONGs)
	14º Congresso Mundial da IFOAM: Avaliação da sustentabilidade da produção orgânica, no Paraná
	III Seminário Internacional sobre Agroecologia, IV Seminário Estadual sobre Agroecologia, IV Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia, com 3.087 participantes
2002 - 2004	Aumento no consumo de carne e lácteos (alto valor protéico) por populações pobres de países em desenvolvimento, entre eles Brasil, China e Índia
	IV Seminário Internacional sobre Agroecologia, V Seminário Estadual sobre Agroecologia, conjuntamente com o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, com 3.366 participantes
2003	No Fórum Social Mundial, o governo federal anuncia o compromisso de criar a Secretaria Nacional da Economia Solidária sob a direção do professor Paul Singer. Nesta ocasião, a II Plenária Nacional de Economia Solidária decide mobilizar as bases estaduais com os Fóruns e articulações estaduais, debatendo a sua Carta de Princípios, sua plataforma de lutas, seu caráter e composição. 18 estados brasileiros realizaram plenárias preparatórias
	I Congresso Brasileiro de Agroecologia, IV Seminário Internacional sobre Agroecologia e V Seminário Estadual sobre Agroecologia, em Porto Alegre. Reuniu cerca de 3300 participantes, brasileiros em sua maioria, e congressistas de 12 países
	Encaminhamento de texto para o Projeto Lei nº 14, que garante estruturação de mercado orgânico, e reconhece possibilidade de reconhecimento de vários tipos de certificação.
	V Fórum Nacional de Educação Ambiental, em Goiânia
2004	I Congresso Brasileiro de Agroecologia, IV Seminário Internacional sobre Agroecologia e V Seminário Estadual sobre Agroecologia, debatendo o tema “Conquistando A Soberania Alimentar”, em Porto Alegre.
	I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária, em Brasília, que reuniu 2.500 representantes de todos os estados brasileiros, e foram criados Fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais
	II Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário Internacional de Agroecologia, VI Seminário Estadual de Agroecologia, na PUC em Porto Alegre. Cerca de 3700 participantes
2004 - 2006	Ocorreram perdas significativas na produção mundial de cereais devido a fenômenos climáticos, diminuindo as reservas mundiais de cereais em um momento de crescimento do consumo
2005	5º Encontro Ampliado da Rede Ecovida em Praia Grande, SC
	III Congresso Brasileiro de Agroecologia, III Seminário Estadual de Agroecologia, na Universidade Federal de Santa Catarina
	15º Congresso Mundial da IFOAM: Caracterização da agricultura orgânica, no Paraná
2006	VII Seminário Internacional sobre Agroecologia e VIII Seminário Estadual sobre Agroecologia, em Porto Alegre, com cerca de 1.250 participantes inscritos
	IV Congresso Brasileiro de Agroecologia em Belo Horizonte, MG
	I Conferência Nacional de Economia Solidária em Brasília. A partir desta

	Conferência, foi instalado o Conselho Nacional de Economia Solidária. Na composição do Conselho, 1/3 é composto pelo governo e 2/3 por empreendimentos e representação de empresas e empreendimentos e organizações da Sociedade Civil e Serviços Sociais
	II Encontro Nacional de Agroecologia no Campus da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife
	VIII Seminário Internacional sobre Agroecologia, IX Seminário Estadual sobre Agroecologia, Porto Alegre
2007	6º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia e I Acampamento da Juventude Ecologista do Sul do Brasil, na Lapa, PR. Participaram cerca de 1200 agricultores
	XIII Encontro Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor - ENEDEC, com o tema "Alimentos orgânicos e consumo consciente"
	Em função das incertezas econômicas, os fundos de commodities agrícolas e não agrícolas se tornam um 'refugio rentável' para investidores

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista: Entidade de Assessoria

1) Dados Gerais

Nome da Entidade: _____

Contato: _____

Município: _____ Data: ____/____/ 2007

Localidade: _____

Responsável: _____

Entrevistado: _____

Função na organização: _____

2) Qual a função da Entidade na Rede Ecovida

3) Tempo de envolvimento com a agroecologia. E com a Rede EcoVida.

4) Como se deu o envolvimento (motivações, contexto)

5) Histórico do processo da Entidade com a Rede EcoVida

6) Forma de organização e gestão da Rede

7) Como se relaciona com os produtores e consumidores do Núcleo Litoral Solidário? E com os outros Núcleos da Rede (Nível estadual e interestadual)

8) Quem são os parceiros da Entidade?

9) Quais as dificuldades encontradas? E as facilidades, fatores motivadores?

10) Quais as perspectivas de desenvolvimento da Rede? Busca expansão? Em que sentido?

11) Percebe uma melhoria na qualidade de vida dos produtores e consumidores envolvidos? Como?

12) Como a entidade se relaciona com o mercado convencional?

13. O que entende como desenvolvimento?

14. O que entende por agroecologia?

15. O que entende por rede?

16. O que entende por economia solidária?

17. Quem são os técnicos? De onde vêm? Qual sua formação? Como eles / elas trabalham? Qual o envolvimento deles e delas com a Entidade? E com a Rede EcoVida?

18. Vocês trabalham com ‘prospecção de mercado’? Em que sentido?
19. Tem contato ou intenção de comercializar nos mercados de *fair trade*? Onde? O que? Como e o que está sendo pensado / comercializado? Quais as organizações envolvidas?
20. A Entidade faz atividades de formação? Em que assuntos? Para quem? Como funciona? Onde?
21. Vocês produzem algum material informativo? Quais? Como e onde veicula?
22. Recebem verba de governos? Como se relacionam com os poderes públicos?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista: Grupos de Agricultores

1. Dados Gerais

Nome do/a entrevistado/a _____
 Grupo (Cooperativa ou Associação): _____
 Contato: _____
 Município: _____ Data: ____/____/____
 Localidade: _____
 É desta cidade? Sempre morou aqui? Se não, de onde?
 Qual sua escolaridade (no ensino formal)?
 Quando começou a trabalhar com agricultura?

3. Parentesco

Numero de membros da família:
 Filhos, quantos? estudam?
 Grau de parentesco
 Que moram juntos
 Que moram fora
 Sua família (irmãos, primos, tios) mora aqui também?
 Vocês mantêm relações próximas?
 O local de produção é na sua propriedade?
 Você herdou a propriedade?
 Se não, onde é? Como faz?
 Alguém mais planta em sua propriedade? Quem, o que, como? (qual a relação)

4. Produção

O que produz? Tudo agroecológico? (a partir desses dados agrupar por diferentes sistemas de produção)
 Quem trabalha junto? Em quais funções?
 Beneficia produtos? Quais? Onde, agroindústria? Como funciona?
 Sempre produziu agroecológico? O que e como produzia antes? Como foi a transição?
 Porque decidiu fazer a transição para agricultura ecológica?
 Qual a importância pra você de produzir desta forma?

5. Comercialização

O que comercializa?
 Onde comercializa? (todos os espaços são vinculados com a Rede EcoVida? Pedir uma descrição dos locais – Feiras e Cooperativas)
 Como é feito o transporte dos produtos para a venda? E dos teus vizinhos? E dos outros grupos / famílias que participam da Rede?
 Como é a forma de venda? Quem e como se envolve?
 Em quais espaços há mais venda? A que você atribui isso?
 Você trabalha com nota de produtor? Em todos esses espaços?
 Tem ‘selo’ da ANVISA?
 E o Selo da EcoVida, você tem? Quais produtos? Porquê?
 Participa de eventos ou feiras esporádicas? Quais? Onde são? Como faz?

Recebe aposentadoria? Quantos do grupo familiar? O grupo familiar vive só disso? (caso negativo) Recebe ajuda financeira de fora (filhos, irmãos...) Como e qual é a participação da família?

6. Consumo

Quem compra nesses espaços? De onde são os consumidores?

O produto agroecológico é mais caro que o convencional? Na sua opinião, ele deve ser mais caro? Porquê?

Você consome produtos da feira e da cooperativa? De que forma? (compra, troca...)

Quais os outros locais onde vocês costumam comprar (alimentos)

7. Grupos

Como e quando você começou a se relacionar com a Rede EcoVida?

O que você faz na Rede?

Quais os espaços de reuniões e encontros?

Você participa do processo de certificação participativa?

Você faria uma avaliação de ‘antes e depois’ de começar a trabalhar com a Rede EcoVida?

Como por exemplo, o que ficou melhor e / ou pior, o que ficou a mesma coisa... pontos positivos e negativos

Com quem você mantém contato constante? (consumidores, outros produtores, cooperativas, grupos de assessorias, técnicos) apontar quem faz parte da rede EcoVida

Participa de outros grupos? Quais? O que faz nesses grupos? Quais são os espaços dos encontros?

Costuma participar de cursos e palestras? E sua família? Recebe algo para participar?

Quais os temas que mais interessam?

Vota?

8. Representações

O que entende como desenvolvimento?

O que entende como agroecologia?

E como Rede?

E como Economia Solidária?

Para você ter autonomia é importante?

Você se considera “livre”?

Qual o papel das Entidades de Assessoria?

Quais são as festas da comunidade? Em quais você participa?

O que vc teria para propor, pautar, sugerir, opinar em relação às políticas públicas (sobre comercialização, sobre agroecologia, sobre formação de grupos)

9. Comunicação / Fontes de informação

Você vê TV? Quais canais?

Você lê jornal? Quais? E revistas? Onde, quais? Tem jornal da comunidade, que circule no sindicato, nas cooperativas, nos lugares aonde você vai?

Você ouve rádio? Qual, de onde é? Tem rádio comunitária?

ANEXO A – Dados gerais dos municípios pesquisados

Município	Área		Habitantes			Distância da Capital	Estabelecimentos agropecuários		Data de criação	Município de Origem
	Total - Km2	Matas e Florestas - ha.	Total	Urbano %	Rural %	Km	Un.	Ha.		
Morrinhos do Sul	165	2587	3.241	80,19	19,81	145,37	924	19.836	1992	Torres
Mampituba	158	542	2.926	5,92	94,8	154,89	744	5790	1997	Torres
Três Cachoeiras	250	32.831	10.390	49,68	50,32	141,38	993	167.786	1988	Torres
Dom Pedro de Alcântara	78	477	2.728	26,59	73,41	152,27	562	25.576	1995	Torres
Torres	162	346	32.358	89,24	10,76	164,52	397	8.300	1978	Osório
Osório	663	1.743	39.290	84,87	15,13	104	771	23.833	1857	Santo Antônio da Patrulha

Fonte: Elaboração da Autora, 2007. (Base dos dados: IBGE, FEE e Muninet, 2008)

ANEXO B – Dados da produção agrícola municipal

Município	Cultivos, por hectares plantados				
	Banana	Arroz	Feijão	Milho	Amendoim
Morrinhos do Sul	2.300	1.460	146	120	...
Mampituba	2.200	888	165	324	5
Três Cachoeiras	3.100	513	130	180	5
Dom Pedro de Alcântara	550	275	8	...	70
Torres	647	3.500	80	150	5
Osório	100

Fonte: Elaboração da Autora, 2007 (Base de dados: IBGE, referentes ao ano de 2006)

ANEXO C – Produção

Fotografia: Julia Coelho. Propriedade Sr. Valdeci e Dna. Velma, APELCAM, Morrinhos do Sul, 2007.



Fotografia: Julia Coelho. Estufas para cultivo de tomates, Dom Pedro de Alcântara, 2007.



Fotografia: Julia Coelho. Propriedade Sra. Vanilda e Sr. Gildo, ACERT Três Passos, Morrinhos do Sul, 2007

ANEXO D – Distribuição



Fotografia: Julia Coelho. COOPET, Três Cachoeiras, 2007



Embalagem utilizada pelo grupo GESA, para comercialização na Rede Zaffari de Supermercados



Rótulo de doce de banana processado pela Econativa, para distribuição na merenda escolar no Estado de Santa Catarina, através do PAA

ANEXO E – Consumo



Fotografia: Julia Coelho. Contato,
Feira Ecológica Lagoa da Viola, Torres, 2007



Fotografia: Julia Coelho. Promoção. EcoTorres,
Torres, 2007



Fotografia: Julia Coelho. Vantagens.
COOPET, Três Cachoeiras, 2007

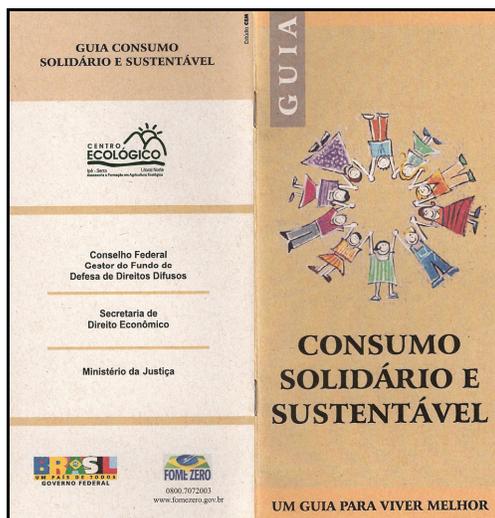
ANEXO F – Mediações



Fotografia: ACEVAM. 6º Encontro Ampliado da Rede Ecovida, Lapa, Paraná, 2007



Fotografia: Julia Coelho. Agregação de valor, Torres, 2007



Material produzido pelo Centro Ecológico, em fomento ao consumo sustentável.

ANEXO G – Identidades



Fotografia: Julia Coelho. Identidade da unidade familiar. Torres, 2007



Fotografia: Julia Coelho. Identidade do grupo, Mampituba, 2007



Identidade coletiva. Selo de Certificação Participativa

ANEXO H – O Local



Fotografia: Julia Coelho. Morrinhos do Sul, 2007

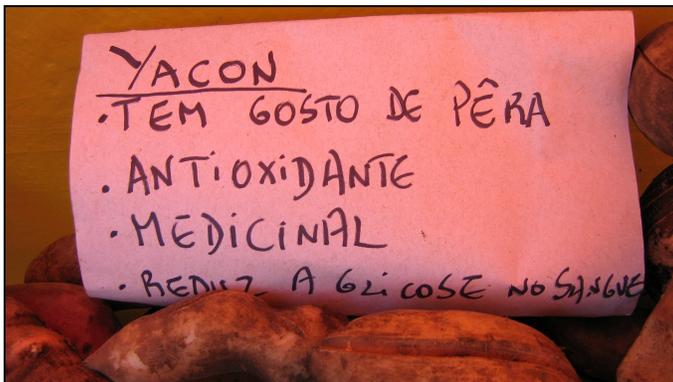


Fotografia: Julia Coelho, Mampituba, 2007



Fotografia: Julia Coelho. Estrada RS 494, entre Morrinhos e Mampituba, 2007.

ANEXO I – Biodiversidade



Fotografia: Julia Coelho. Feira Ecológica Lagoa do Violão, Torres, 2007



Fotografia: Julia Coelho. Frisalis, Grupo Rio Bonito, Morrinhos do Sul, 2007

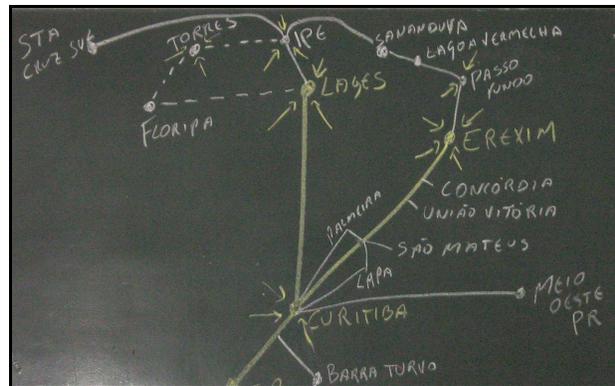


Fotografia: Julia Coelho. 6º Encontro Ampliado da Rede Ecovida, Lapa, Paraná, 2007

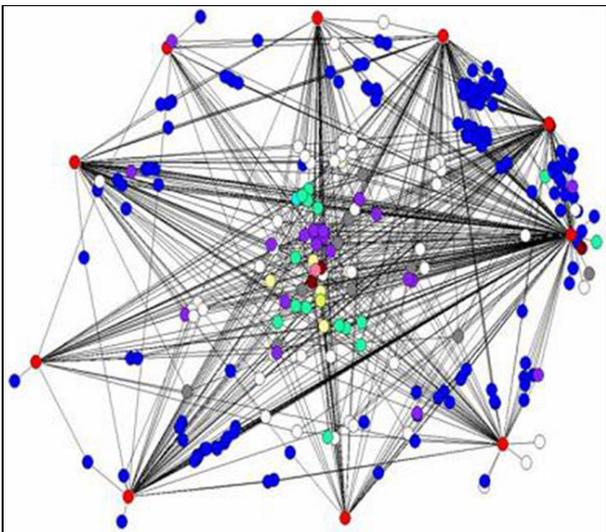
ANEXO J – Redes



Fotografia: Julia Coelho. A rede é feita por Pessoas. Lapa, Paraná, 2007



Fotografia: Julia Coelho. Projetando circuitos de produção e consumo. Lapa, Paraná, 2007.



Representação gráfica de um sistema social, pela análise de Redes